



*Recôncavos* é uma publicação quadrimestral do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Sediado na cidade histórica de Cachoeira, o CAHL abriga os cursos de Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, História, Jornalismo, Museologia e Serviço Social. Neste número, a revista aborda temas nas áreas de educação, história, filosofia, ciências sociais, serviço social, cinema e literatura.

## DOSSIÊ EDUCAÇÃO

Nesta edição, três artigos enfocam questões relacionadas à Educação, abordando transformações urbanas decorrentes da ação de jovens de camadas populares nos espaços públicos de Blumenau (SC), ações de cunho sócio-educativo numa penitenciária de Viçosa (MG) e os conflitos vivenciados por quatro mulheres para conciliar a condição de mãe com as exigências acadêmicas no ensino superior.



Dossiê

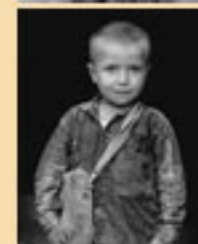
Artigos



Ensaios



Resenha



# **CORPO EDITORIAL**

## **CORPO EDITORIAL**

Reitor: Paulo Gabriel Nacif

Vice-reitor: Silvio Soglia

Diretor do CAHL: Xavier Vatin

## **EDITORES**

Profª Me. Angelita Bogado (UFRB)

Prof. Dr. Carlos Ribeiro (UFRB)

Prof. Dr. Fábio Joly (UFRB)

Profª Drª Georgina Gonçalves dos Santos (UFRB)

Prfª Drª Lucileide Costa Cardoso (UFRB)

Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva (UFRB)

Prof. Dr. Ricardo Orlando (UFRB)

Profª Me. Rita de Cássia Doria (UFRB)

Prof. Me. Wilson Rogério Penteado (UFRB)

## **CONSELHO CIENTÍFICO**

Prof. Dr. Amílcar Baiardi (UFRB)

Prof. Dr. Fábio Faversani (UFOP)

Prof. Dr. João Reis (UFBA)

Prof. Dr. Luiz Alberto Ribeiro Freire (UFBA)

Prof. Dr. Mário Chagas (UNI-RIO e IPHAN)

Prof. Dr. Othon Jambeiro (UFBA)

Prof. Dr. Pedro da Silva Castro (UFF)

Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese (USP)

Profª Drª Ruthy Nadia Laniado (UFBA)

Profª Drª Tereza Scheiner (UNI-RIO)

## **EQUIPE TÉCNICA**

Carlos Ribeiro | Coordenação editorial

Fábio Duarte Joly e Elsa Filgueiras (Estagiária) | Revisão e normas bibliográficas

Luiz Fernando Saraiva | Diagramação

Ney Sá / Arnaldo Maciel | Diagramação / layout

Fotos <http://www.unicef.org/salgado/>

# EDITORIAL

As Interfaces em Educação é o tema do dossiê deste número da revista *Recôncavos*. E o seu primeiro artigo, *Culturas Juvenis e as Transformações Urbanas*, traz uma reflexão sobre a ocupação e uso que jovens de camadas populares, de uma cidade do sul do país, fazem dos espaços urbanos, e como transitar no centro da cidade de Blumenau acaba por se constituir em possibilidades de afirmação identitária e numa situação de passagens para novos status sociais.

O artigo que se segue, um estudo etnográfico realizado em uma penitenciária de Viçosa, Minas Gerais, tomando em perspectiva o enfoque da população carcerária, apresenta considerações sobre o desenvolvimento das ações de cunho sócio-educativo, desenvolvidas naquela instituição.

O terceiro e último trabalho do dossiê é resultado de uma dissertação de mestrado. Em uma abordagem (auto) biográfica o estudo etnográfico, *Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico: narrativas de um self participante*, descreve os desafios enfrentados por quatro jovens mulheres que se tornam mães em pleno processo de formação no ensino superior. O estudo discute ainda a necessidade de novas compreensões sobre o conceito de assistência na educação superior articulando a questões de gênero e políticas de ampliação e democratização de acesso às universidades.

Tomando distância de concepções que consideram as categorias de crescimento e desenvolvimento econômico como um mesmo fenômeno, dois pesquisadores baianos, inspirados no economista Amartya Sen e, seguindo tendências adotadas até mesmo por agências e organismos multilaterais que aceitam critérios sociais e qualitativos na avaliação do desenvolvimento com sustentabilidade, conduzem uma análise sobre as vias e estratégias de desenvolvimento seguidas recentemente no estado da Bahia. Confrontando indicadores econômicos e sociais, como PIB e Índice de Desenvolvimento Humano, produzidos por e para agências do governo local, o estudo constata que os indicadores sociais não acompanham as tendências economicistas de desenvolvimento adotadas naquele período.

Os festejos e devoção católica a São Bartolomeu, iniciados em meados do século XVIII, na cidade de Maragogipe, no Recôncavo baiano são retratados em uma investigação histórica que, inscrita no campo de estudos sócio-culturais busca se aproximar e reconhecer "a maneira como os atores sociais dão sentido às suas práticas e discursos, colocando no centro do trabalho histórico as relações complexas e variáveis, atentando para as modalidades de apropriação, aos processos de construção dos sentidos, e a articulação entre práticas e representações, ou seja, dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações, construindo para cada grupo um 'ser percebido', constitutivo de sua identidade".

Busca identitária, ou talvez, sua desarticulação são questões que emergem na discussão apresentada no artigo *Blade Runner, O elogio ao Simulacro*. Relacionando o filme de Ridley Scott, o romance *Frankenstein* ou o *Moderno Prometeu* de Mary Shelley com a noção de além do homem de Friedrich Nietzsche e conceitos da Inteligência Artificial, defendidos pelo cientista Antonio Carlos Costa, o texto oferece, através das reflexões originais de Lyotard, uma discussão sobre o estatuto do sujeito na pós-modernidade.

Também na área da Literatura, procede-se uma revisão da obra do cronista Rubem Braga, valorizando-se a sua vertente social, tema de uma tese de doutorado, defendida recentemente, na qual se constrói, segundo o autor, "uma outra imagem do velho urso de Cachoeiro do Itapemirim – bem distinta (e distante) da do cronista ameno, das mulheres e dos passarinhos, que define o grande escritor que todos nós aprendemos a admirar".

A revista traz ainda uma resenha sobre o livro do historiador Thiago Lima Nicodemo, *Urduida do Vivido: Visão do Paraíso* e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 50, e um ensaio, *A televisão digital, convergência, a produção e distribuição de conteúdos para celulares e receptores móveis*, onde são apresentadas as tendências da televisão digital no Brasil, ao o tempo em que considera o avanço da telefonia celular para popularização deste sistema.

**A Comissão Editorial**

# SUMÁRIO

## ARTIGOS DO DOSSIÊ EDUCAÇÃO

- Culturas juvenis e as transformações urbanas: Experiências em Blumenau/SC ..... 05  
*Queli Flach Anschau*
- Os alunos do presídio: uma análise do processo de ressocialização dos detentos do presídio de Viçosa, MG ..... 17  
*Haudrey Germiniani Calvelli e Maria Aparecida Bibiana Rosa*
- Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária .... 30  
*Ana Maria de Oliveira Urpia e Sonia Maria Rocha Sampaio*

## ARTIGOS

- Culturas de desenvolvimento da Bahia: uma análise da vertente alternativa baseada na cooperação e na solidariedade..... 44  
*Gilton Alves Aragão e Amílcar Baiardi*
- Devoção e festa: Irmandade de São Bartolomeu em Maragogipe-Ba no processo de Romanização do Catolicismo Brasileiro..... 61  
*Edilece Souza Couto e Fernanda Reis dos Santos*
- Blade Runner, O elogio do Simulacro ..... 72  
*Marília Costa Mattos*
- Reverendo Braga: olhar renovado sobre um cronista combativo ..... 87  
*Carlos Jesus Ribeiro*

## ENSAIO

- A televisão digital, a convergência, a produção e distribuição de conteúdos para celulares e receptores móveis..... 102  
*Sérgio Augusto Soares Mattos*

## RESENHA

- NICODEMO, Thiago Lima. Urdidura do vivido: visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 50. São Paulo: Edusp, 2008, 248 p. .... 113  
*Leandro Antonio de Almeida*

# CULTURAS JUVENIS E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS: EXPERIÊNCIAS EM BLUMENAU/SC

Queli Flach Anschau \*

**Resumo:** Nossa discussão nesse trabalho objetiva trazer à tona as ações juvenis expressadas através do movimento de ocupação dos espaços públicos por jovens na cidade de Blumenau. Partiu-se da hipótese que a lógica do mito fundador, constantemente resgatada por esta cidade, na mesma medida que é assimilada por uma geração, sutilmente é questionada por outra, através de suas expressões nos espaços públicos dessa cidade. Referencia-se espaço público por ser este, historicamente, o lócus do exercício para condição humana, e juventude por ser esta uma fase de vida que traz em si um vigor próprio. Neste bojo, os espaços públicos da cidade se apresentam como espaços de excelência à medida que se constituem em palcos abertos, com poucos holofotes institucionais reguladores, permitindo a esses sujeitos, exercitar suas potencialidades de forma mais livre e conseqüentemente de forma mais profunda. Conclui-se que reconhecendo a importância dos espaços públicos, podem-se reconhecer neles os exercícios diversos como legítimos e formadores de identidades.

**Palavras-chaves:** Espaços Públicos; Cidade; Cultura Juvenil.

**Abstract:** This paper aims to highlight the actions of youngsters expressed through the occupation of public spaces in the city of Blumenau, Santa Catarina. Public spaces are herein understood as the loci for the full development of human condition. It is argued that public spaces of the city present themselves as spaces par excellence as they constitute open areas with few controlling institutional spotlights, allowing the youngsters to free and deeply exercise their potentialities. Taking some youngster movements under consideration it is possible to recognize new means of generational sociability that have an influence on the urban development by the subjective formulation of social identities.

**Keywords:** Public Spaces; City; Youngster Culture.

---

\* Assistente Social/FURB, Especialista em Educação Popular e Movimentos Sociais/ISULPAR, Mestre em Sociologia Política/UFSC, ex-professora substituta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. E-mail: qanschau@gmail.com.

Este estudo se concretiza a partir de um arcabouço sociológico e de um levantamento de dados quando bolsista do CNPq, no Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea/Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC, coordenado pela Prof. Dra. Janice Tirelli de Sousa.

Tomamos como referência contextual para nossa pesquisa a cidade de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, dadas as características da sua formação urbana, ao longo das últimas décadas. Esta, como muitas outras cidades brasileiras, se constituiu por meio de um processo de modernização que demarcou a introdução de novos hábitos e questionamento dos costumes. No entanto, se diferencia à medida que insiste na manutenção de uma lógica pautada na idéia de mito fundador, que reafirma a germanidade como sinônimo de ordem, trabalho e progresso, escondendo, ou negando, suas mazelas sociais que se expressam através de favelas em morros, assim enfraquecendo a identidade e pertença de outros grupos.

Partimos da hipótese de que esta lógica, na mesma medida em que é assimilada por uma geração, sutilmente é questionada por outra que tentar explicitar a diferença do postulado, por meio de suas expressões nos espaços públicos dessa cidade.

Com o método de observação/ação participante<sup>1</sup>, mantivemos contato com os jovens nos espaços públicos com o objetivo de identificar tais espaços, verificar o que faziam ali e porque os haviam escolhido, na perspectiva de fundamentar o reconhecimento de como os jovens interagem com a cidade e identificar a existência de formas de contestação e/ou juvenilização social em suas ações. Objetivava-se, pois, fazer uma reflexão acerca da ocupação dos espaços públicos, especificamente da rua, da cidade de Blumenau realizada pela população jovem no sentido de identificar o quanto essa prática corrobora a criação de uma cultura juvenil determinada ou se a potencializa a partir de movimentos já constituídos.

As incursões de campo compreenderam o período de um ano, por desconsiderarmos as apropriações dos espaços públicos no período da *Oktoberfest* e outros eventos relevantes da cidade. Em todos os grupos a aproximação foi objetiva, até porque não havia a intenção de estabelecer uma convivência com os mesmos. A reincidência de sujeitos encontrados nos espaços possibilitou uma identidade comum em alguns momentos da pesquisa, inclusive indicações para outras abordagens. Esse fato nos deu entrada em alguns espaços ou junto a sujeitos com os quais talvez não tivéssemos possibilidades de interagir. Em todos os momentos iniciamos a conversa a partir de elementos comuns da realidade espacial onde se encontravam, conduzindo para o sentido que nos interessava e solicitando autorização para gravar depoimentos individuais.

Para compreender melhor esse cenário, vamos descrever o perfil das juventudes localizadas. Em seguida, com auxílio de um mapa, apresentaremos a localização espacial dos grupos e um resgate histórico de cada local, seu significado para a cidade e para esses jovens. Feito a devida localização do leitor sobre os espaços e do perfil geral dos jovens entrevistados, partiremos para a caracterização e expressão de cada grupo no momento da interação e significação com os referidos espaços, para depois apresentar uma montagem, que chamamos de cartografia dos circuitos juvenis para, por fim, tecermos algumas análises sobre os elementos relevantes que o trabalho possibilitou.

Blumenau tem sua extensão territorial verticalizada. Sua apropriação ocorreu às margens do rio Itajaí-Açu, que permeia literalmente de forma horizontalizada a parte central dessa extensão, fragmentando ainda mais os espaços dessa pequena largura geográfica. Sendo a região composta por vales, o não-alcance da vista já se torna elemento para fundamentar e denominar um novo espaço, um bairro ou favela.

Por conta de sua geografia, pode-se afirmar que Blumenau tem vários centros ou várias cidades dentro de uma mesma cidade, fenômeno comum nas cidades contemporâneas. No entanto, é no centro principal da cidade e em seus entornos que se constitui o palco escolhido pelos jovens para estarem nos espaços públicos. Saindo de suas comunidades ou bairros, deslocam-se de ônibus, de bicicleta, de *skate* e a pé para a região central, onde permanecem em praças, *shoppings*, calçadas e/ou parques, conversando, às vezes bebendo e fumando. Portanto, todos os entrevistados, que são na maioria descendentes de imigrantes alemães, oriundos dos mais diversos bairros de Blumenau, que,



em comum, partilham dos amontoados de casas e da pobreza, não estavam nos seus lugares identitários e de origem no momento das entrevistas. Talvez seja possível pensar na idéia de anonimato, do não censuramento e não-disciplinamento de suas atitudes por sua comunidade, mas também na possibilidade de retratar outra condição que não a de classe baixa, já que os espaços ocupados por eles no centro da cidade, por se constituírem em cartão postal, acabam sendo mais monitorados.

Nas falas e atitudes dos jovens pesquisados se fazia presente a busca pela possibilidade de livre expressão sem que ficasse claro o que isso implicaria. Manifestavam o desejo de sair do controle dos adultos, mas não conseguiam especificar que tipo de controle seria e que expressões diferenciadas queriam assumir. Muitas vezes, ocupavam os espaços sem nada nele fazerem concretamente, apresentando, portanto, nesse ato, uma necessidade vital da fase etária. Ao mesmo tempo em que transgrediam a normalidade e chamavam a atenção com isso, tentavam não ser reconhecidos pelas pessoas em comum de outras faixas etárias. Deste modo, uma via de mão dupla os caracteriza: ao mesmo tempo em que fugiam de elementos como família e comunidade, permaneciam em espaços importantes e visíveis da cidade, o que não caracteriza uma ação contestatórias, mas ao mesmo tempo pode ser tomado como expressão juvenil de suas potencialidades a serem direcionadas, como debate Mannheim<sup>2</sup>.

Considerando esses elementos, poderíamos indicar que a apropriação que os jovens fazem dos espaços da cidade – sem que haja uma consciência de que o estejam fazendo<sup>3</sup> – é uma estratégia de visibilidade. Isso explica a contradição entre a prática e o discurso do anonimato. No fundo, eles estão lidando com dois mundos: o mundo do concreto, do dia-a-dia dos bairros e das famílias, do qual querem fugir e o mundo “do imaginário”, o centro, o público, o que foi construído para os turistas, para “a sociedade”, a “estética”, o “ordeiro”, no qual querem circular por serem espaços estratégicos de expressão.

Com estas características acreditamos se tratar de grupos informais ou espontâneos de jovens em busca de uma afirmação identitária ou talvez em transição e negando uma identidade comum sócioespacial. Groppo, fazendo referência à discussão de Eisenstadt, afirma que dada à complexidade da sociedade moderna, os grupos etários recebem uma tarefa mais difícil, de transição da vida familiar para a vida social mais ampla<sup>4</sup>. Este processo conduz ao surgimento de vários grupos e agências dirigidos à juventude<sup>5</sup>, dentre eles os grupos juvenis espontâneos, os quais não servem para obtenção plena de um *status* adulto, embora não sendo ambivalentes a este. Para o autor, ao mesmo tempo em que esses grupos espontâneos procuram acentuar suas diferenças em relação aos adultos e opor-se a papéis parciais oferecidos, esforçam-se por se comunicarem e serem reconhecidos pela sociedade ampla. Apesar das diferentes orientações de valor e dos espaços ocupados não serem espaços de transição para um *status*, os grupos juvenis espontâneos constituem um processo de maturação social no quais os próprios jovens têm papéis relevantes ao criarem as primeiras disposições para identificação com a sociedade e por serem receptáculos de solidariedade<sup>6</sup>.

Apesar de considerarmos que esses espaços são de maturação e reconhecimento juvenil, percebeu-se na prática de alguns dos jovens pesquisados algumas contestações, sendo, talvez, a mais acirrada delas a “contestação” das condições econômicas. Os jovens em questão não acessam estabelecimentos oficiais por não terem recursos econômicos suficientes para pagar a diferença da prestação de serviços – garçom, *couvert* e outros – a que os supermercados, por exemplo, não estão condicionados. No entanto, permanecem geralmente em lugares que fazem frente ou lateral a espaços que prestam serviços de bar, lanchonete e similares. Acreditamos que devido à falta de clareza ou amadurecimento demandado por vários fatores da sociedade moderna, essas expressões, pautadas em fatos históricos de desenvolvimento urbano e principalmente na negação de uma moratória social aos jovens, não são potencializadas e acabam constituindo uma rebeldia sem causa para a sociedade. Segundo Groppo:

A multiplicidade das juventudes não se funda num vazio social ou num nada cultural, não emerge de uma realidade meramente diversa, ininteligível e esvaecida. Tem como base experiências sócio-

culturais anteriores, paralelas ou posteriores que criam e recriam as faixas etárias e institucionalizaram o curso da vida individual.<sup>7</sup>

Portanto, afirmamos que se explicitam no cenário público questões do social e não só do exercício político, porquanto esta juventude, apesar de institucionalizada em seu curso da vida a partir do projeto civilizador da modernidade, manifesta as desigualdades a ela impostas historicamente, como gênero, pobreza e localização territorial. Como não há um exercício reflexivo por parte dos jovens, a sua prática não se caracteriza como contestação política, mas se apresenta latente nos espaços como possibilidade de novos formatos de fazer o cotidiano.

Nesse contexto, entra em cena um outro elemento que alcança as juventudes nos espaços públicos: a segurança pública, ou o braço do Estado – a grande vilã das defesas institucionais contra as expressões juvenis. Com relação a esta questão, constatamos que nem sempre a polícia e a guarda de trânsito – no caso de Blumenau – referendam visivelmente a segurança para lados ou gerações distintas. Tanto para a sociedade, que reclama uma atitude frente à permanência dos jovens nos espaços públicos, quanto para os jovens, as ações relativas à segurança pública constituem o âmbito das representações. Para os jovens blumenauenses, a polícia é vista como truculenta e agressiva. Para sociedade blumenauense, a polícia “não faz nada”, pois não tira os jovens de determinados espaços.

Já nos dados da Polícia Militar, os jovens que estão nos espaços públicos são tidos apenas como elementos suspeitos, pois os laudos das ocorrências envolvendo o público juvenil afirmam se tratar de “averiguação de elemento suspeito” e a medida tomada pelos policiais é de orientar os “elementos” sobre o quanto suas atitudes se enquadram na contravenção penal: perturbação do sossego alheio. Em geral, o fechamento dessas averiguações/ocorrências implicam em fazer com que os jovens se “comportem” ou “sigam destino”, saiam do local, circulem, o que quase sempre fazem, indignados, mas sem enfrentamentos diretos.

A linha que permeia a resistência juvenil se rompe no lado mais fraco, neste caso o dos jovens pelo fato de que, até o momento, grande parte deles não teve nenhuma experiência igualitária, mas apenas de sujeição aos pais, aos mais velhos, à igreja, à escola etc. É justamente na fase da juventude que eles começam a “dar os primeiros passos” para quebrar as hierarquias e ascender a algum patamar identitário. No espaço público, se “subiu alguns degraus” – se assim podemos dizer no que se refere aos segmentos (pais, igreja, escola) que a juventude já desconsiderou devido à vigilância –, “eliminando” dele a comunidade, escola e família, mas a polícia ainda não. O fato de saírem dos bairros e ficarem “entre iguais” na rua mostra que eles estão fazendo experiências de novas formações sociais. No entanto, as representações acerca da polícia e de sua truculência aumentam e ganham ênfase em seus discursos por ser ela o aparelho institucional que ainda os enfrenta nos espaços públicos. Dessa forma, repudiam a polícia, mas não agem contra a regulação que acontece, já que valorizam as câmeras de vigilância e limpam os espaços onde permanecem para poderem ali voltar, sem apresentar nas ocorrências policiais motivo de ação efetiva contra si, mas apenas de diagnóstico e advertência. Mellucci, ao discutir elementos dessa natureza, afirma:

que sociedade não é mais a tradução monolítica de um poder dominante e de regras culturais na vida das pessoas, ela lembra um campo interdependente constituído por conflitos e continuamente preenchido por significados culturais opostos.<sup>8</sup>

Por isso, a aparência da regulação institucional é de agregação e tolerância, fato que, de certa forma, desmobiliza qualquer ação mais contundente por parte dos jovens mais críticos e determina a “obediência” dos demais. Estamos frente a outra estratégia de disciplinamento quando os jovens que estão nesses espaços, de certa forma, corroboram com esse “contrato”. A truculência está no imaginário dessa população uma vez que o disciplinamento acontece “naturalmente”, salvo raras exceções. Quando este “acordo” não apresenta resultado efetivo, a prática do revestimento e do “paredão” são usadas para reafirmar o estabelecido simbolicamente, ação que sempre culmina na obrigação de



mudar de espaço por parte dos jovens.

Apesar desse cenário de não-enfrentamentos diretos, segundo Melluci, esses conflitos se desenvolvem nas áreas do sistema que estão expostas aos maiores investimentos simbólicos e, por isso, de maior sujeição às pressões por conformidade, ainda que as ações dos atores desses conflitos sirvam como indicadores<sup>9</sup>. Ou seja, ocorrem como numa espécie de mensagem enviada à sociedade justificando a necessidade da ocupação dos espaços estratégicos e visíveis da cidade, por isso essas ações se constituem em desafios simbólicos, mesmo quando não alcançam um perfil político organizado.

A confirmação desse desafio simbólico se caracteriza quando o grande diferencial dessa população se manifesta com sua aparência visual e não necessariamente por suas ações. Encontramos na rua *skatistas*, *rappers*, *heavy metals*, *EMOs* ou simplesmente adeptos do *Rock and Roll* e aqueles sem referencial específico, mas que acabam por se enquadrar no padrão consumista de marcas. Alguns com referenciais orgânicos a movimentos, como foi o caso do *rappers*; outros não, mas todos fazem jus ao visual requerido por suas respectivas ideologias. Com exceção dos *EMOs*, todos se consideram segregados no contexto da cidade devido às suas aparências. Trata-se de uma segregação que aparenta incomodá-los significativamente, no entanto não o suficiente para alterarem suas práticas ou as próprias aparências. Isso nos leva a concordar com Groppo, ao afirmar que é na segregação, também, que os jovens podem atingir gradualmente, e com mais segurança, uma orientação ainda coletivista com seus iguais do grupo juvenil. Segundo este autor,

estes grupos acabam tendo “sucesso” como institucionalização secundária do jovem na sociedade moderna, porque são um segundo estágio de maturação psicológica e mantêm a capacidade de escolha entre alternativas segundo valores morais gerais, além de criarem uma estabilidade de comportamento e de vida emocional.<sup>10</sup>

Esse “sucesso” a que faz referência Groppo, ao falar da institucionalização secundária desses jovens como possibilidade de maturação, de estabilidade de comportamento adquirida entre os iguais, se apresenta nos grupos entrevistados, uma vez que todos – com exceção dos que estão na faixa etária inferior aos 16 anos – trabalham em empregos formais – como empresas têxteis, agências de publicidade, comércio – e moram com os pais. Além disso, a grande maioria concluiu o Ensino fundamental ou continua a estudar pelo compromisso de “se dar bem” e se mostrar como “exemplo aos seus pais”.

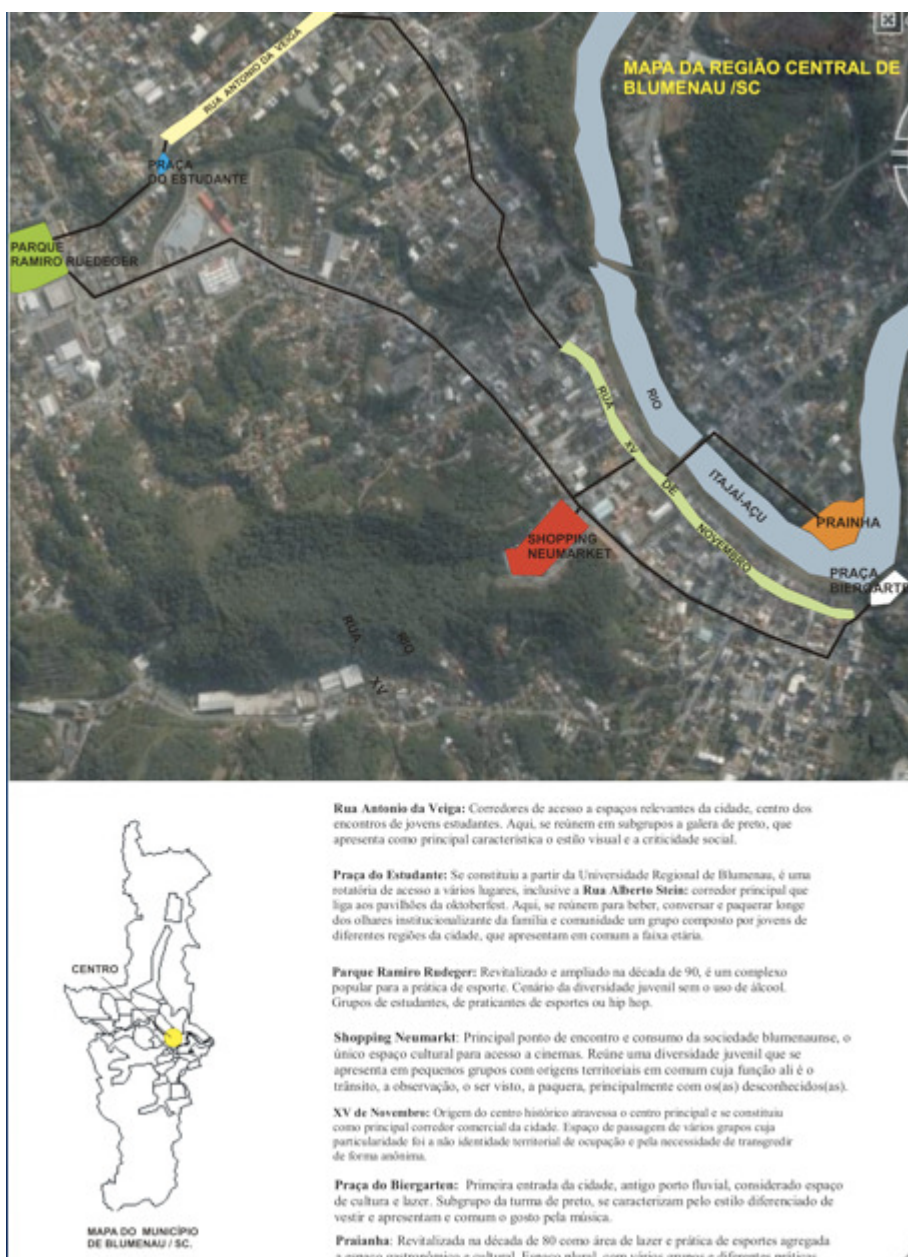
Percebemos também, a partir desses elementos, haver uma tolerância para com a perpetuação da estaticidade urbana. Na medida em que a diferença apresentada por esta geração não é questionada contundentemente pela sociedade, os jovens não perdem o motivo de acentuá-la, porém, não alteram significativamente os espaços que ocupam, mas apenas os ocupam. A identidade assimilada com relação à cidade é preestabelecida; os planos para com o futuro são uma imitação dos valores do mundo adulto, que, em Blumenau, estão pautados num tradicionalismo afirmado através do slogan “ordem e trabalho”, mensagem presente nas atitudes juvenis com relação ao futuro. Ora as falas desses jovens são conservadoras e suas práticas contestadoras, ora suas falas são contestadoras e suas práticas conservadoras; prática e consciência não se mostram andar juntas, de modo que a práxis não existe e nos deparamos com a rebeldia sem causa.

Os jovens entrevistados formam o que Mannheim definiu como unidade de geração, considerando que partilham de experiências que não são comuns aos demais integrantes da mesma geração blumenauense, pois é um percentual pequeno do total da juventude dessa cidade. Para o autor, unidades de geração se caracterizam:

pelo fato de que não envolvem apenas acontecimentos partilhados igualmente por todos [...], mas também uma identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas.<sup>11</sup>

Os jovens em questão estão nos espaços partilhando questões comuns à faixa etária na qual se encontram, mas principalmente as vivências possíveis dada a moratória vital de cada um. Coletivamente, estão nos espaços públicos sem muita propriedade acerca destes. O perfil geral desses jovens requer uma ampliação da análise, o que será feito a seguir na medida em que adentrarmos no reconhecimento das especificidades de cada espaço e grupo.

Foram reconhecidos e analisados oito grupos e quatro subgrupos. Dois grupos se definiram como *rappers*<sup>12</sup>, dois como *heavy metals* ou amantes do *rock and roll*<sup>13</sup> (conjuntamente com um subgrupo de *EMOs*<sup>14</sup>), um como *ciclistas* e outros três que não se definiram<sup>15</sup>. Esses grupos foram abordados em sete espaços distintos, em diferentes contextos da cidade os quais, numa perspectiva histórica não apresentam correlação, pois, todos datam fatos e momentos diferentes da cidade. No entanto, na perspectiva juvenil eles ganham outra dimensão, formando o que Magnani denominou de *circuitos*<sup>16</sup>, como mostra o mapa abaixo.



Apesar de nas cidades modernas os espaços públicos estarem concomitantes ao mercado e, por conta disso, se apresentarem porosos à força expressiva, não apenas dos argumentos, mas também

das *performances* e das formas não-verbais de comunicação, ocupá-los ainda consiste diretamente em destacar a importância desses, como necessários às atividades sociais em comum para condição humana. Os espaços públicos das cidades, apesar dessa metamorfose, ainda têm um grande papel na criação dos fomentos que conduzem à ampliação do grau de consciência dos sujeitos; eles são considerados historicamente como espaço de revelação, e se assim não for reconhecida e defendida pode se prestar indefinidamente à reprodução do poder daqueles que historicamente dominaram o processo de produção principalmente do discurso verbal<sup>17</sup>.

Para Costa, a esfera pública contemporânea, principalmente nas democracias maduras, se apresenta como um fórum comunicativo aberto e dinâmico, no qual novas questões são permanentemente introduzidas na ordem do dia. Para ele, não há uma distinção apriorística das fronteiras do público e do privado que defina de saída os temas passíveis de tratamento político. Nessa perspectiva, “a esfera pública apresenta-se, como órbita porosa e ubíqua que perpassa todos os níveis da sociedade e incorporam o conjunto dos discursos, visões de mundo e interpretações que adquirem visibilidade e expressão pública”<sup>18</sup>.

Portanto, para esse autor, o que existe é uma variedade de fóruns e arenas comunicativas que, na medida em que reivindicam algum sentido político, convergem para a esfera pública maior ou nacional, que por sua vez, pode ser compartilhada por estar mais acessível ao conjunto dos cidadãos. Em suma, nesse contexto, a esfera pública/espaço público constitui uma arena viva e dinâmica, na qual tem lugar um permanente processo de construção, desconstrução e reconstrução discursiva e simbólica dos cidadãos.

Observando isso, procuramos abordar o segmento social da juventude na sua relação com o desenvolvimento da vida urbana nos espaços públicos, considerando os jovens não só nas definições biológicas, mas também como um segmento social em estado de transitoriedade e/ou situado numa dada historicidade que constrói suas formas de organização nos espaços públicos.

Segundo Groppo, juventude é uma categoria social *estruturante* e gerada pela modernidade, originada da cultura e da sociedade ocidental, capitalista, burguesa e liberal do século XIX<sup>19</sup>. Por conta disso, a concepção de juventude ainda é marcada por caracteres definidores e legitimadores de científicidades, apenas baseadas em uma noção evolucionista do ser humano. Porquanto a história da modernidade tem sido a da criação de uma estrutura de faixas etárias, dentre as quais aquela que define a condição juvenil, sob os princípios universalistas e naturais, fundados principalmente na cronologização do curso da vida.

Apesar disso, devido à complexidade das sociedades modernas, múltiplas práticas, discursos e concepções foram criados, possibilitando desmistificar o caráter natural das faixas etárias, encaminhando a compreensão acerca da juventude como categoria social, não deixando, porém, de afirmar o cuidado que a determinação de estágio da vida bem circunscrita também responde aos inúmeros projetos sociais disciplinadores que pretendem guiar os indivíduos.

Para Groppo, desde a origem das juventudes, instala-se uma condição análoga às das demais categorias sociais geradas pela modernidade, tais como os projetos oficiais, concepções institucionais e ideológicas, as construções jurídico-legais e as políticas públicas que constroem, recriam ou reorganizam grupos e/ou coletividades sociais<sup>20</sup>. Análogas porque, desde então, os “objetos” – de quem se esperava passividade – passam a elaborar, propor ou criar práticas de sociabilidade e valoração alternativas e ambíguas em relação às respostas oficiais resistentes, tornando-se deste modo, também sujeitos de ação social. Vemos isso nos movimentos de 1968, dentre outros enfrentamentos políticos inscritos na história mundial de revoltas que são, também, de uma geração juvenil<sup>21</sup>.

Para Abad, a proposta do capitalismo é anular a condição juvenil, como tantas outras que já foram em prol da absorção capitalista ao mercado de trabalho, reduzindo-a a condições meramente reprodutivas de trabalho e consumo<sup>22</sup>. Anulando completamente as potencialidades progressistas apontadas por Mannheim<sup>23</sup>, que poderiam ser desenvolvidas na juventude. São abandonadas em prol da reprodução e conservação da estrutura capitalista, sendo preciso apenas a virilidade jovem para reproduzi-la.

Os espaços públicos possibilitam fugir a essa regra, apesar de que as ações juvenis que neles ocorrem nem sempre têm sido contestatórias e nem sempre terem assumido caráter político de ação. Temos que considerar que a rua – espaço público – como categoria de relação, sempre foi depositária, sempre permitiu a realização cidadã. Possibilitou a potencialização de espaço concreto e simbólico da sociabilidade a partir do exercício profundo e sem regras às potencialidades juvenis. *A priori*, caracteriza-se como espaço de sociabilidade, de ação e construção identitária. Portanto, a negação ou repressão desse exercício é suprimir a juvenildade desses espaços e o experienciar de uma geração.

Nesse processo dialético de sociabilidade que se dá entre as gerações, o caráter da experiência é fundamental para os indivíduos jovens, pois orienta o processo de socialização dos jovens e da própria sociedade. A experiência juvenil, segundo Mannheim, advém do *contato original*, sob o qual se estrutura o aprendizado da vida social. Para ele:

O contato original é um acontecimento na biografia individual [...] no caso das gerações podemos falar de “contatos originais” no sentido da adição de novas unidades psicofísicas que estão, literalmente começando uma “nova vida” [...] o contato original com a herança social e cultural é determinado, não através da mera mudança social, mas por fatores biológicos fundamentais.<sup>24</sup>

São os elementos alavancadores ou motivadores desses contatos que demandaram historicamente que a relação dos jovens com as demais categorias se apresente de forma análoga. Ora como protagonistas, ora como regulados, ora como instrumentos nas mãos de outras gerações<sup>25</sup>.

Nos movimentos dos jovens encontrados na cidade de Blumenau<sup>26</sup> as expressões coletivas observadas foram diversas. Consistiram em um misto de vontade própria e potencialidade juvenil. Ao mesmo tempo em que havia o reconhecimento e respeito às normas urbanas e sociais, havia uma transgressão simbólica presente no visual, gestos e posturas. Eles apropriavam-se dos espaços públicos para garantirem a sociabilidade coletiva e a formação de identidades, porém, mantinham a individualidade do privado como elemento fundante da moral, ou seja, suas expressões estavam permeadas por duplo valor: aquele pautado na lógica de mito fundador<sup>27</sup>, povo ordeiro e trabalhador e outro, que se constitui em afrontar o contrário do que está estabelecido.

No entanto, à medida que se verifica o quanto essa transitoriedade de cidadãos jovens está imbricada em práticas reveladoras de potencialidades e sociabilidades, as quais legitimam identidades próprias aos jovens e seus movimentos, a sociabilidade aparecerá como categoria determinante de novas identidades no cenário blumenauense. Pois, quando esses jovens são questionados sobre a germanidade de Blumenau, negam-na, dizendo que não se sentem alemães, apesar de serem naturais da cidade. Ao falar em futuro, afirmam a necessidade de uma formação para ascender a um bom trabalho e constituir família. Quando foi abordada a questão familiar, assumem que apesar de todos morarem com suas famílias, a maioria omite delas essas práticas nos espaços públicos, pois de certa forma as condenam também.

Mesmo assim, a partir das ocupações dos jovens, a cidade ganha novos entornos, pois novos espaços são criados e renovados, novos bares e parques são reformados ou pensados nas proximidades das ocupações. Então, apesar de não romperem na totalidade com a lógica do mito fundador, podemos inferir que a juventude blumenauense provoca juvenilização dos espaços desta cidade, o que vem sendo constatado ao longo dos anos na sua formatação urbana, onde novas estruturas de sociabilidade foram ampliadas.

Segundo Canclini, o patrimônio simbólico imaginário de um povo se constrói na interação com o urbano<sup>28</sup>, por isso acreditamos que o invisível de Blumenau não é alemão, mas que a identidade do seu público que interage com o espaço urbano é a multicultural. Pois encontramos nas ruas de Blumenau dois grupos que se definiram como *rappers*, dois como *heavy metals* ou amantes do *rock and roll* (conjuntamente com um subgrupo de *EMOs*), um como *ciclistas* e outros três que não se definiram. Consideramos esses últimos como “jovens padronizados pelo consumo” pelo fato de não assumirem nenhum referencial e estarem caracterizados com estilos/roupas da moda atual.



O que se verificou nesse contexto é que Blumenau, como qualquer outra cidade, sofre as transformações urbanas e não sabe lidar com as diferenças sociais, com as potencialidades juvenis expressas nessas diferenças e por conseqüente com a violência que isso representa. Reproduz a lógica adulta em todos os seus serviços e eventos. O seu diferencial se constitui em usar a “germanidade” para reprimir e privatizar os espaços públicos. Com essas práticas de apropriação da cidade, de vitalidade, e principalmente por serem de bairros pobres, os jovens não são reconhecidos, estão em detrimento da cidade ordeira. Nega-se aos jovens a possibilidade de romper com essa estrutura cultural, porém, não se nega à cidade um rejuvenescimento. Não obstante, a cidade ganha nova composição quando essa população específica está nas ruas, recebe novos ares a partir dessa afronta simbólica juvenil, assim como os espaços públicos historicamente ganharam. Sabemos que reconhecer isso implica em desmistificar estereótipos determinados socialmente, o que não acontece sem estruturar conflitos, portanto, se já há conflito geracional, podemos reconhecer que concomitantemente já existe essa desmistificação na prática, resta reconhecê-la socialmente.

No caso dos jovens, à medida que estes se negam, conscientemente ou não, em assumir determinados estereótipos atribuídos a sua geração, automaticamente constroem uma desordem social, pois “questionam o modelo”. Esse conflito segundo Heller, nada mais é que “rebelião das sadias aspirações humanas contra o conformismo: é uma insurreição moral consciente ou inconsciente”<sup>29</sup>. Nessa direção, a negação mesmo que sem ser percebida, se constitui em outro caminho para a construção da identidade deste público, uma vez que escolha ou aceitação do papel é ideal e só será internalizada ou assumida na medida em que se viver esse papel em sua condição cotidiana.

Essa negação juvenil enviesada, mesmo que não efetivada em prática política contestatória, é uma reivindicação por parte dos jovens, pois, segundo Heller, as necessidades podem ser expressas simplesmente por gestos, com palavras ou com ações, sem necessariamente ter motivos para justificá-la<sup>30</sup>. O que importa é que a partir disso, elas já existem e, se essas mesmas necessidades se generalizarem, podem ser justificadas por valores e traduzidas na linguagem das reivindicações. Talvez esse generalizar esteja na necessidade de coletivização dos jovens efetivada nos espaços da cidade, se considerarmos que sozinhos declaram sofrer menos preconceitos ou até passarem despercebidos em suas diferenças, as quais se acentuam quando estão juntos.

Mas o fato dessas novas necessidades às vezes parecerem irracionais é motivo suficiente para concluirmos que se devem reconhecer como reais todas as necessidades irracionais e não apenas as racionais, pois segundo Heller, tentar entender o mundo, fazer julgamentos sobre os atores, analisar, criticar, aceitar ou rejeitar as instituições políticas fora do raio de ação da pessoa, também são aspectos do “enfrentamento do contexto”<sup>31</sup>.

A observação dos jovens no cotidiano blumenauense permitiu descobrir a diversidade de comportamento entre as diferentes juventudes dentro de um mesmo contexto. Permitiu reconhecer, que se movem diferentemente em busca de identidade e vivências, se vestem de maneira diferente para serem vistos e reconhecidos, mas nem sempre se comportam de maneira diferente frente às gerações mais velhas. O que fazem é utilizar a moratória vital para expressar suas maneiras de pensar, de sentir e de agir, que nada mais são do que diferentes mapas de significação que orientam suas condutas<sup>32</sup>.

O desafio desse movimento intergeracional de sociabilidade e juvenilização, segundo Della Flora, consiste em superar os elementos que inibem os jovens de participarem do contato original com a cultura<sup>33</sup>. Por isso, hoje, juventude e pleno *status* social não são mais, na sociedade contemporânea, termos tão contraditórios; pelo contrário, tendem até a coincidir, com importante ressalva de que a “juventude” foi totalmente deturpada e alienada em relação a valores de autonomia e inconformismos, suas relações interindividuais e por fim suas trajetórias e entrada na vida adulta.

Neste sentido, afirmamos a necessidade de uma cultura pública democrática para o reconhecimento estímulo das potencialidades juvenis, nem que sejam estas apenas para elaborações subjetivas de uma dada geração. Se isso não ocorrer espontaneamente ou de forma provocada, acreditamos que será reivindicada como necessidade para um processo de transição. Acontecendo

assim, de forma enviesada, será, por conseguinte mais labutada do que o necessário, acarretando prejuízos sociais para ambas as gerações, adulta e juvenil.

## Notas

<sup>1</sup> HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

<sup>2</sup> MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. Coleção Os Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.

<sup>3</sup> Referimo-nos ao “saber não sabido” referenciado por Certeau (*A Invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994). Para ele, entre a prática e a teoria há uma terceira posição: o saber não sabido. Trata-se de saberes sobre os quais os sujeitos não refletem. Tais saberes são, às vezes, reconhecidos por outro, mas não por seu proprietário.

<sup>4</sup> GROppo, Luis Antonio. *Juventude – ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

<sup>5</sup> Groppo (*op. cit.*, p. 43) menciona três: sistema escolar educacional, agências juvenis mantidas por adultos e grupos juvenis espontâneos.

<sup>6</sup> GROppo, Luis Antonio, *op. cit.*, p. 49.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 43.

<sup>8</sup> MELLUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação- ANPED – Juventude e Contemporaneidade*. n. 5/6, 1997, p. 48.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 23. Lembramos que Mellucci trata de movimentos sociais, mas são suas considerações sobre os espaços utilizados por tais movimentos é o que nos interessa.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 49.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 89.

<sup>12</sup> *Rapper* é quem curte ou pratica *rap* ou *Hip Hop*, um movimento cultural iniciado no final da década de 1960 nos Estados Unidos como forma de reação aos conflitos sociais e à violência sofrida pelas classes menos favorecidas da sociedade urbana. É uma espécie de cultura das ruas, um movimento de reivindicação de espaço e voz das periferias, traduzido nas letras questionadoras e agressivas, no ritmo forte e intenso e nas imagens grafitadas pelos muros das cidades. O *Hip Hop* como movimento cultural é composto por quatro manifestações artísticas principais: o canto do *rap* (sigla para *rythm-and-poetry*), a instrumentação dos DJs, a dança do *break dance* e a pintura do grafite. O termo música *Hip Hop* refere-se aos elementos *rap* e *DJ*, sendo *Hip Hop* também usado como sinônimo de *rap*.

<sup>13</sup> Também escrito *rock 'n' roll*, é um gênero de música que emergiu e se definiu no sul dos Estados Unidos durante a década de 1950, rapidamente se espalhando pelo resto do mundo. Evoluiu mais tarde para diversos subgêneros no que hoje é definido simplesmente como “rock”. Atualmente, o termo “*rock and roll*” tem diversos significados, seja para definir o rock tradicional ao estilo dos anos de 1950, ou para definir o rock surgido posteriormente, e até mesmo certas vertentes da música pop.

<sup>14</sup> Abreviação do inglês *emotional*, é um gênero de música derivado do Hardcore. O termo foi originalmente dado às bandas do cenário punk de Washington DC, que compunham num lirismo mais emotivo que o habitual.

<sup>15</sup> Por estarem caracterizados com estilos/roupas da moda atual, os denominamos de “jovens padronizados pelo consumo” para diferenciá-los dos demais.

<sup>16</sup> MAGNANI, J.G.C. “Circuito de Jovens”. In: MAGNANI, J.G.C.; SOUZA, B.M. (orgs.). *Jovens na Metrópole: Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo; Ed. Terceiro Nome, 2007, p. 15-22. Trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou oferta de determinado serviço por meio de estabelecimento, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contigüidade espacial, sendo reconhecido por seus usuários habituais. Ou designa



um uso dos espaços e de equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros.

<sup>17</sup> COSTA, S. Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil. Uma Abordagem Tentativa. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 38, 1994, p. 38-52.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>19</sup> GROPPPO, Luis Antonio, *op. cit.*

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Última Década*, Vinã del Mar, CIDPA, março 2002.

<sup>23</sup> MANNHEIM, Karl, *op. cit.*

<sup>24</sup> *Idem*, p. 75.

<sup>25</sup> Groppo (*Uma onda mundial de revoltas. Movimentos Estudantis de 1968*. Piracicaba: Editora Unimep, 2005) referencia o jovem como instrumento, citando o exemplo das guerras, principalmente o movimento Hitlerista, onde o jovem assumia uma causa adulta como sua. Hoje um bom exemplo são os dos jovens moldados para o consumo.

<sup>26</sup> Encontramos nas ruas de Blumenau *skatistas, rappers, heavy metals, EMOs* ou simplesmente adeptos do *Rock and Roll* e aqueles sem referencial específico, mas que acabam por se enquadrar no padrão consumista de marcas.

<sup>27</sup> CHAÚÍ, Marilena. A nação como semióforo. In: *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

<sup>28</sup> CANCLINI. Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2005.

<sup>29</sup> HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> Diz respeito à sensação de imortalidade própria dos jovens. O gosto pelo perigo e pelo desafio, a audácia de tomar determinadas atitudes e praticar determinados atos, muitas vezes é confundida com a irresponsabilidade (MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (org.) *La juventud es más que una palabra - Ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Edit. Biblos, 2000, p. 13-30).

<sup>33</sup> DELLA FLORA, Angela. A Teologia da Libertação e a Formação Política Cristã de uma Geração de Jovens Rurais Militantes na Diocese de Chapecó – SC. Dissertação de Mestrado. PPGSP/UFSC/2007.

## Referências bibliográficas

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Última Década*, Vinã del Mar, CIDPA, março 2002.

CANCLINE. Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2005.

CAREZIA, Roberto Marcelo. In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Meri (orgs.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAÚÍ, Marilena. A nação como semióforo. In: *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, S. Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil. Uma Abordagem Tentativa. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 38, 1994, p. 38-52.

DELLA FLORA, Angela. A Teologia da Libertação e a Formação Política Cristã de uma Geração de Jovens Rurais Militantes na Diocese de Chapecó – SC. Dissertação de Mestrado. PPGSP/UFSC/2007.

- FLORES, Maria Bernadete Ramos; WOLFF, Cristina Scheibe. *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
- GROPPO, Luis Antonio. *Juventude – ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- GROPPO, Luis Antonio. *Uma onda mundial de revoltas. Movimentos Estudantis de 1968*. Piracicaba: Editora Unimep, 2005.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- MACHADO, Ricardo. *De Colônia a Cidade: propriedade, mobilidade e ordem pública em Blumenau em fins do século XIX*. Dissertação de Mestrado/História/UFSC, 2006.
- MAGNANI, J.G.C. Circuito de Jovens. In: MAGNANI, J.G.C.; SOUZA, B.M. (orgs.). *Jovens na Metrópole: Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2007, p. 15-22.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. Coleção Os Grandes Cientistas Sociais São Paulo: Ática, 1982.
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (org.) *La juventud es más que una palabra - Ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Edit. Biblos, 2000, p. 13-30.
- MELLUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação- ANPED – Juventude e Contemporaneidade*, n. 5/6, 1997.
- SOUZA, Janice Tirelli Ponte de. *As insurgências e as novas narrativas políticas contra o instituído*. Cadernos de Pesquisa Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis n. 32, 2002.

# OS ALUNOS DO PRESÍDIO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS DETENTOS DO PRESÍDIO DE VIÇOSA, MG \*

Haudrey Germiniani Calvelli \*\*

Maria Aparecida Bibiana Rosa \*\*\*

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi identificar e analisar as medidas sócio-educativas utilizadas no processo de ressocialização dos detentos. Especificamente analisamos os possíveis problemas, na perspectiva dos presos, na realização das atividades no ambiente físico e no relacionamento com os agentes que atuam na promoção da ressocialização. Este estudo foi realizado na Penitenciária de Viçosa, Minas Gerais. Na coleta de dados, recorremos a procedimentos de pesquisa etnográfica, observação participante e entrevista semi-estruturada e questionário aberto.

**Palavras-chave:** Ressocialização; educação; sistema penitenciário.

**Abstract:** The purpose of this work was to identify and analyze the relations between school education and resocialization within a penal system. It is studied how prisoners or former students view the education process in which they participate. The study was carried out at the Prison of Viçosa, Minas Gerais. The data came from several ethnographic procedures, direct observation, questionnaires with open question, and semi-structured interviews.

**Keywords:** Resocialization; education; penitentiary system.

---

\* Este artigo é proveniente da pesquisa de iniciação científica intitulada "Uma análise do processo de ressocialização dos detentos do Presídio de Viçosa, MG", realizada na Escola de Estudos Superiores de Viçosa.

\*\* Doutora em Ciências Sociais da Religião (UFJF) e professora da Escola de Estudos Superiores de Viçosa.

\*\*\* Aluna do curso de Serviço Social da Escola de Estudos Superiores de Viçosa.

## 1. Introdução

Quando um indivíduo pratica um delito, é visto pela sociedade como um ser que rompe com as normas constituídas pelo Estado e impostas à sociedade para a preservação dos direitos de todos. Desta forma, ele será excluído temporariamente do ambiente social, sendo confinado em uma instituição que em tese visa recuperá-lo para o retorno ao convívio social. Logo, a ressocialização é uma das principais atribuições do encarceramento dos indivíduos que cometem delitos.

Segundo Claus Roxin<sup>1</sup>, o objetivo ressocializador contido na pena privativa de liberdade é promover ao encarcerado a readaptação e reintegração ao convívio social, cumprindo desta forma com os objetivos de um moderno Estado social, que seria aplicar justiça social com respeito ao bem estar geral e à dignidade da pessoa humana. As instituições carcerárias têm por finalidade fazer com que o infrator retorne a conviver de acordo com as leis da sociedade. Existindo apenas duas exceções em que a recuperação será descartada, que são os casos de prisão perpétua e de pena de morte, as quais não existem no Estado brasileiro. Assim, no Brasil, parece evidente que, ao menos dentro de uma concepção do sistema jurídico atual, as instituições carcerárias existem para ressocializar os detentos.

Todavia, no sistema carcerário brasileiro a ressocialização na maioria das vezes não está sendo atingida, sendo um problema tanto para o governo, quanto para a sociedade. Na realidade, com a ineficácia da recuperação pretendida pelas instituições carcerárias os indivíduos retornam para a sociedade estigmatizados e embrutecidos em decorrência do ambiente em que cumpriram a sua pena.

Além da superlotação das celas, do ambiente insalubre e precário das penitenciárias, da falta de higiene das celas, da deficiência na alimentação, o sedentarismo e o uso de drogas são os grandes impedimentos para a verdadeira reintegração dos ex-apanados à sociedade.

Apesar de toda problemática acima apontada, o Presídio de Viçosa vem desenvolvendo projetos em busca da ressocialização dos detentos por meio da educação. O objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar a educação no Presídio de Viçosa, mostrando como é o tratamento fornecido aos presos e o que é feito na prática para promover a reintegração na sociedade. Especificamente, enfocamos os detentos que freqüentam a Escola Estadual do presídio, com a finalidade de levantar os possíveis problemas, tendo como foco a perspectiva dos presos em relação à realização das atividades educacionais no ambiente físico do presídio.

## 2. Revisão da bibliografia

Com a finalidade de realizar uma análise do processo de ressocialização que ocorre no presídio de Viçosa e a percepção deste processo pelos próprios detentos, iremos recorrer às discussões teóricas levantadas por Foucault<sup>2</sup>, Bauman<sup>3</sup> e Baratta<sup>4</sup>. Esses autores teceram críticas fundamentais para a compreensão do sistema penal, apontando os limites da ressocialização. Também abordaremos as discussões realizadas por alguns pesquisadores brasileiros, tais como Leite<sup>5</sup>, Onofre<sup>6</sup>, Resende<sup>7</sup> e Lourenço<sup>8</sup> sobre a escola no interior dos presídios.

O abandono da política do Estado do Bem Estar Social e a instauração do neoliberalismo, a partir da década de 1980, resultou num alto custo social. Isto ocorreu devido à concentração de renda e ao abandono quase total das políticas sociais que acabaram afetando camadas inteiras da população que são excluídas da sociedade contemporânea<sup>9</sup>.

Diante desta realidade de “dívida social”<sup>10</sup> cada vez mais acentuada, há um excesso de sujeitos que, ao serem excluídos do sistema, tornam-se infratores em potencial. Esses sujeitos “indesejados” precisam ser vigiados e punidos caso ameacem a ordem social. E é justamente o controle social exercido pelo poder público que Michel Foucault<sup>11</sup> critica em sua conhecida obra *Vigiar e Punir*.

A prisão moderna é, segundo Foucault, “uma empresa de modificar indivíduos”<sup>12</sup>, tendo, portanto, duas obviedades fundamentais na forma simples da privação de liberdade e desempenhando

um papel, suposto ou exigido, de aparelho transformador de indivíduos. Neste sentido, a prisão representa um aparelho disciplinar exaustivo: um reformatório integral que prescreve princípios de isolamento em relação ao mundo exterior à unidade penal, aos motivos que o levaram à infração, conduzindo-o, através desse isolamento, à reflexão, ao remorso e à submissão total, ao reconhecimento do preso sobre o poder que a ele se impõe; de um tipo de trabalho que tem por objetivo regular, acabar com a agitação, impor hierarquia, vigiar, constituindo, assim, uma relação de poder. É uma espécie de prisão que extrapola a simples privação de liberdade ao tornar-se um instrumento de modulação da pena.

De acordo com Foucault, a prisão fundamenta-se, primeiramente, no fato de que a liberdade é um bem pertencente a todos e, por conseguinte, a sua privação teria um “preço” equivalente, sendo um castigo igualitário. Como complemento a sua base de fundamentação, a prisão tem o papel de transformar o indivíduo, impondo-lhe disciplina: um dos responsáveis por essa transformação é o trabalho prisional, cujo sentido não estaria ligado à aprendizagem de um ofício, mas à noção própria de virtude do trabalho, dando aos indivíduos a forma ideal do trabalhador.

A prisão passa a ser responsável pela administração de toda dimensão temporal da vida dos apenados. Além do controle dos seus corpos, deve haver uma modificação do tempo do indivíduo para disponibilizá-lo ao trabalho e a transformação do seu corpo para a realização do trabalho; deve, enfim, “qualificar-se como um corpo capaz de trabalhar”<sup>13</sup>.

Para Foucault<sup>14</sup>, o trabalho prisional aqui não visa ao lucro ou ao aprendizado de uma atividade que seja útil ao apenado, mas sim ao seu ajuste a um aparelho de produção. O trabalho prisional não seria “nem uma adição nem um corretivo ao regime de detenção”, ele teria uma função diferente da punição.

Muito afastada do ato de ressocializar os indivíduos, a prisão acaba por demonstrar a falência de seus métodos. Como podemos observar na realidade, as prisões não diminuíram as taxas de criminalidade, a detenção resulta em reincidência – após sair da prisão, o ex-detento torna-se estigmatizado e raramente consegue se inserir no mercado de trabalho formal. A terceira constatação está ligada ao fato de que prisões fabricam delinquentes, além de favorecer a solidariedade entre eles.

Para Bauman<sup>15</sup>, aprisionamento é exatamente o oposto de reabilitação. O autor observa que o acentuado crescimento da utilização do encarceramento como modo de punição deve-se ao fato de que novos setores da população serem visados como novas ameaças à ordem social. A expulsão desses indivíduos do meio social passa a ser configurada como uma solução eficiente para neutralizar a “ameaça” que causam à ordem pública. Assim, as penas de privação da liberdade acabam sendo colocadas na dinâmica da urgência, dando a ilusória resposta à opinião pública de que está ocorrendo uma espécie de justiça instantânea. A prisão imediata é utilizada aqui como construtora de uma falsa noção de eficácia do aparelho repressor estatal<sup>16</sup>.

A criminalização dos que são economicamente inferiores e não possuem condições ideais de consumo na sociedade contemporânea é realizada de modo crescente pelo sistema penal, sendo que, cada vez mais, ser pobre é visto como um crime e empobrecer como produto de predisposição ou intenção criminosa. Essa ação corresponde a uma nova mentalidade sobre a resposta ao delito por parte de indivíduos de classes econômicas superiores (os consumidores).

Os não-consumidores ou consumidores falhos são pessoas incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor contemporâneo, já que não possuem recursos econômicos exigidos para tanto; estes indivíduos são redundantes para o mercado de consumo e considerados “fora do lugar”, “objetos impuros”, são os principais e potenciais clientes do sistema penal<sup>17</sup>.

Em sua análise sobre o cárcere, Alessandro Baratta observa que a sua função principal é manter indivíduos desiguais, sendo este o elemento principal para a criação de uma população criminosa. A pena restritiva de liberdade deixaria marcas estigmatizantes no indivíduo e não produziria o efeito ressocializador e reeducador em que está baseada, mas, ao contrário, acabaria por conferir ao indivíduo o papel de delinquentes.

A estigmatização penal apresenta-se para o autor como elemento transformador da identidade

social da população criminosa. A prisão seria causadora de um fenômeno de “desculturação”, por meio do qual o indivíduo perderia as condições de viver em liberdade, perdendo o senso de auto-responsabilidade do ponto de vista econômico e social. Complementar a este processo ocorreria uma aculturação dos valores característicos de uma subcultura carcerária, a qual, quanto mais internalizada, menores as chances do indivíduo ser reinserido na sociedade além dos muros da prisão.

O desrespeito ao preso não atinge apenas os seus direitos, agride a sua própria condição de ser humano, rebaixando-os à situação de animais insignificantes. Assim, os encarcerados acabam se tornando duas vezes vítimas da ideologia neoliberal. São punidos pelo que são – negros, pobres e analfabetos – e após cumprirem suas penas retornam para a sociedade com mais uma etiqueta pejorativa que os torna ainda mais excluído do que antes. Os egressos penitenciários são devolvidos para o convívio social e se deparam mais uma vez com a exclusão social. A sociedade classifica os ex-presidiários e enxergam nestes uma ameaça em potencial<sup>18</sup>.

Apesar das críticas levantadas pelos estudiosos sobre a ineficácia da ressocialização no sistema prisional, a implantação de escolas que funcionam dentro do cárcere vem configurando uma das alternativas favoráveis à reintegração dos ex-apanados na sociedade. Especificamente, sobre a educação nas prisões, alguns pesquisadores brasileiros realizaram estudos significativos para a compreensão da ressocialização promovida pela educação<sup>19</sup>.

José Ribeiro Leite<sup>20</sup> é um dos pesquisadores que abordou a “educação por trás das grades” em sua dissertação de mestrado. Leite, sendo também monitor de jovens e adultos presos de uma instituição do Estado de São Paulo, expressa seu otimismo em relação à possibilidade de desenvolvimento de uma política educacional de qualidade em relação às escolas que funcionam dentro do sistema prisional. Para ele, a educação escolar pode influenciar de forma positiva a prática de restrição de liberdade e possibilitar a reintegração social dos encarcerados<sup>21</sup>.

Onofre<sup>22</sup> é outra pesquisadora a manifestar otimismo em relação ao resgate da identidade do homem encarcerado através da educação. A autora, influenciada pelo otimismo de Paulo Freire, aposta que a educação pode fazer alguma coisa em qualquer espaço, incluindo os espaços repressivos, como os presídios. As escolas que funcionam no interior do sistema prisional podem ser mediadoras entre a realidade, saberes e culturas, capazes de libertar e unir os excluídos que se encontram encarcerados. Através dos depoimentos dos detentos e do diálogo com outros autores que estudam o tema, Onofre conclui que “em um espaço repressivo, como é o caso das prisões, a escola tem seu significado e sua essência mantidos, no estabelecimento de vínculos e de intersubjetividades”<sup>23</sup>.

No entanto, autores como Resende<sup>24</sup>, ancorados no referencial teórico de Foucault, criticam a prática educacional no interior das instituições prisionais. Segundo ele, o que ocorre é uma espécie de educação pelo avesso, ou seja, há uma modificação do indivíduo, que passa a ser reprogramado através de um processo educativo operacionalizado pelo aparelho penitenciário. O que ocorre, na verdade, é controlar e vigiar com a única finalidade de corrigir as falhas, desvios e assim melhorar o comportamento.

Assim, Resende compactua com outros autores como Goffman<sup>25</sup>, que apontam para uma importância extremada nas prisões do sistema de controle em detrimento da escolarização e outras possibilidades de reintegração do ex-apanado à sociedade. Desta maneira, concordam com Foucault que explicita os verdadeiros objetivos da pena de prisão que são tornar os indivíduos mais dóceis e submissos a uma ordem social hegemônica. As atividades como educação, esporte, cursos e outras com a finalidade de reabilitar o preso, assumem posição secundária em relação ao aprendizado das regras necessárias ao controle das prisões.

Ainda que seja paradoxal a realização da educação no interior do sistema prisional, pesquisadores que abordam o tema como Lourenço<sup>26</sup> e Salla<sup>27</sup> acreditam que, apesar de todos os problemas enfrentados, a escola representa um novo caminho, sendo uma esperança necessária para muitos dos condenados.

### 3. Procedimentos metodológicos



Esta pesquisa foi realizada no Presídio de Viçosa, localizado na Rua José Figueira Filho, 105, no Bairro Bom Jesus, em Viçosa, Minas Gerais. Os sujeitos do estudo foram os detentos que freqüentam a Escola Estadual Professor Cid Batista, instalada nas dependências do presídio e as suas percepções em relação ao processo de ressocialização desta instituição.

Nesta pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa, considerando a natureza do objeto de estudo. Para tanto, recorreremos à perspectiva antropológica e à prática etnográfica, visando objetivar o processo de ressocialização que ocorre através da educação na Penitenciária de Viçosa.

#### 4. Local de estudo e população

O presídio de Viçosa foi inaugurado em 1º de agosto de 2005, possui treze celas, almoxarifado, sala da administração, sala da psicóloga e da enfermeira e um pátio grande utilizado para os banhos de sol e dois cômodos que acomodam os presos albergados, ou seja, que voltam ao final de cada dia para passar a noite na reclusão. Atualmente, o presídio abriga 150 presos, sendo oito mulheres. Segundo os funcionários do presídio, existem doze presos em cada cela, e as mulheres ocupam uma única cela.

Todos os detentos recebem três refeições diárias: café da manhã às 7:30, almoço às 11:30, um lanche às 16:00 e o jantar às 18:30. O banho de sol é permitido duas vezes ao dia, pela manhã e à tarde.

Além da escola estadual de ensino regular, o presídio de Viçosa também oferece curso profissionalizante de garçom e *pizzaiolo* e oficinas de tricô e crochê. Os cursos profissionalizantes contam com a parceria do Centro de Produções Técnicas (CPT), uma empresa privada da cidade que oferece cursos de capacitação profissional à distância e presencial.

A escola estadual, cujas aulas iniciaram-se no dia 17 de abril de 2008, localiza-se em um anexo construído no terreno do presídio. Ela conta com três salas, sendo uma utilizada como biblioteca, outra para a realização de trabalhos manuais e uma sala de aula. A escola possui 33 alunos matriculados. Todos os interessados em freqüentar a escola podem se inscrever; posteriormente é feita uma análise da situação jurídica de cada um, e a preferência recai naqueles que já foram julgados e que irão passar um longo período no presídio.

Os oito professores que ministram as aulas possuem formação superior, sendo oferecidas todas as séries do ensino fundamental e as disciplinas são as mesmas das escolas estaduais: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Ensino Religioso e Educação Física. Além das aulas, são exibidos filmes e documentários.

#### 5. Resultados e discussão

Dos 33 alunos matriculados na Escola do presídio foram entrevistados 23 alunos que continuaram a freqüentar as aulas. A faixa etária dos alunos está entre 19 e 54 anos. Todos eles já eram alfabetizados e afirmaram ser a maior motivação para voltar a estudar a possibilidade de um futuro melhor. Mas além da possibilidade de solucionar problemas de ordem prática como capacitação para o mercado de trabalho e remissão da pena, outras motivações também foram mencionadas como “adquirir sabedoria” e “servir de exemplo para outras pessoas”. Estas motivações demonstram a preocupação não só em melhorar de vida, mas também a vontade de ser uma pessoa melhor. O desejo de se tornar uma pessoa melhor foi revelado com maior ênfase pelos detentos que possuem filhos ainda pequenos e recebem o apoio da família. Como disse um detento de 36 anos: “Quero aprender um pouco mais pra poder estar ajudando meu filho menor na escola”.

No entanto, várias dificuldades foram levantadas pelos detentos que freqüentam a escola. Estas dificuldades foram divididas em: dificuldades na escola e dificuldades no presídio. As dificuldades na Escola foram apontadas de forma recorrente por todos os entrevistados: falta de livros, falta de espaço, ou seja, salas de aulas pequenas e ainda as dificuldades de aprendizado em disciplinas como

Português e Matemática. A maioria dos entrevistados passou por um longo período sem estudar e enfrenta dificuldades com a nova rotina. As aulas do turno da manhã começam às 9:00 horas e terminam às 11:30 e as aulas do turno da tarde iniciam-se às 14:00 e terminam às 16:30. São duas horas e meias em sala de aula, tempo que antes era gasto no pátio tomando sol, jogando futebol, baralho, fazendo caminhada e conversando com os colegas detentos.

Desta forma, ainda é recente o funcionamento da escola que marca um novo processo de ensino-aprendizagem mais direcionado e regular. Diferente das oficinas de artesanato, a escola possui horário mais rígido, aulas com conteúdos preestabelecidos e avaliações. Os horários e as aulas da Escola ainda são novidades para a rotina ociosa dos detentos que até então utilizavam o tempo dormindo ou assistindo televisão. A mudança na rotina muitas vezes impede a frequência nas aulas, ocasionando uma expressiva evasão.

Segundo a psicóloga do presídio, é necessário fazer um trabalho de conscientização da importância de frequentar as aulas e que o aprendizado acontece de forma lenta e gradual, sendo necessária uma persistência maior. Muitos detentos fazem as inscrições para frequentar a escola, mas a maioria acaba desistindo de estudar logo no início, quando se depara com as dificuldades de aprendizado. Alguns acham que jamais irão conseguir aprender os conteúdos por serem velhos para o estudo.

Outros problemas inerentes ao sistema carcerário foram apontados pelos detentos como impedimento da aprendizagem na escola. A maioria dos entrevistados reclamou dos banhos frios, da superlotação das celas e do barulho constante do ambiente prisional. Uma outra reclamação recorrente é sobre o ritual diário de revistas e colocação das algemas antes de irem para a sala de aula.

“A gente não deveria ser revistado duas vezes e nem ter que ir algemado”. (masculino, 38 anos)

“Eles deviam deixar a gente vir sem aljava, tem que ter confiança”. (masculino, 34)

“Falta confiança, a gente, vai pra escola por bom comportamento, não precisa de aljava”. (masculino, 26 anos)

Como podemos observar nos relatos acima, uma das maiores dificuldades apontadas pelos encarcerados ao frequentar a escola se encontra no fato de serem revistados e algemados antes de se dirigirem ao prédio onde ocorrem as aulas. Há uma insatisfação dos detentos em relação à falta de confiança dos agentes penitenciários e principalmente pela exposição de seus corpos ao serem revistados nos dias letivos e ainda a humilhação que sentem ao serem levados algemados para a Escola. Este aspecto também foi observado por Lourenço ao analisar o ensino nas escolas de duas instituições prisionais paulistas:

Ao contrário das escolas da sociedade livre as escolas do mundo prisional processos de escolarização que ocorrem no interior das prisões obedecem esquemas rígidos de disciplina e estabelecem rituais de disciplina visando a manutenção da ordem do presídio <sup>28</sup>

Um outro problema apontado como fator que dificulta o aprendizado são as condições do ambiente prisional. As celas são superlotadas, não existe nenhuma privacidade, os detentos convivem amontoados em um espaço mínimo, o que impede a qualidade do sono, devido a conversas fora de hora e ao local inadequado para repousar; muitos dormem em colchões no chão e muito próximo de seus colegas de cela. Na cela, também é impossível realizar leituras, devido às algazaras recorrentes durante o dia e a noite. Aqueles que desejam estudar são impedidos pela própria condição insalubre do ambiente, que ocasiona progressivamente a deterioração da saúde física e mental.

Assim, podemos observar que a educação dentro do presídio é marcada constantemente pela ambivalência. Por um lado, o estigma, a exclusão social, a privação da liberdade, a falta de um ambiente salubre, a disciplina humilhante do homem encarcerado. Por outro lado, a tentativa de formar cidadãos capazes de voltar ao convívio social e familiar. Diante das dificuldades da realização de uma educação de qualidade dentro do presídio, frequentar a escola ainda é insuficiente para transformar os criminosos

em pessoas honestas, devido ao número reduzido de salas de aula, à evasão escolar e à própria estrutura prisional que acaba se configurando como uma “escola do crime”.

## 6. Considerações finais

A existência de uma escola estadual dentro do presídio, sem dúvida, pode proporcionar a oportunidade de reintegração social. No entanto, como podemos observar ao longo da pesquisa, são ainda poucos os detentos que tem acesso à escola, devido ao pouco espaço físico que a escola possui e ao pequeno número de professores. Ainda não é oferecida a todos os detentos a mesma oportunidade.

Apesar da iniciativa de promover a inclusão social dos indivíduos que cumprem pena, são inúmeras as dificuldades encontradas por eles no ambiente prisional, desde as mais básicas como higiene e saúde, como as imprescindíveis para a integração afetiva e social, como amizade e confiança. A pesquisa de campo revelou que a Escola pode ser um local favorável ao estabelecimento de novos vínculos afetivos; no entanto, a desconfiança e o medo estão presentes nas relações entre alunos e professores, o que impede a continuidade dos estudos por parte dos alunos, que se sentem inferiorizados ao serem revistados e algemados antes das aulas. Por outro lado, os professores temem as rebeliões de seus próprios alunos.

Desta forma, como bem observou Hassen<sup>29</sup>, apesar do intuito dos projetos que acontecem no cárcere, a questão ressocializadora depende, na verdade, da iniciativa pessoal do apenado, bem como do apoio de familiares e amigos, para que consiga manter as características positivas que possuía antes de entrar na instituição penal, já que a prisão torna os apenados indivíduos moralmente piores. A autora afirma que o encarceramento não é a solução para o problema da criminalidade e que sua função ressocializadora não é posta em prática<sup>30</sup>.

Quanto aos esforços para recolocar os egressos do sistema penal no mercado de trabalho, Bauman<sup>31</sup> observa que a tentativa só será efetiva se houver trabalho a se fazer, algo cada vez mais raro em um mundo globalizado e com as relações de trabalho sofrendo transformações. O autor acredita que, nas atuais circunstâncias, o confinamento em uma instituição prisional representa uma “alternativa ao emprego”, uma maneira de neutralizar ou utilizar uma parcela da população que não é necessária à produção e para a qual não existem alternativas de trabalho para ser recolocada.

O sistema penal possibilita a manutenção de um sistema social que, proporciona a manutenção das desigualdades sociais e da marginalidade. Pois, segundo Bitencourt, “o sistema penal permite a manutenção da estrutura vertical da sociedade, impedindo a integração das classes baixas, submetendo-as a um processo de marginalização”<sup>32</sup>.

## Notas

<sup>1</sup> ROXIN. *Derecho penal, parte general, La estructura de la teoría del delito*. Traducción y notas de la 2ª ed. alemana por Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo, Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, tomo I, fundamentos, 1ª ed. 1997, 2001, p. 87.

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 25 ed. Tradução de Raquel Ramalho. Petrópolis: Vozes, 1999.

<sup>3</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

<sup>4</sup> BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1999.

<sup>5</sup> LEITE, José Ribeiro. *Educação por trás das grades: uma contribuição ao trabalho educativo, ao prisioneiro e à sociedade*. Dissertação de Mestrado, Marília, SP: UNESP, 1997.

<sup>6</sup> ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. *Educação escolar na prisão. Para além das grades: a essência da escola e a possibilidade de resgate da identidade do homem encarcerado*. Tese de Doutorado. Araraquara, SP: UNESP, 2002.

<sup>7</sup> RESENDE, Selmo Haroldo de. *Vidas condenadas: o educacional na prisão*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. São Paulo: PUCSP, 2002.

- <sup>8</sup> LOURENÇO, Arlindo da Silva. *As regularidades e as singularidades dos processos educacionais no interior de dois institutos prisionais e suas repercussões na escolarização prisioneiros. Um contraponto à noção de sistema penitenciário*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC SP, 2005.
- <sup>9</sup> LEAL, Rigueira Maria Antonieta. Direitos humanos apenas para os humanos direitos? Breve análise do controle penal na sociedade neoliberal, por uma mudança do paradigma construído pelo senso comum. *Revista do Curso de Direito da ESUV*, v. 2, n. 1, dez. 2006, p.38-51.
- <sup>10</sup> (ANDRADE, 2003,p.27)
- <sup>11</sup> FOUCAULT, Michel, *op. cit.*
- <sup>12</sup> *Idem*, p. 128.
- <sup>13</sup> *Idem*, p. 124.
- <sup>14</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>15</sup> BAUMAN, Zygmunt, *op. cit.*
- <sup>16</sup> *Idem*, p. 127.
- <sup>17</sup> *Idem*, p. 26.
- <sup>18</sup> Silva, 2006.
- <sup>19</sup> Os estudos sobre a educação escolar na prisão realizados no Brasil dialogam e problematizam as idéias elaboradas por Michel Foucault, Erwing Goffman e Gresham Sikes, entre outros, referenciais clássicos de produção científica sobre o sistema prisional.
- <sup>20</sup> LEITE, José Ribeiro, *op. cit.*
- <sup>21</sup> LOURENÇO, Arlindo da Silva, *op. cit.*
- <sup>22</sup> ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano, *op. cit.*
- <sup>23</sup> *Idem*, p. 178.
- <sup>24</sup> RESENDE, Selmo Haroldo de, *op. cit.*
- <sup>25</sup> GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- <sup>26</sup> LOURENÇO, Arlindo da Silva, *op. cit.*
- <sup>27</sup> SALLA, Fernando Afonso. *As prisões em São Paulo*. São Paulo: Annablume Editora, 1999.
- <sup>28</sup> LOURENÇO, Arlindo da Silva, p. 134.
- <sup>29</sup> HASSEN, Maria Nazareth Agra. *O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.
- <sup>30</sup> HASSEN, Maria Nazareth Agra, *op. cit.*
- <sup>31</sup> BAUMAN, Zygmunt, *op. cit.*
- <sup>32</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *A Falência da Pena de Prisão: Causas e alternativas*. 3ª ed. Saraiva. São Paulo. 2004, p. 36.

#### Referências Bibliográficas

- BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1999.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *A Falência da Pena de Prisão: Causas e alternativas*. 3ª ed. Saraiva. São Paulo. 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 25 ed. Tradução de Raquel Ramalho. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- HASSEN, Maria Nazareth Agra. *O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

LEAL, Rigueira Maria Antonieta. Direitos humanos apenas para os humanos direitos? Breve análise do controle penal na sociedade neoliberal, por uma mudança do paradigma construído pelo senso comum. *Revista do Curso de Direito da ESUV*, v. 2, n. 1, dez. 2006, p.38-51.

LEITE, José Ribeiro. *Educação por trás das grades: uma contribuição ao trabalho educativo, ao prisioneiro e à sociedade*. Dissertação de Mestrado, Marília, SP: UNESP, 1997.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. *As regularidades e as singularidades dos processos educacionais no interior de dois institutos prisionais e suas repercussões na escolarização prisioneiros. Um contraponto à noção de sistema penitenciário*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUCSP, 2005.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. *Educação escolar na prisão. Para além das grades: a essência da escola e a possibilidade de resgate da identidade do homem encarcerado*. Tese de Doutorado. Araraquara, SP: UNESP, 2002.

RESENDE, Selmo Haroldo de. *Vidas condenadas: o educacional na prisão*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. São Paulo: PUCSP, 2002.

ROXIN. *Derecho penal, parte general, La estructura de la teoría del delito*. Traducción y notas de la 2ª ed. alemana por Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo, Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, tomo I, fundamentos, 1ª ed. 1997, 2001.

SALLA, Fernando Afonso. *As prisões em São Paulo*. São Paulo: Annablume Editora, 1999.

SOUZA, Robson Sávio Reis. O Serviço Social na prevenção à criminalidade. *Serviço Social & Sociedade*, n. 86, ano XXVII, jul. 2006, p. 163-181.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Editora Escuta, 1994.

\_\_\_\_\_. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004.

# TORNAR-SE MÃE NO CONTEXTO ACADÊMICO: DILEMAS DA CONCILIAÇÃO MATERNIDADE - VIDA UNIVERSITÁRIA

Ana Maria de Oliveira Urpia \*

Sonia Maria Rocha Sampaio \*\*

**Resumo:** Este artigo visa apresentar os desafios da conciliação entre maternidade e vida acadêmica, apontando a necessidade de políticas de assistência para dar suporte às jovens mulheres que se tornam mães no percurso da formação superior. Com esse propósito, dispomos de alguns dos resultados obtidos pela pesquisa "Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico: narrativas de um self participante", apresentada como dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA, que descreveu a experiência de quatro mães-universitárias, na faixa etária dos 19 aos 25 anos de idade. A pesquisa que ora apresentamos fundamentou-se na Psicologia Cultural do Desenvolvimento e na Abordagem do Self Dialógico, tendo como lentes de análise as categorias gênero e geração, e trilhou, na pesquisa de campo e na textualização dos dados, os caminhos sugeridos pela abordagem (auto)biográfica em Etnografia, que pressupõe uma relação dialógica entre o self do pesquisador, o campo e as biografias. Discutem-se ainda novas compreensões acerca do conceito de assistência na educação superior, articuladas a questões de gênero, e na interface com as políticas de ações afirmativas.

**Palavras-Chave:** maternidade; universidade; políticas de assistência; educação superior

**Abstract:** This paper intends to present the challenge of balancing motherhood and academic life, indicating the need of assistance policies to support young women who become mothers in the course of a university degree. In this purpose, some results of the research "Becoming mother in the academic context: narratives of a participant self", a Master's thesis submitted to the Postgraduate Program in Psychology, UFBA, which described the experience of four college-student mothers, aged 19-25, will be presented. The present work is based on the Cultural Developmental Psychology, as well as the Dialogic Self Approach, and it takes the categories gender and generation as lenses of analysis. It has followed the steps suggested by the Autobiographic approach to Ethnography, during the field research as well as along the textualization of the data. The Autobiographic approach in Ethnography presupposes a dialogic relation between the researcher's self, the field and the biographies. This work also discusses new concepts of assistance in higher education, connected with gender issues, as well as affirmative actions policies.

**Keywords:** motherhood; university; assistance policies; higher education.

---

\* Mestre em Psicologia pela UFBA e Docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico da Universidade Federal da Bahia.

\*\* Psicóloga, Pós-doutora em Educação pela Universidade de Paris VIII, Doutora em Educação pela UFBA, Professora Associada da Universidade Federal da Bahia.



## Introdução

Pesquisas recentes indicam que o hiato de gênero no âmbito da educação superior foi revertido<sup>1</sup>. Contudo, uma análise cuidadosa da condição das mulheres no contexto acadêmico nos faz questionar até que ponto pode-se falar de transformações nas relações de gênero no contexto das universidades. Yannoulas observa que não obstante mulheres e homens frequentem o mesmo espaço universitário, realizam trajetórias educativas diferenciadas, com saídas profissionais diversificadas e percursos ocupacionais heterogêneos<sup>2</sup>.

Sem dúvida, é inegável que as mulheres são hoje maioria entre os estudantes universitários, no entanto, como destaca Leta, elas ainda são uma minoria em muitas áreas, estão concentradas em outras, e avançam lentamente na carreira científica<sup>3</sup>. Delimitar os motivos que levam a essa diferença de gênero é uma questão que vem desencadeando alguns esforços na pesquisa científica internacional, embora no Brasil, ainda sejam poucos os trabalhos em torno dessa temática. De acordo com Aquino, essas diferenças de gênero podem estar associadas a dois conjuntos de fatores: um primeiro envolve a socialização de gênero, que conforma as escolhas profissionais e delimita horizontes de possibilidades diferentes para homens e mulheres, atendendo a diferentes expectativas sociais e familiares; e um segundo, que resulta da difícil conciliação entre carreira e família<sup>4</sup>.

A questão é que a entrada das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho necessariamente não as tem desobrigado do cuidado da casa e dos filhos, pois ainda se mantém, entre os casais, a tradicional divisão sexual do trabalho, ainda que sejam observadas algumas mudanças, especialmente entre os mais jovens. Por estes motivos, muitas delas preferem optar por jornadas parciais, flexibilização de horários e freqüentes interrupções na vida profissional e/ou acadêmica. O problema é que a interrupção temporária da carreira para o cuidado de filhos pequenos significa uma desaceleração das atividades, e o retorno, em geral, acontece com dificuldades<sup>5</sup>, seja quando a mulher se encontra na condição de profissional ou na condição de estudante universitária.

Para Aquino<sup>6</sup>, uma ampla incorporação das mulheres às universidades e à ciência, sem que haja mudanças culturais profundas no âmbito acadêmico como em toda a vida social, acaba por colocá-las em situação de grande desvantagem, como revela a investigação realizada por Goulden e Manson<sup>7</sup>, que analisava os efeitos de ter bebês ao longo da carreira acadêmica para homens e mulheres da Universidade da Califórnia, Berkeley. Nesta pesquisa, 59% das pesquisadoras casadas e com filhos afirmaram que já haviam pensado em deixar a academia por conta das dificuldades em conciliar maternidade e vida acadêmica. Uma forma de resolver o conflito entre carreira que consome todo o tempo e o cuidado com as crianças é “optar” por não ser mãe, pois o fato é que “casados e com filho” é a fórmula para o sucesso de homens na academia, mas, para as mulheres, o sucesso está associado a um *baby gap* – já que o *status* da maternidade cria sérios problemas para a construção da estabilidade feminina nesse ambiente. Assim, os autores ressaltam: abrir as portas da educação superior para as mulheres não é o bastante para assegurar igualdade de oportunidades para a carreira daquelas mulheres que fazem a escolha de tornarem-se mães.

No Brasil, a discussão acerca dessa realidade é ainda muito escassa, mas já se podem destacar alguns importantes trabalhos como o da pesquisadora Fanny Tabak<sup>8</sup>; Velho e Léon<sup>9</sup> e Estela Aquino<sup>10</sup>, que discutem os desafios históricos e contemporâneos relacionados à inserção da mulher brasileira no contexto da vida acadêmica, assim como analisam os avanços e obstáculos no que se refere à sua participação no campo da pesquisa. Em função dessa escassez na literatura científica nacional, especialmente no que tange à realidade das jovens que ingressam no contexto acadêmico através da formação de nível superior, é que foi realizada a pesquisa “Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico: *narrativas de um self participante*”, que pretendeu focar a experiência de jovens mulheres, na faixa etária dos 19 aos 25 anos de idade, que vivenciaram, simultaneamente, o tornar-se mãe e o ser/tornar-se universitária. Vale destacar que, segundo dados do Censo 2000, realizado pelo IBGE, 8,81% das mulheres cursando o ensino superior, com idade entre 19 e 29 anos têm filhos na faixa etária de 0 a 4 anos<sup>11</sup>. Significa dizer, portanto, que quase 10% das mulheres universitárias brasileiras nesta

faixa são mães de crianças pequenas, e podem vir a demandar políticas públicas que lhes permitam permanecer no ambiente acadêmico e concluir seus estudos com melhores chances de entrar no mundo do trabalho.

Assim, no momento em que as universidades brasileiras estão convocadas a experimentar uma profunda reforma na direção de sua efetiva democratização devem ser retomados alguns conceitos estruturantes e centrais nesse processo, como aquele da assistência estudantil. Historicamente, a categoria “assistência” tem sua lógica associada ao atendimento de situações específicas, voltadas a critérios de necessidade. Atualmente, no Brasil, a assistência se encontra no rol dos direitos sociais, como política pública que compõe, junto com a saúde e a previdência, o tripé do sistema de seguridade. Lugar fundante na estruturação da sociedade nacional, a assistência social tem sido confundida com assistencialismo<sup>12</sup>. Este, entretanto, deve ser compreendido como resultado de uma relação de poder que subalterniza o receptor das ações da própria política de assistência, reproduzindo o que Yasbeck<sup>13</sup> vai nomear de a *cidadania invertida*, que reforça as figuras do pobre beneficiário, do desamparado, do necessitado.

Embora guardem similaridades, é necessário distinguir a política de assistência social e a assistência estudantil. A primeira, garantidora de mínimos sociais, tem caráter condicional e está voltada para os que se encontrem em situação de incapacidade. A segunda, ainda que prioritariamente voltada para aqueles em situação de vulnerabilidade econômica, também se caracteriza como conjunto de ações que visa aumentar as chances de permanência e a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes. Ou seja, enquanto o foco da primeira ação recai e ressalta aspectos relacionados com a impotência, a segunda pretende salientar variáveis pautadas na potência: suas ações devem contribuir para o estabelecimento de uma situação que potencialize e garanta o sucesso do estudante.

Mas um elemento nos interessa particularmente neste debate: a interface existente entre ações de assistência estudantil e políticas afirmativas. Não é nosso objetivo neste artigo discorrer sobre as polêmicas que envolvem a recente discussão sobre a efetivação de políticas de ações afirmativas. Interessa-nos, entretanto, o caráter reparador que esta ação objetiva, no sentido de ampliar a participação de setores em desvantagem social em programas e benefícios. No caso da universidade em questão, o programa de ações afirmativas está destinado à ampliação de acesso e à realização de ações que garantam a permanência de afro e índios descendentes, oriundos da escola pública. Curioso notar que, dentre as diversas ações listadas no documento normativo das políticas de inclusão social da universidade, aquelas focadas em gênero, como é o caso da creche, continuam no patamar das ações de assistência estudantil. Elas aparecem como ação facilitadora da permanência dos estudantes, mas não é referenciada como estratégia que inclui e reconhece as mulheres como grupo social em desvantagem de permanência ou desempenho, quando na condição de mães, aspecto esse fundamental para inclusão em pautas reivindicatórias voltadas para o conjunto da população universitária feminina.

### **A Escrita (Auto)biográfica em Etnografia**

É importante dizer que esta investigação emergiu de um processo longo de inserção na Creche da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde a primeira autora tem testemunhado, na condição de educadora, a experiência de jovens universitárias que vivenciam, simultaneamente, maternidade e formação superior. Foi a partir desta condição, e da possibilidade de fazer uma pesquisa de cunho etnográfico, como membro deste contexto, que foram surgindo questionamentos sobre o processo de condução da investigação. Estes questionamentos, levados para discussão no grupo de pesquisa Observatório da Vida Estudantil UFBA/UFRB, que desenvolve investigações qualitativas sobre diferentes aspectos da vida de estudantes universitários, resultou numa escrita (auto)biográfica em etnografia.

Não obstante neste relato seja dado maior destaque às biografias de três das quatro estudantes entrevistadas, e não exatamente às experiências da pesquisadora como observadora-participante do

contexto da pesquisa, vale ressaltar que esta escolha foi feita por considerarmos, tal como observa Coffey, que colocar a prática autobiográfica ao lado da representação etnográfica traz um maior engajamento do ator social individual – o(a) pesquisador(a)<sup>14</sup>.

Por defender essa proximidade, apenas metodologias qualitativas, que não dispensem o olhar de um pesquisador interessado e engajado, o que significa dizer implicado com sua pesquisa, podem se ajustar a essa perspectiva. O trabalho do(a) pesquisador(a), nesse caso, é de natureza não apenas descritiva, como também interpretativa, o que requer uma tentativa constante de maximizar a possibilidade de apresentar o contexto e as biografias que o compõem, da forma mais próxima da ótica e da subjetividade das pessoas em situação. Para ter acesso a essas perspectivas ou definições que os atores fazem da realidade, ele(a) deve trabalhar no ambiente onde se desenrolam as ações, nas situações “naturais”, forma privilegiada de religar essas perspectivas ao ambiente no qual elas emergem.

Como assinala Berger, isso talvez corresponda ao movimento observado nos últimos anos, em torno de discussões sobre como a etnografia pode articular a produção de pesquisadores e participantes do campo de pesquisa<sup>15</sup>. Este movimento tem conduzido etnógrafos a escrever mais e mais sobre como construímos sentido e refletimos sobre nossas experiências, interações e posições no campo<sup>16</sup>. Isto conduz a uma visão do autor etnográfico como um criador ativo ou produtor de conhecimento, e como parte do produto do conhecimento e da vida social produzida por outros. “O ponto central aqui é que os textos são autorizados e personalizados por um *self* participante”<sup>17</sup>.

Partindo dessa perspectiva, o *self*-pesquisador deveria ser apresentado e emergir no texto, autorizando-se, e, por assim dizer, deixando ver as marcas de sua existência particular na escritura que apresenta ao leitor. Significa dizer, portanto, que aquilo que acontece dentro do observador no trabalho de campo e na textualização dos dados deve ser conhecido, se a natureza do que é observado é para ser compreendida<sup>18</sup>. De qualquer modo, o que podemos afirmar, como sugere Coffey, é que “todos os escritos etnográficos são, em alguma extensão, autobiográficos”<sup>19</sup>, e acabam por revelar o diálogo entre o *self* do pesquisador, as biografias dos(as) participantes da pesquisa e o campo.

## Marco Teórico e Categorias de Análise

É importante ainda sublinhar, antes de iniciarmos a seção de análise e discussão, que o trabalho sobre os dados foi realizado com base na interlocução entre a Psicologia Cultural do Desenvolvimento e a Abordagem do *Self* Dialógico, que privilegiam o diálogo pessoa-cultura e a construção de significados nos processos de desenvolvimento. Para estas abordagens, a cultura é exemplificada através dos diferentes processos pelos quais as pessoas se relacionam com seus mundos. Pessoa e ambiente são considerados, nesse contexto, enquanto inclusivamente separados, de modo que pessoa e mundo social constituem-se mutuamente<sup>20</sup>, o que significa dizer que a cultura é inclusiva do *self*, e este, inclusivo da cultura.

Assim, desde que nos propomos, neste artigo, a trabalhar com duas categorias – *gênero e geração* –, mas enfatizando a primeira como principal lente de análise, é importante destacar que o *self* dialógico deve ser entendido como um *self* social, mas não no sentido de um indivíduo independente que entra em interação com os outros sociais, do lado de fora. Nesse *self* social, outras vozes – coletivas – ocupam posições no “espaço interno” do *self* multivocalizado. As vozes coletivas que dialogam nesse *self* dialógico são governadas por oposições polares, próprias do sistema de “dicotomias sociais”, expressos, por exemplo, nas relações entre homens e mulheres ou adultos e crianças. Porque estas oposições são carregadas com diferenças de poder, as vozes de alguns grupos têm mais oportunidade de serem ouvidas que outras. Como resultado, pessoas não constroem significados acerca das suas experiências no espaço livre e com oportunidades iguais para expressar suas visões<sup>21</sup>.

O relacionamento com uma voz coletiva pode circunscrever ou mesmo suprimir o sistema de significados individuais, embora o indivíduo possa lutar para ser ouvido. Essa voz coletiva pode ser claramente observada quando o assunto é maternidade. As jovens mulheres, especialmente as mães de primeiro filho, vivenciam cotidianamente essa luta entre as vozes coletivas que idealizam a maternidade e suas experiências concretas no processo de tornar-se mãe. Nessas circunstâncias, seus *selves* realizam tanto movimentos de confirmação como de contestação em relação ao discurso coletivo. É nesse contexto de relações de poder que podemos falar, então, da oposição masculino/feminino como uma construção sócio-cultural, e dialogar com a perspectiva de gênero, o que tentaremos fazer ao longo da seção que analisa e discute os dados da pesquisa<sup>22</sup>.

### A gravidez não prevista no percurso da formação universitária

Uma gravidez é sempre uma “interrogação” na vida de toda e qualquer mulher, mesmo para aquelas que possuem uma boa condição financeira. Diante de uma gravidez, sempre nos perguntamos: como será o bebê? Tomara que venha com saúde! Será que a gravidez vai ser tranquila? Como vou conciliar minhas atividades com as necessidades do bebê? Pensamentos como estes fazem parte dos processos de transição para a maternidade. No caso da jovem que é universitária e que não planejou tornar-se mãe naquele período de sua vida, as interrogações e apreensões parecem muitas; afinal, toda a sua rotina irá mudar a partir daquele momento. Elas só não sabem qual será a dimensão dessa mudança e que repercussões terá em seus projetos de formação, um dos motivos dos conflitos intrapsicológicos que vivenciam.

“Foi horrível. Horrível. **Pra mim foi horrível porque eu não queria ser mãe.** Nunca quis ser mãe. E eu não estava com o pai dela. [...] Eu tinha uma vida ativa. Eu tinha dois estágios, eu trabalhava de domingo a domingo, eu saía muito com meus amigos, eu pegava muitas disciplinas. E aí, depois de Nina, depois que eu descobri que estava grávida, eu parei tudo isso. Larguei o estágio, não consegui fazer nada durante a gravidez. Eu fiquei feliz por estar assim. **No físico, eu estava feliz com meu físico. Eu fiquei, me achava linda. Mas meu psicológico estava muito abalado.** Eu chorava muito. (Sara, grifo nosso).

As famílias também são tomadas de surpresa e buscam, apesar do sofrimento diante da situação, encontrar “saídas”, apoiando a jovem que também vive um momento difícil.

E para minha família fui contar quando eu estava com quatro meses. **Eles, de início, perguntaram se eu não queria abortar [...]** E eu não, não tenho coragem de fazer isso. [...] **Eles falaram então que iam me apoiar em qualquer decisão que eu tomasse, eles iriam me apoiar.** (Sara, grifo nosso).

Nesse trecho, fica claro que Sara teve muita dificuldade para encarar a família e contar o ocorrido, esperando quatro meses para fazê-lo. Sua família, por sua vez, quando a par da notícia, sugere como possibilidade o aborto, demonstrando desconforto e receio quanto à situação inusitada. A reação da família de Sara frente à gravidez de sua filha, que não difere muito das demais, levanta uma importante discussão acerca da forte demarcação de gênero de nossa cultura, que costuma reservar atitudes contrastantes para mulheres e homens, especialmente aquelas relacionadas ao exercício da sexualidade na juventude. Ao contrário do que acontece com os rapazes, que, de modo geral, são estimulados a buscar relações sexuais com uma pessoa do sexo oposto, dando provas de

sua masculinidade, as mulheres são educadas para administrar os avanços masculinos<sup>23</sup>, conservando a “boa reputação” diante da rede de sociabilidade de suas famílias.

Por este motivo, diante de uma gravidez na juventude, algumas vezes, é a própria família que sugere o aborto como possibilidade. Essa sugestão pode estar associada a dois fatores: o primeiro refere-se ao próprio constrangimento da família diante de uma gravidez fora do casamento; o segundo relaciona-se às expectativas sociais que preconizam para as jovens da atualidade uma escolarização prolongada e um controle contraceptivo adequado e seguro<sup>24</sup>, como fica explicitado na fala da mãe de Marta, a outra jovem que apresentaremos a seguir: “Por que você não se preveniu?”.

Todavia, quando a jovem decide por dar continuidade à gravidez, a família toma uma postura que em muito favorece a retomada de sua vida estudantil: oferecem apoio integral diante da nova condição. Desse modo, apesar de a família apresentar uma reação inicial de frustração e recusa à nova situação, podendo, inclusive, sugerir o aborto, é também ela que funciona como um dos principais, senão o principal suporte emocional, prático e financeiro, quando uma jovem engravidada ao longo de seu percurso formativo na universidade, o que fica claro nas narrativas de todas as entrevistadas. Ou seja, se as famílias, inicialmente, podem ser responsáveis, de algum modo, pela intensificação da crise que se instala na vida dessas jovens, também são elas que ajudam sobremaneira na retomada de seus estudos e do curso “normal” de suas vidas.

É importante destacar que Sara, assim como outras jovens que contam com a creche como suporte social durante o percurso da formação acadêmica, tinha origem interiorana onde sua família ainda residia. A entrada de sua filha na universidade foi cercada de muitas expectativas associadas à formação acadêmica. Sara cursava Biologia quando engravidou de Nina, mas este curso era apenas um degrau para uma aspiração maior: o curso de Medicina, para o qual ela desejava prestar vestibular assim que concluísse a primeira graduação: **“Foi bem difícil assim, para mim. E também a faculdade, né? Biologia, eu curso biologia, mas o que eu quero mesmo é Medicina.** Então eu sempre quis terminar logo biologia para poder entrar em medicina” (grifo nosso). Assim, como sugere sua narrativa, a descoberta da gravidez foi um verdadeiro “balde de água fria” em seus sonhos e de sua família, que nela investia suas esperanças de ver uma filha formada em Biologia e Medicina. Afinal, como destaca Romanelli, “a escolha do curso é resultado de um processo longo de avaliação das aspirações do candidato, das profissões e do mercado de trabalho, que é lentamente elaborado na relação com a família”<sup>25</sup>.

Segundo o autor supracitado, entre as camadas médias da sociedade brasileira há, por parte das famílias, um grande empenho para que os filhos tenham acesso ao ensino superior. Como grupo, a unidade doméstica, mais particularmente o marido e a esposa, elaboram aspirações que são organizadas em torno de um projeto familiar. Esse projeto é direcionado para alcançar metas individuais/coletivas, cujo objetivo é a promoção da mobilidade social do grupo doméstico, e de seus componentes. Quando o projeto familiar compreende a formação acadêmica de um de seus membros e nele os pais colocam muito de sua energia – o que envolve sacrifícios – e esse componente altera esse projeto com opções que desagradam o grupo familiar, surgem os conflitos. Foi o que ocorreu com Sara: “Meu pai ficou o tempo todo da minha gravidez sem falar comigo porque ficou muito decepcionado. Meus dois irmãos, o mais velho, ele não olhava no meu olho, baixava a cabeça quando me via. Foi bem difícil assim pra mim”.

Assim, as jovens se sentem, nesses primeiros tempos associados à notícia da gravidez, decepcionando suas famílias, que acalentavam outras expectativas sobre suas filhas. No conjunto dessas expectativas, destaca-se a formação acadêmica, que poderia lhes garantir um futuro promissor, além de funcionar como importante motor da mobilidade social da jovem e de sua família. Ao contrário do que acontecia com as gerações precedentes, o esperado hoje para as jovens mulheres é que, no mínimo, elas concluam os estudos e conquistem uma profissão. Embora a maternidade ainda esteja vinculada às expectativas sociais em torno da “figura feminina”, a conclusão dos estudos parece constituir-se, hoje, em um requisito mínimo para que ela ocorra. A gravidez ou a experiência da parentalidade na juventude passa a ser vista, então, como um acontecimento que perturba o



desenvolvimento ideal da jovem, e, em função das prescrições de gênero, pode, inclusive, tomar feições de “ilegitimidade”, haja vista que a maior proporção de nascimentos e gestações na juventude ocorre fora da união<sup>26</sup>.

Nesse contexto, as estudantes, por sua vez, consideram-se novas para viver a experiência da maternidade, e referem-se ao fato de não terem planejado a vinda do(a) filho(a) como um elemento complicador, com implicações diversas a depender de inúmeras variáveis situacionais. Por todos estes motivos, a notícia da gravidez e todo o seu transcurso são vividos de forma ambivalente pelas entrevistadas, que ora aceitam a gravidez, ora questionam a sua validade mediante os muitos desafios que já se apresentam antes mesmo do nascimento de seus bebês. A situação de Liana, por exemplo, complicou-se desde os primeiros meses após descobrir que seria mãe. Sua gravidez foi de risco, e, aos três meses de gestação, já não podia mais sair da cama: “Eu não podia levantar pra fazer ‘xixi’, minha placenta estava descolada, eu tive descolamento de placenta, então eu tomava banho na cama, minha mãe me dava banho na cama”. Não obstante o companheiro de Liana tenha feito uma verdadeira “peregrinação”, encaminhando relatórios médicos ao Serviço Médico da Universidade, seu processo não foi deferido, e ela precisou trancar um ano de faculdade. Nesse período, Liana passou por momentos difíceis: “Então, isso me deixou bem triste [...] A primeira vez que eu tranquei a faculdade eu fiquei em depressão”. Embora não devamos pensar que a gravidez torna a mulher incapaz de exercer suas atividades cotidianas, o que não é verdade, haja vista que muitas mulheres trabalham e estudam até pouco tempo antes do nascimento de seus bebês, podemos afirmar que a gravidez é o primeiro passo de um processo de transição, que pode tomar diferentes configurações na vida de cada jovem mulher.

### **Sobre os desafios da maternidade e a conciliação com a vida acadêmica: a materialidade da creche como política de assistência focada em gênero**

Ao questionarmos Marta, uma das mais jovens entrevistadas, acerca dos desafios da experiência de tornar-se mãe no contexto acadêmico, ela nos responde com a complexidade que a questão exige: “Eu acho que foi... uma das coisas, porque são tantas coisas, mas a que eu lembrei agora assim foi conseguir abrir mão de algumas coisas em função dele [o filho], assim... fazer uma escolha mesmo”. Uma das maiores dificuldades, segundo Marta, esteve na necessidade de fazer escolhas como esta que apresento abaixo através de sua narrativa. Sua escolha envolvia uma vida, que agora dependia dela e sobre a qual ela era uma das principais responsáveis, senão a principal, como sugere o seu relato e as conversas informais ao longo da observação participante. Sendo mulher, dela se exigiam renúncias constantes, e uma entrega que algumas vezes a deixava em situações difíceis, no princípio, muito associadas à amamentação.

**Eu tinha que fazer uma escolha**, e eu poderia até ter uma consequência mais significativa, e aí eu falei: “não, ou eu continuo estudando e acelero minha monografia e meu canudo, ou eu vou ficar com meu filho até quando der”, e eu acho que foi assim, eu fiquei meio balançada, sabe? **Porque eu queria continuar, eu tinha acabado de entrar, estava naquela empolgação** assim, e veio Danilo, e aí eu: “não, vou parar”, estava amamentando ainda, e com quatro meses, ele estava quase que exclusivamente mamando. [...] **Eu tive que escolher**. (Marta, grifo nosso).

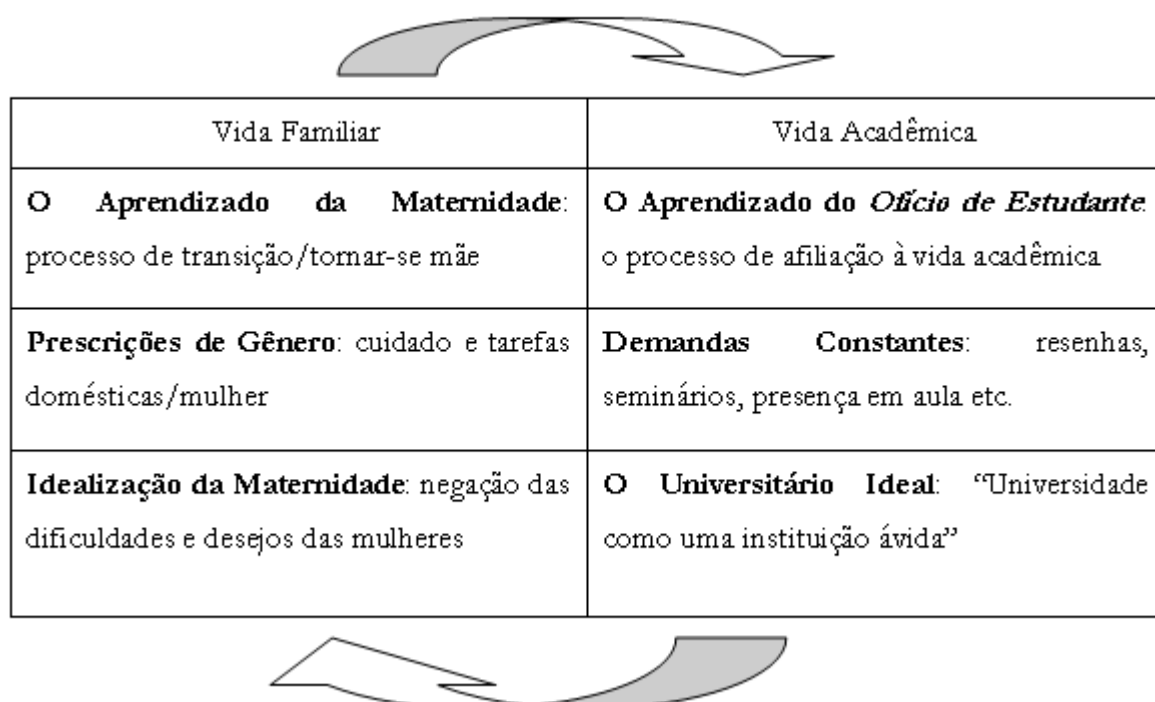
Difícil, sem dúvida, decidir entre o sonho de realização pessoal/profissional e o bem-estar do filho. A questão é que Marta já tinha interrompido os estudos para ter a criança e, nessa ocasião, acabou perdendo disciplinas, pois alguns professores não aceitaram que ela fizesse as últimas avaliações em casa. Além disso, a jovem tinha acabado de entrar na universidade quando descobriu que estava grávida. Por este motivo, ela argumenta: “eu queria continuar [...] estava naquela empolgação [...] e veio Danilo”. Não que ela considerasse o filho como fardo, o problema é que se sentia conflitada



diante do desafio de escolher entre duas coisas infinitamente carregadas de afeto: a faculdade, primeiro passo para a conquista de sua independência e realização profissional, e o filho, a quem já estava apegada, vinculada afetivamente. Tudo isso, não podemos esquecer, dentro de um contexto cultural em que a maternidade é idealizada e onde a mulher, especialmente nos primeiros anos de vida da criança, é considerada a principal responsável por seu cuidado.

Sua itinerância estudantil vai sendo construída, assim, na dinâmica constante da escolha, ou da suposta escolha. Quando consegue retornar ao ambiente acadêmico, novamente se vê confrontada com diferentes desafios, centralizados na difícil tarefa de conciliar vida universitária e vida familiar. Na figura que segue, tentamos demonstrar esquematicamente o que significou para Marta descobrir-se grávida exatamente ao entrar na universidade, deparando-se com a tarefa de viver, simultaneamente, dois eventos de transição: o tornar-se mãe e universitária.

### Relação Vida Familiar – Vida Acadêmica



A resposta de Marta à pergunta norteadora da entrevista – Como você descreve a experiência de ser mãe e universitária ao mesmo tempo? – nos revela o verdadeiro malabarismo que uma jovem universitária precisa fazer para conciliar dois universos tão distintos e exigentes como a maternidade e a academia: “Eu acho difícil, difícil porque a demanda da faculdade é muito puxada, exige muita dedicação e às vezes eu não consigo conciliar. [...] Eu acho que a proximidade com ele fica comprometida, e na faculdade também eu não consigo fazer nada 100%”. Nessa condição, como destacamos na figura acima, a jovem mulher precisa dialogar, no domínio da vida familiar, com prescrições de gênero, que associam mulher a cuidados parentais e tarefas domésticas, além de confrontar-se, cotidianamente, com os desafios inerentes ao processo de *afiliação* intelectual e institucional<sup>27</sup>, pelo qual estudantes de primeiro ano, como ela, passam.

É bom lembrar, como sugere Coulon, que a entrada dos estudantes na universidade envolve uma *passagem*, ou seja, um processo de transição para um novo *status*: universitário(a)<sup>28</sup>. Significa dizer que esta posição não é alcançada de uma só vez; ao contrário, deve ser conquistada mediante uma série de aprendizados, assim como do enfrentamento de situações institucionais e pessoais que se configuram diferentes para cada estudante, embora guardem algumas semelhanças. Essa passagem para a condição de universitário é descrita pelo autor como acontecendo em torno de três tempos: o

*tempo do estranhamento, o tempo da aprendizagem e, por último, o tempo da afiliação.* A passagem para o *status* de afiliado, portanto, para além da entrada na universidade, ocorre a partir do aprendizado do *ofício de estudante*, o que significa dizer, aprender os inúmeros códigos e modos de funcionamento da instituição-universidade, de modo a progressivamente reconhecer-se e ser reconhecido por seus pares e professores como um membro desse contexto. Esse processo, que se diferencia, obviamente, a depender de inúmeras variáveis, como o gênero, por exemplo, pode revelar-se extremamente complexo, caso associado a um outro, o de *transição para a maternidade*, o tornar-se mãe, que, nesse caso, se fez no percurso da formação superior.

Sendo assim, no domínio da vida acadêmica, Marta, em sua *passagem* para o *status* de universitária, “mergulha nos códigos que definem esta organização”<sup>29</sup>, e depara-se com as inúmeras solicitações desse novo contexto: resenhas, leituras, artigos, seminários, iniciação científica, além da presença em sala de aula. Todas essas tarefas, associadas a uma lógica universitária de “exclusividade” e “lealdade não-partilhada”, como assinalam Wolf-Wendel e Ward<sup>30</sup>, não são deixadas atrás do portão da faculdade quando a jovem volta para casa. Ao contrário, as tarefas relacionadas à posição de estudante universitária participam do cotidiano doméstico de Marta e se cruzam com as demandas de sua criança, dialogando não sem conflitos com a posição de mãe. Decorrem, então, desse difícil processo, os muitos desafios que ela enfrenta quando tenta conciliar universidade e maternidade. “Porque a casa, Danilo, trabalho, faculdade, **tem hora que dá vontade de explodir.** [...] É muita coisa e eu me sinto sozinha, sabe?” (grifo nosso).

O que observamos é que não obstante as jovens dos dias de hoje tenham conquistado o espaço universitário e uma maior liberdade no domínio da sexualidade, quando surpreendidas por uma gravidez não prevista, são “levadas” a assumir, na esfera da vida íntima, os tradicionais papéis de gênero. Quando não o fazem, sentem-se culpadas por não corresponder ao ideário em torno do feminino: aquele que a tudo renuncia para cuidar dos filhos, mantendo, algumas vezes, quase que inquestionável a posição masculina diante da experiência conjugal e parental. Assim, como asseveram Coldery e Knudson-Martin<sup>31</sup>, ocorre que se reafirma, na dimensão relacional da maternidade, um ciclo de autopropetuação dos padrões tradicionais de gênero – homem-provedor e mulher-cuidadora –, um dispositivo que mantém a idealização da maternidade como um vínculo natural e único do sexo feminino, que também serve para sustentar as desigualdades de gênero.

A possibilidade do acesso de seus filhos à creche surge, assim, como um importante recurso no processo de conciliação maternidade-vida acadêmica, minimizando os efeitos das desigualdades de gênero que ainda persistem no âmbito da vida privada. É importante lembrar que durante transições, as pessoas precisam mobilizar diferentes tipos de recursos: *internos*, experiências e habilidades; e *externos*, como pedir uma ajuda da família ou de outras pessoas de sua rede de sociabilidade, acessar uma política de assistência, como a creche, por exemplo, pedir um conselho ou usar elementos simbólicos, como uma canção, que possibilita à pessoa a construção de novos significados em torno de sua própria experiência<sup>32</sup>. Dentre os recursos utilizados por Sara e pelas demais entrevistadas para reorganização de suas vidas, construindo novas significações da sua experiência, a família e a creche aparecem como fundamentais. Esta última surge na narrativa de Sara, inclusive, como o recurso externo que lhe possibilitou ficar ao lado de sua filha, assumindo a sua responsabilidade, como ela pontua, permitindo-lhe aprender a ser mãe.

Minha mãe não queria que eu trouxesse Nina. [...] **minha mãe queria que eu voltasse a mesma vida**, voltasse a sair com meus amigos, voltasse a trabalhar. Mas aí eu não quis porque essa é uma responsabilidade minha, é uma obrigação minha. Eu nunca quis, e **graças a Deus eu consegui o auxílio da creche, porque se não fosse a creche, talvez Nina não estivesse comigo hoje**, estivesse com meus pais no interior. **E eu quero saber... se eu não cuidasse dela hoje, eu nunca saberia ser mãe.** (Sara, grifo nosso).

Confirmando o que assevera Zittoun<sup>33</sup>, é necessário um espaço flexível para mudar, e uma “mudança suficientemente boa” deve encontrar-se entre manter o passado e criar a novidade – o *ser mãe*, o que exige muita tentativa e erro ou muitas explorações, e necessita de tempo e espaço. Um espaço que, de preferência, proporcione segurança para os parceiros dessa relação nascente. É assim que emerge a discussão da creche como importante espaço de assistência, um espaço que precisa ser cuidado para que possa, de fato, ser efetivo no cuidado ao outro, como sugere a fala de Liana.

**Se não tiver creche, [...] aí eu tenho que catar alguém.** As pessoas ajudam, falam: “não, tudo bem”, mas eu tenho que avisar com antecedência. Se lembra quando parou a creche aqui de um dia para o outro? [...] Naquela manhã eu já estava ligando para as pessoas: “olha, amanhã não vai ter creche, eu preciso ir para a aula, você pode ficar com o Léo, pelo amor de Deus?” [...]. Liguei para várias pessoas até conseguir alguém para ficar com ele, entendeu? **Senão, eu ia ter que largar a aula, obviamente, porque entre meu filho e a aula, ele tem prioridade.** (Liana, grifo nosso).

A creche, como vemos, faz parte da rede social de apoio destas jovens estudantes, suprindo, muitas vezes, a ausência de suas famílias, haja vista que algumas dessas estudantes têm suas famílias de origem no interior da Bahia. Assim, quando, por qualquer motivo, a creche não funciona, instala-se um problema, algumas vezes, sem solução possível. A grande questão é que embora a creche seja um espaço de importância fundamental na vida dessas mulheres e crianças, dando suporte estrutural e, inúmeras vezes, emocional para essas jovens mães, esse espaço ainda tem pouca visibilidade na universidade. Enfrenta diversos problemas, desde as greves até as pequenas e grandes questões de seu cotidiano, como falta de equipamentos adequados, espaços pouco apropriados ou não adaptados às necessidades infantis, redução do quadro de funcionários, demora para resolução de problemas, dentre outros. Revela-se, não raro, como um serviço de assistência com inúmeras fragilidades, o que resulta em apoio precário à comunidade estudantil que dela se beneficia ou poderia beneficiar-se.

### Considerações Finais

Neste momento em que as universidades passam a tentar incluir no contexto universitário outras condições juvenis, implementando políticas que garantam o acesso e a permanência de parcelas da população juvenil antes excluídas, é fundamental atentar para categorias estudantis, como a de *estudante-mãe*, que permanecem obscurecidas por políticas de assistência que lutam para sobreviver, como a creche universitária. Desse modo, sugerimos investir na ampliação e melhoria da qualidade de atendimento das creches universitárias, e que sejam implementados os seguintes mecanismos de apoio às estudantes-mães: o incentivo aos processos de retomada dos estudos após o nascimento de seus filhos, através, por exemplo, de uma oferta de horários que lhes permitam amamentar e cursar os componentes curriculares sem necessidade de trancamentos; a possibilidade de negociação de horários mais flexíveis no período em que as estudantes-mães fazem a inserção de suas crianças na creche; entrega posterior de material de estudo combinado com o(a) professor(a), de modo a justificar faltas, evitando reprovação, no caso de a criança precisar se ausentar da creche por motivo de saúde; além da possibilidade de a jovem com gravidez de risco finalizar o semestre com atividades domiciliares, mesmo não sendo os três últimos meses da gravidez, evitando o trancamento do semestre e até o abandono do curso, quando for confirmado, por laudo médico, o problema de saúde da estudante-gestante.

Como é possível notar, a pesquisa aponta, de modo indireto, para a necessidade de investigar as diferentes condições juvenis presentes no contexto acadêmico, considerando que os universitários não correspondem a um todo homogêneo como parecia até pouco tempo atrás, ainda que existissem jovens em diferentes condições. Essas investigações nos permitirão lançar um olhar mais cuidadoso para uma população juvenil até então pouco problematizada, considerando-os não apenas na sua

dimensão intelectual, como também emocional e relacional, levando em conta os diferentes recortes possíveis, sejam de gênero, de condição socioeconômica ou de etnia. Nesse contexto, devem caber tanto pesquisas relacionadas aos processos de afiliação intelectual e institucional<sup>34</sup>, como processos ligados à sociabilidade juvenil e à sexualidade, a partir da compreensão de que os processos relacionais e subjetivos associados à condição juvenil não podem ser deixados à margem, mesmo do ambiente acadêmico. Afinal, “a escola é invadida pela vida juvenil”<sup>35</sup> e, no caso da universidade, isso inclui os processos de transição para a vida adulta e maternidade/paternidade, assim como tantos outros.

Como assevera Sampaio<sup>36</sup>, não podemos desconsiderar que o tempo de realização de estudos universitários coincide com outras exigências desenvolvimentais importantes do curso de vida, tais como mudanças nas relações familiares, afetivas, sexuais e de uso do tempo que caracterizam, para uma parcela importante da população universitária, um momento de transição para a vida adulta, visto hoje como cada vez menos linear<sup>37</sup>. Estar na universidade associa-se a inúmeras outras inserções e exigências que irão modular as experiências individuais e coletivas no espaço acadêmico, como observamos através desta pesquisa sobre as mães-universitárias. Nesse sentido, a universidade deve ser capaz de não apenas oferecer as condições necessárias para atender às demandas de formação dos jovens de diferentes segmentos, como acolhê-los em suas dificuldades, criando estruturas de suporte que evitem o fracasso e o abandono. Discussão esta que deve envolver a participação de toda a comunidade universitária na busca de políticas que de fato ultrapassem o enfoque assistencialista e que alcancem o patamar dos direitos e da cidadania.

## Notas

<sup>1</sup> BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 14, 2004, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Caxambu: ABEP, 2004.

<sup>2</sup> YANNOULAS, Silvia. Mulheres e Ciência. *Série Anis* 47, Brasília, Letras Livres, 2007, p. 1-10.

<sup>3</sup> LETA, Jaqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

<sup>4</sup> AQUINO, E. M. Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In: ENCONTRO NACIONAL PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIA NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA, 2005, 2006, Brasília. *Anais eletrônicos...* Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

<sup>5</sup> AQUINO, *op. cit.*

<sup>6</sup> *Ibidem.*

<sup>7</sup> MASON, M. A.; GOULDEN, M. Do babies matter? The effect of family formation on the lifelong careers of academic men and women. *Academe*, v. 88, n. 6, 2002, p. 21-27.

<sup>8</sup> TABAK, F. *O Laboratório de Pandora: Estudos sobre a Ciência no Feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

<sup>9</sup> VELHO, L.; LEÓN, E. A Construção Social da Produção Científica por Mulheres. *Cadernos Pagu*, n. 10, 1998, p. 309-344.

<sup>10</sup> AQUINO, *op. cit.*

<sup>11</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco Multidimensional de Estatísticas (BME). Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 30 de maio de 2008.

<sup>12</sup> QUIROGA, A. M. Assistência e poder: revendo uma articulação histórica. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 18, 2008, p. 14-28.

<sup>13</sup> YASBECK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

<sup>14</sup> COFFEY, A. *The ethnographic self: fieldwork and the representation of identity*. London: SAGE Publications, 1999.

- <sup>15</sup> BERGER, L. Inside out: narrative autoethnography as a path toward rapport. *Qualitative Inquiry*, v. 7, n. 4, 2001, p. 504-518.
- <sup>16</sup> COFFEY, *op. cit.* e BERGER, *op. cit.*
- <sup>17</sup> COFFEY, *op. cit.*, p. 126-127.
- <sup>18</sup> BEHAR, R. *The vulnerable observer*. Boston: Beacon Press, 1996, p. 1-33.
- <sup>19</sup> COFFEY, *op. cit.*, p. 119.
- <sup>20</sup> VALSINER, J. *Culture in minds and societies*. New Delhi: Sage, 2007.
- <sup>21</sup> HERMANS, H. J. M. The dialogical self: toward a theory of personal and cultural positioning. *Cultural psychology*, Canada, USA, v. 7, n. 243, 2001.
- <sup>22</sup> A pesquisa teve como compromisso não apenas preservar a identidade das participantes, mas respeitar suas experiências, sentimentos e pensamentos a partir do estabelecimento de uma relação de confiança e transparência desenvolvida, mais particularmente, no cotidiano da Creche-UFBA. Desse modo, explicitamos os motivos da pesquisa, só iniciando o processo de entrevista após a entrega do termo de consentimento livre e esclarecido que foi assinado pelas mães-estudantes que concordaram em participar da investigação. Embora fazendo uso de trechos das narrativas, com autorização das entrevistadas, portanto, nos comprometemos com o sigilo acerca da identidade das jovens, fazendo uso, nesse caso, de nomes fictícios.
- <sup>23</sup> HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para vida adulta. In: Camarano, A. A. (Org.). *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006, p. 225-255.
- <sup>24</sup> PERES, S. O.; HEILBORN, M. L. Cogitação e prática do aborto entre jovens em contexto de interdição legal: o avesso da gravidez na adolescência. *Caderno de Saúde Pública*, v. 22, n. 7, 2006, p. 1411-1420.
- <sup>25</sup> ROMANELLI, G. O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, v. 76, n. 184, 1995, p. 445-476.
- <sup>26</sup> RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 22, n. 2, 2005, p. 371-408; HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para vida adulta. In: Camarano, A. A. (Org.), *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006, p. 225-255.
- <sup>27</sup> COULON, A. *A Condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Trad. Georgina dos Santos e Sônia Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.
- <sup>28</sup> *Ibidem*.
- <sup>29</sup> *Idem*, p. 81.
- <sup>30</sup> WOLF-WENDEL, L. E.; WARD, K. Academic life and motherhood: variations by institutional type. *Higher Education*, n. 52, 2005, p. 487-521.
- <sup>31</sup> COLDERY, R. S.; KNUDSON-MARTIN, C. The construction of motherhood: task, relation-connection, and gender equality. *Family Relations*, v. 54, n. 3, 2005, p. 335-345.
- <sup>32</sup> ZITOUN, Tania. The use of resources in developmental transitions. *Culture & Psychology*, Canada, USA, v. 9, n. 4, 2003, p. 415-448.
- <sup>33</sup> *Ibidem*.
- <sup>34</sup> COULON, A. *op. cit.*
- <sup>35</sup> DAYRELL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIUTAT. EDU: NUEVOS RETOS, NUEVOS COMPROMISSOS, 2006, p. 16.
- <sup>36</sup> SAMPAIO, S. M. R. Observatório da Vida Estudantil: histórias de vida e formação na educação superior. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA, 2008, Natal, Brasil. *Anais...*
- <sup>37</sup> CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO A. A. (org.). *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.



## Referências bibliográficas

- AQUINO, E. M. Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In: ENCONTRO NACIONAL PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIA NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA, 2005, 2006, Brasília. *Anais eletrônicos...* Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <200.130.7.5/spmu/docs/Encontro\_recomendacoes.pdf>. Acesso em 28 de fevereiro de 2007.
- BEHAR, R. *The vulnerable observer*. Boston: Beacon Press, 1996.
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 14, 2004, Caxambu. *Anais eletrônicos...*Caxambu: ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.metas2015.unb.br/Documentos/Educacao%20Universal/Reversao%20do%20hiato%20de%20genro%20na%20educacao.pdf>. Acesso em 2 de julho de 2008.
- BERGER, L. Inside out: narrative autoethnography as a path toward rapport. *Qualitative inquiry*, v.7, n.4, 2001, p. 504-518. Disponível em: <http://qix.sagepub.com/content/vol7/issue4/>. Acesso em 6 de maio de 2008.
- CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO A. A. (org.). *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- COFFEY, A. *The ethnographic self: fieldwork and the representation of identity*. London: Sage Publications, 1999.
- COLDERY, R. S.; KNUDSON-MARTIN, C. The construction of motherhood: task, relation-connection, and gender equality. *Family Relations*, v. 54, n. 3, 2005, p. 335-345. Disponível em: < http://www.wiley.com/bw/journal.asp?ref=0197-6664 >. Acesso em 25 de fevereiro de 2007.
- COULON, A. *A Condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Trad. Georgina dos Santos e Sônia Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.
- DAYRELL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIUTAT. EDU: NUEVOS RETOS, NUEVOS COMPROMISSOS, 2006, Barcelona. Disponível em: <www.fae.ufmg.br/objuventude/acervo.php>. Acesso em 21 de maio de 2008.
- HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para vida adulta. In: Camarano, A. A. (Org.). *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006, p. 225-255.
- HERMANS, H. J. M. The dialogical self: toward a theory of personal and cultural positioning. *Cultural psychology*, Canada, USA, v. 7, n. 243, 2001. Disponível em: <http://jfi.sagepub.com>. Acesso em 11 de abril de 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco Multidimensional de Estatísticas (BME). Censo 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 30 de maio de 2008.
- LETA, Jaqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003. Disponível em: < http : / / w w w . s c i e l o . b r / s c i e l o . p h p ? p i d = S 0 1 0 3 - 4 0 1 4 2 0 0 3 0 0 0 3 0 0 0 1 6 & s c r i p t = s c i \_ a r t t e x t >. Acesso em 24 de maio de 2008.
- MASON, M. A.; GOULDEN, M. Do babies matter? The effect of family formation on the lifelong careers of academic men and women. *Academe*, v. 88, n. 6, 2002, p. 21-27. Disponível em:<http://www.aaup.org/AAUP/ </pubsres/academe/>. Acesso em 27 de maio de 2008.
- PERES, S. O.; HEILBORN, M. L. Cogitação e prática do aborto entre jovens em contexto de interdição legal: o avesso da gravidez na adolescência. *Caderno de Saúde Pública*, v. 22, n. 7, 2006, p. 1411-1420.

- QUIROGA, A. M. Assistência e poder: revendo uma articulação histórica. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 18, 2008, p. 14-28.
- RIBEIRO, R. Psicologia social e desenvolvimento do terceiro setor: participação da Universidade. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PSICOLOGIA, 2, 2001, Salvador. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001. CD-ROM.
- RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 22, n. 2, 2005, p. 371-408. Disponível em: <[www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno\\_id=031&nivel=1-65k](http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=031&nivel=1-65k)>. Acesso em 07 de junho de 2008.
- ROMANELLI, G. O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, v. 76, n. 184, 1995, p. 445-476. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/268/269>>. Acesso em 10 de setembro de 2008.
- SAMPAIO, S. M. R. Observatório da Vida Estudantil: histórias de vida e formação na educação superior. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA, 2008, Natal, Brasil. *Anais...*CD-ROM.
- TABAK, F. *O laboratório de pandora: estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- VALSINER, J. *Culture in minds and societies*. New Delhi: Sage, 2007.
- VELHO, L.; LEÓN, E. A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, n. 10, 1998, p. 309-344.
- YANNOULAS, Silvia. Mulheres e Ciência. *Série Anis 47*, Brasília, Letras Livres, 2007, p. 1-10.
- YASBECK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.
- ZITTOUN, Tania. The use of resources in developmental transitions. *Culture & psychology*, Canada, USA, v. 9, n. 4, 2003, p. 415-448. Disponível em: <<http://cap.sagepub.com>>. Acesso em 11 de abril de 2007.
- WOLF-WENDEL, L. E.; WARD, K. Academic life and motherhood: variations by institutional type. *Higher education*, n. 52, 2005, p. 487-521. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/102901/>>. Acesso em 5 de abril de 2007.

# CULTURAS DE DESENVOLVIMENTO DA BAHIA: UMA ANÁLISE DA VERTENTE ALTERNATIVA BASEADA NA COOPERAÇÃO E NA SOLIDARIEDADE

Gilton Alves Aragão \*

Amílcar Baiardi \*\*

**Resumo:** No presente artigo, foram analisadas vertentes teóricas explicativas da cultura do desenvolvimento sustentável que se apóiam em estratégias baseadas em sistemas de cooperação e de solidariedade, a partir das idéias de Aldo Ferrer, Porter, Putnam e Singer. Em seguida, identificou-se o viés estritamente econômico que está implícito nas estratégias contemporâneas de desenvolvimento do estado da Bahia, constatando-se que o mesmo se inspira em visões diferentes resultando em indicadores sociais não satisfatórios e em elevadas taxas de desemprego, sugerindo a adoção de mecanismos apresentados pelos autores analisados.

**Palavras-chave:** cultura de desenvolvimento; Bahia; cooperação; solidariedade.

**Abstract:** In the present paper explanatory theoretical ways of sustainable development culture are analyzed based on strategies of cooperation and solidarity systems, supported by the ideas of Aldo Ferrer, Porter, Putnam and Singer. It was identified the strictly economic bias that is subjacent to the contemporary strategies of development of the state of Bahia, which is inspired by different visions that results in social indicators not satisfactory at all, and in high unemployment rates, suggesting the adoption of tools proposed by the analyzed authors.

**Keywords:** Sustainable development culture, Bahia; cooperation; solidarity.

---

\* Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS. Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

\*\* Pós-Doutorado em Política de Ciência e Tecnologia, Florença, Itália, 1993-1994 e Doutor em Ciências Humanas, na Área de Economia, UNICAMP, 1983-1986; Professor Titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB.

## 1. Introdução

A política de fomento à industrialização no estado da Bahia, cuja marca tem sido a implantação de grandes empreendimentos com ingentes investimentos em vários setores, principalmente, propiciou o crescimento econômico e transmitiu a imagem de desenvolvimento. Entretanto, quando se observam os indicadores sociais, especialmente, as taxas de desemprego, verifica-se que os benefícios sociais não acompanharam os econômicos. Diante destas evidências, cogita-se de analisar uma via ou uma cultura alternativa para o desenvolvimento sustentável, apoiada em estratégias baseadas em sistemas de cooperação e de solidariedade.

Para tanto, destaca-se inicialmente o argumento de Ferrer<sup>1</sup>(1997), de que é necessário reconhecer e valorizar a existência da vias de desenvolvimento composta por estratégias apoiadas nos mecanismos locais, as quais não aceitam de forma determinista a lógica do desenvolvimento estritamente economicista decorrente de uma determinada forma de compreender a globalização. Em continuação comentam-se os principais fundamentos teóricos contidos nas idéias de Porter, Putnam e Singer em apoio à esta visão, destacando os conceitos de agrupamentos, APLs, capital social e economia solidária.

Em seguida, analisa os principais indicadores da economia baiana à luz da via alternativa para o desenvolvimento sustentável, identificando as diretrizes governamentais responsáveis nesta unidade da federação por um elevado grau de concentração espacial e pessoal da renda e um índice de desenvolvimento humano (IDH) situado entre os mais baixos do Brasil, considerando os últimos levantamentos oficiais, e também por elevadas taxas de desemprego.

O material utilizado nesta abordagem exploratória foram fontes oficiais e acadêmicas de dados bem como os endereços e páginas eletrônicas das entidades acadêmicas que tratam direta ou indiretamente do desenvolvimento econômico e social.

## 2. Fundamentos teóricos da vertente baseada na cooperação e na solidariedade

### 2.1. Globalização e os fundamentos endógenos do desenvolvimento

De acordo com Ferrer, para mobilizar a criatividade de uma sociedade é preciso a existência de relações sociais e institucionais propícias para acumular capital, conhecimentos e capacidade organizativa de recursos, visto que a globalização não elimina os fundamentos endógenos do desenvolvimento e, mais do que isto multiplica desafios e oportunidades que a existência dessa ordem global apresenta.

Isto significa que a globalização, não pode ser entendida como um processo irreversível e irresistível que tende a eliminar todas as fronteiras e barreiras econômicas. Este entendimento só favorece àqueles que defendem o “livre mercado” como a única solução para todos os problemas econômicos. Afinal, a globalização pode ser humanizada com políticas compensatórias e alguns de seus impactos sobre os setores produtivos minimizados com políticas setoriais.

É cômodo, atribuir á globalização a opção pela ênfase ao capital, ao encolhimento do Estado e ao determinismo econômico. A globalização nesse sentido estrito é mais uma ideologia do que um processo real e inevitável. Ela serve para justificar, através da tese de inexorabilidade da abertura da economia e da necessidade da implementação do Estado mínimo, a adoção do modelo liberal em escala internacional. Tal ideologia é definida por Ferrer como a “visão fundamentalista da globalização”, segundo a qual os dilemas referentes ao desenvolvimento no mundo global desapareceram considerando-se que as decisões principais cabem não às sociedades e aos Estados nacionais e sim aos agentes transnacionais, passando a mensagem de que atualmente a única diretriz a fazer é adotar políticas amistosas para os mercados.

### 2.2. As vantagens competitivas para o alcance do desenvolvimento

Porter<sup>2</sup> enfatiza que em tempos de competição global constitui um paradoxo o fato de,

teoricamente, o local ainda ser considerado uma fonte de vantagem competitiva. Mercados globais abertos, transporte rápido, e comunicações de alta velocidade deveriam permitir a qualquer empresa o fornecimento de qualquer insumo de qualquer lugar a qualquer hora.

Este autor ainda explica como os agrupamentos afetam a competição de três formas: primeira, aumentando a produtividade das empresas situadas na área; segunda, dirigindo a direção e o ritmo da inovação; e terceira, estimulando a formação de negócios novos dentro do agrupamento. Proximidade geográfica, cultural, e institucional proporciona para as empresas: acesso especial; relações mais próximas; informações mais precisas; incentivos poderosos; e outras importantes vantagens. Porter desafia o conhecimento convencional descrevendo: como devem ser configuradas as empresas, as instituições e principalmente as universidades as quais podem contribuir para o sucesso competitivo. Informa também como os governos podem promover o desenvolvimento econômico e a prosperidade. O agrupamento gera massa crítica regional capaz de tornar sem sentido a justificativa da localização baseada em vantagens fiscais.

### 2.3. Capital Social

Ao final dos anos de 1970, setores mais desenvolvidos da economia italiana, como calçados, móveis, objetos de cerâmica e têxteis, caracterizados por pequenas e médias empresas aglomeradas em limitados espaços geográficos, passaram a demonstrar maior desempenho e inserção internacional do que as grandes empresas localizadas no Triângulo Industrial Italiano formado pelo eixo Milão-Gênova-Turim<sup>3</sup>. Ainda segundo Putnam, Milão e Bolonha, na Itália, têm mais prosperidade econômica e melhores governos do que Palermo e Cosenza, porque no Norte da Itália existem mais geração e reprodução de Capital Social do que no Sul.

Putnam conclui que naquelas cidades italianas com prosperidade econômica e boa governança, havia uma história de organização da sociedade civil. Este fenômeno não ocorria nas localidades com baixos índices de desenvolvimento, onde a sociedade civil foi menos ativa. O suposto de Putnam é o que uma sociedade civil mais ativa, conseqüentemente mais confiante e mais propensa à cooperação é mais capaz de criar novas instituições, no sentido que Douglass North<sup>4</sup> dá ao termo e de prosperar de modo equilibrado com avanços simultâneos no tecido produtivo e no tecido social.

O autor defendia que a presença de uma sociedade civil marcante era um fator que acompanhava o nível de desenvolvimento. Altos níveis de desenvolvimento correspondem, assim, a um alto estoque de capital social. Baixos níveis de desenvolvimento significam baixo estoque de capital social. O capital social seria, portanto um fator intangível, mas, percebível, que levaria à cooperação ampliada socialmente<sup>5</sup>. Todos os setores produzem capital social; mas, a sociedade civil é quem mais produz. Neste sentido, para a cooperação ensejada pelo capital social seria o primeiro fator para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento. Para que esse ambiente se forme e permaneça existindo ao longo do tempo é necessário que se instale na coletividade algo como uma cultura de “cooperatividade sistêmica”.

A cooperação faz as pessoas permanecerem juntas, inclusive em empresas, independentemente da motivação proveniente do salário que recebem ou do lucro que auferem. A cooperação não pode prosperar se as pessoas se relacionam apenas de maneira vertical, como uma pirâmide, numa cadeia de subordinação.

O padrão vertical de organização, a subordinação e a dependência impedem a geração, a acumulação e a reprodução do Capital Social. Para Putnam, o padrão horizontal de organização, no qual as pessoas se vinculam umas às outras, sendo interdependentes, é necessário para que o Capital Social possa ser gerado, acumulado e reproduzido.

A estratégia de desenvolvimento local integrado e sustentado, (DLIS), adotada em centenas de localidades por todas as regiões do Brasil, associada com a atuação de agentes de desenvolvimento, constitui uma aplicação do conceito de capital social e foi formulada e desenvolvida, principalmente, pela Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED)<sup>6</sup>.



## 2.4. Arranjos Produtivos Locais

Com a internacionalização dos mercados e o surgimento das empresas globais, emergiu o interesse pelos estudos das aglomerações econômicas na forma de distritos industriais italianos, fenômeno que foi chamado de “Terceira Itália” e também estudado por Putnam. A análise desse fenômeno levou a ações de governo no Brasil mediante programas de fomento de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, (SEBRAE, 2006) define como APLs **aglomerações de empresas** localizadas em um **mesmo território**, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Um Arranjo Produtivo Local é caracterizado pela existência da **aglomeração de um número significativo de empresas** que atuam em torno de uma atividade produtiva principal. Para isso, é preciso considerar a dinâmica do **território** em que essas empresas estão inseridas, tendo em vista o número de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial de crescimento, diversificação, entre outros aspectos. Desse modo os maiores benefícios derivados da localização nesses aglomerados parecem ter origem na interação entre os processos de cooperação e competição.

A organização de um Arranjo Produtivo Local (APL) constitui uma alternativa para se obter crescimento econômico a partir de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada. O objetivo de tais organizações é dinamizar as estruturas empresariais de determinadas regiões gerando renda e emprego. Os APLs abrangem uma rede de indústrias altamente concentradas, em sua maioria, de pequenas e médias empresas, trabalhando de forma cooperada, com tecnologias de produção flexíveis e capazes de responder rapidamente às mudanças de mercado. Nem todas as aglomerações produtivas no Brasil possuem condições de serem chamadas de APLs; pode-se dizer que existe certa liberalidade conceitual que aceita, por exemplo, considerar APL uma aglomeração sem atmosfera de distrito industrial no sentido “marshalliano”.

## 2.5. Economia Social e Solidária

A economia solidária, segundo Singer, é:

[...] um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo).<sup>7</sup>

Os princípios básicos da economia solidária são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, e a sua forma mais comum de organização é a cooperativa de produção, cuja gestão é feita pelos próprios trabalhadores. Conforme se conclui do pensamento que economia solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva<sup>8</sup>. Segundo Lechat:

A concepção de economia social, ao lado das associações sem fins lucrativos, inclui um tipo de empresa, as cooperativas que, difundidas no mundo inteiro, encarnam, muitas vezes há mais de 150 anos, a busca de uma terceira via entre o capitalismo e o centralismo de Estado. Além disto, incorpora um outro tipo de organização, as mutualidades que, estão também muito presentes em vários países, desempenham ou vão desempenhar um papel central na organização da saúde e da previdência social. Assim, resumindo, o terceiro setor pode ser apresentado como constituído por três grandes componentes, as cooperativas, as organizações mutualistas e as organizações sem fins lucrativos (essencialmente associações).<sup>9</sup>

### 3. Tipos de desenvolvimento regional no território brasileiro

Segundo Dulci, distinguem-se na cena histórica brasileira quatro vias de desenvolvimento regional.

Uma é a que corresponde à experiência paulista, baseada em fatores de mercado. Uma segunda é a de regiões que se dinamizaram como um desdobramento da economia paulista. O impulso foi também dado pelo mercado, mas de fora para dentro. Casos típicos são os do Paraná e de Goiás, mais recentemente o do Mato Grosso do Sul, sem contar algumas áreas de Minas Gerais adjacentes a São Paulo (o sul de Minas e o Triângulo Mineiro).

No outro extremo, temos o Nordeste e a Amazônia, vasta porção do território brasileiro situada em posição nitidamente periférica  $\frac{3}{4}$  em relação ao eixo industrial do Sudeste  $\frac{3}{4}$  e, portanto com baixo potencial de crescimento segundo a lógica do mercado. Nesse caso, para recuperar seu atraso, seriam necessárias iniciativas no campo político-institucional. E essas viriam de fora, do governo federal, movido por motivos estratégicos de cunho nacional. (...) Temos, por fim, um quarto modelo de desenvolvimento regional, correspondente às áreas da federação que buscaram fórmulas intermediárias no que diz respeito à equação mercado-Estado. Encaixam-se nesse padrão diversos estados do Centro-Sul, como Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. Dispondo de certo potencial de expansão econômica, a recuperação do atraso era buscada pelo manejo de recursos políticos e institucionais. O fator diferencial, porém, era a iniciativa interna do processo em contraste com o modelo do Nordeste e da Amazônia, pois o menor grau de atraso não justificaria, por si mesmo, ações estratégicas do governo federal.<sup>10</sup>

Para Dulci, “o ponto de interrogação diz respeito às condições (políticas, antes de tudo) para iniciar e levar adiante fórmulas consistentes de desenvolvimento, o que é uma variável importante na análise de cada caso”. O autor na sua análise abstrai a dimensão cultural, promotora da criação de instituições no sentido que Douglass North<sup>11</sup> dá às mesmas, que dinamizam a sociedade civil e que estiveram muito mais presentes no Sul, no terceiro tipo, graças à colonização de povoamento, entrada de imigrantes não ibéricos, nos estados de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

### 4. Estratégias de desenvolvimento local no Brasil

**As estratégias de desenvolvimento local podem ser sintetizadas a partir de Juarez de Paula<sup>12</sup>**, segundo o qual o DLIS foi uma proposta que surgiu durante o governo Fernando Henrique Cardoso para induzir o desenvolvimento de pequenos municípios. Para **Juarez de Paula**, do total de 5.561 municípios brasileiros, cerca de 5.100 têm menos de 50 mil habitantes e uma economia pouco dinâmica. A proposta com o DLIS era tentar criar um movimento nestes municípios que reunisse tanto o poder público quanto o empresariado local e as ONGs para identificar as potencialidades e dinamizá-las.

Estes programas foram substituídos em parte pelo Programa Fome Zero do Governo Lula, cuja concepção é baseada em duas etapas: a primeira, considerada emergencial, para atender a questão da fome, garantindo acesso aos alimentos para toda a população, transformou-se numa política de transferência de renda, que seria a Bolsa Família; já a segunda etapa seria estruturante e envolveria ações para a geração de ocupação e de renda. Nesta segunda etapa, o agente mais atuante segundo o autor seria o Sebrae. O autor, porém, argumenta que o Programa Fome Zero ainda não entrou fortemente nesta segunda dimensão. **Para promover o desenvolvimento local no Brasil, O Estado seria o ator com maior capacidade de integrar os demais que interferem no desenvolvimento.** Este processo exige a interação de muitos atores, além de órgãos de capacitação e de consultoria. Além disso, ainda segundo Paula, **nas** regiões mais dinâmicas, o mercado encontra uma saída porque ali há uma convergência muito grande entre consumidores e empresas, e a própria dinâmica do mercado já facilita o processo de desenvolvimento. Entretanto, nas regiões onde há carência de infra-estrutura e não há mercados consumidores fortes, as empresas não se interessam em investir, sendo necessário

implementar ações que atraiam negócios e os fortaleçam nestas regiões. Para que isso aconteça, os **atores locais** têm que ter visão estratégica para que mobilizados, sejam capazes de reconhecer as potencialidades do seu território em gerar planos de desenvolvimento local, cabendo a eles mesmos gerenciarem tais planos. Com ações locais organizadas de diferentes formas (fóruns, consórcios, pólos, pactos regionais), surgem organizações com a representação de diferentes instituições do território e que constroem um consenso sobre qual a direção e adquirir autonomia depois.

## 5. Estratégias de desenvolvimento da Bahia até 2006

### 5.1. Desenvolvimento da Bahia baseado na ótica do capital

Pelo menos desde a década de 1990 nas estratégias de desenvolvimento da Bahia predominava a visão de desenvolvimento que privilegia a atração de investimentos. Segundo Ferraz, existe uma relação que contribui para entender como os empresários e Governo tentam pavimentar, no Estado da Bahia, o caminho em direção à Sociedade Competitiva:

Ao longo dos anos 90, o Governo do Estado da Bahia vem modificando a institucionalidade estatal e sua política para o desenvolvimento sócio-econômico em direção às demandas atuais do Capital, que passa também pela privatização do fundo público e pelo avanço do *ethos* empresarial no cotidiano.<sup>13</sup>

O autor identifica também algumas tendências sobre as atuais transformações do estado e do modelo de desenvolvimento na Bahia que possam atenuar a busca do desenvolvimento pela ótica do empresário e do capital e manifesta sua esperança de que possam vir a ter um conteúdo vinculado a uma proposta de real desenvolvimento social para todos.

### 5.2. O papel de destaque dado à “Guerra Fiscal”

Ferraz<sup>14</sup> afirma que a guerra fiscal é fomentada pela internacionalização, na medida em que a disputa por capitais externos obriga a crescentes concessões dos estados. Na origem deste processo estão as desigualdades regionais do país e a limitação de recursos internos para investimentos capazes de atenuar tais desigualdades. As unidades da Federação normalmente participam da disputa quando consideram diminutas suas chances de atrair investimentos sem incentivos e porque a chegada de novos negócios representa criação de novos empregos, diversificação da produção local, atração de outras empresas, especialmente fornecedoras das indústrias incentivadas, o que por sua vez expande o nível de emprego e a renda da região.

Para o país no conjunto, as conseqüências são negativas: além das tensões políticas entre os estados, cabe ponderar qual o impacto social das renúncias fiscais, promovidas por governos estaduais que nem sempre estão em condições de fazê-lo sem sacrificar ainda mais suas populações<sup>15</sup>.

Segundo Diniz<sup>16</sup>, a guerra fiscal corrói as finanças públicas, compromete receitas futuras e desvia os preços relativos porque nessa guerra, ganham os estados mais desenvolvidos, com melhores condições locacionais e maior cacife financeiro e político, o que agrava as desigualdades regionais.

Ferraz<sup>17</sup> elenca alguns efeitos: no cenário empresarial, por exemplo, as empresas multinacionais às quais se destinam os maiores incentivos, são as mais beneficiadas; as grandes empresas nacionais arranjam-se, pelo volume de vendas internas, mas perdem relativamente se não receberem incentivos; e os micro e pequenos empresários perdem em competitividade de seus concorrentes localizados nos estados que adotam esquemas de incentivo. Ainda segundo Ferraz, estabelece-se uma situação de desigualdade: enquanto algumas empresas maiores são beneficiadas, as demais são oneradas com a carga normal de impostos, que tendem a considerar muito alta por conta da má distribuição, e tendo um tratamento dos governos identificado por inadimplência com sonegação. Dessa forma, uma das

conseqüências é o avanço da economia informal, que corresponde a fatia substancial das atividades econômicas no Brasil.

Afirma Ferraz, ainda, que o principal resultado obtido com a guerra fiscal vem sendo a reconcentração da economia nacional em direção ao Centro-Sul do Brasil, de acordo com o estudo da Secretaria de Assuntos Fiscais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2000). Esse estudo, feito com base em análise do Produto Interno Bruto (PIB), relata que entre 1970 e 1985, a região Sudeste sofreu uma redução de 6,4% na participação do PIB.

O referido estudo mostra que a partir de 1985 o Sudeste aumentou sua participação no PIB da indústria geral de 66,3% para 68,9%, enquanto o Nordeste caiu de 11,2% para 7,9% no período de 1985 a 1998. Entre os estados, a maior perda nesse quesito é da Bahia, que teve sua participação reduzida de 4,2% para 2,1%. A participação de São Paulo aumentou de 46,5% para 50,6% em treze anos.

De 1989 a 1999, a participação da Bahia no ICMS Nacional caiu de 4,5% para 4,1% e entre 1985 e 1998 a sua participação no PIB total do País decresceu de 5,1% para 4,1%. Na Bahia, ao mesmo tempo em que se promovia a renúncia fiscal para as empresas que viessem a se instalar no estado, o Governo iniciava um processo de saneamento das contas públicas, reativando a fiscalização e deflagrando o combate à sonegação.

Isso porque para dar vulto à sua proposta de estímulo ao desenvolvimento via privatização do fundo público, o Governo baiano precisaria gerar, inclusive à custa da população local, um “caixa” que viabilizasse os financiamentos iniciais destinados à iniciativa privada.

Segundo Ferraz, esse processo caracterizava uma espécie de acumulação primitiva caracterizada pela expropriação da população local ao nível dos impostos, necessária ao avanço da industrialização no estado, particularmente fora da Região Metropolitana de Salvador (RMS), que compreende as seguintes cidades: Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Camaçari, São Francisco do Conde, Madre Deus, Itaparica, Vera Cruz e Dias D'Ávila.

## **6. Estratégias contemporâneas do Estado da Bahia**

### **6.1. As Redes de Apoio aos Arranjos produtivos Locais na Bahia**

No Estado da Bahia, conforme ilustra a divulgação oficial feita pela Agencia (AGECOM) em 2004:

O Governo Estadual iniciou no ano de 2003 a Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais da Bahia, primeira do gênero no Brasil, resultado da parceria entre Governo, Empresas, Instituições Financeiras e Universidades visando promover uma maior articulação entre os diversos atores que realizam ações em APL. A rede é coordenada Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI), e conta com diversos projetos em regiões distintas.<sup>18</sup>

Entre os arranjos produtivos locais destacam-se:

- Rochas Ornamentais, em Ourolândia;
- Confeções, em Salvador e Feira de Santana;
- Floricultura, em Maracás;
- Sisal, em Valente;
- Ecoturismo, em Ilhéus e Itacaré;
- Caprinovinocultura, em Jussara;
- Piscicultura, em Paulo Afonso;
- Tecnologia da Informação, na RMS e Ilhéus;
- Transformação Plástica, na RMS;
- Fruticultura, em Juazeiro.

É extremamente positiva a decisão de selecionar APLs e de criar rede de apoio pertinente, entretanto, como alerta Baiardi e Mendes<sup>19</sup>, essa iniciativa não foi devidamente analisada e debatida com a comunidade científica e empresarial e desse modo corre o risco de vir a não atender às expectativas e não reunir condição de operar como habitat da inovação.

## 6.2. A atração de empreendimentos industriais

O Governo da Bahia, através da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) desenvolveu ao longo de 2005 um elenco de ações voltadas para atração de novos empreendimentos industriais, conforme divulgou a Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia (AGECOM, 2006) no seu boletim eletrônico.

Segundo essa fonte oficial, o Governo baiano tem como diretrizes a integração industrial e a sua interiorização e o modelo industrial baiano confere prioridade aos empreendimentos considerados estruturantes e de sinergia requeridos para o fortalecimento e consolidação dos arranjos produtivos locais.

Ainda segundo a AGECOM<sup>20</sup>, o esforço governamental para atrair e promover oportunidades industriais para o Estado vem sendo apoiado por um trabalho contínuo de divulgação e valorização das condições favoráveis da Bahia, direcionadas aos empresários que, para tomada de suas decisões, analisam as vantagens locacionais e comparativas oferecidas pelo estado e não exclusivamente, os incentivos fiscais e apoios de infra-estrutura concedidos. O governo do Estado acreditava que como resultado prático dessa atuação, vem ocorrendo um processo de desenvolvimento da industrialização baiana, explicada pela opção preferencial do perfil selecionado de investidores e de suas empresas, que segundo o governo, representam líderes de seus segmentos industriais, detentoras de tecnologia, com mercados bem desenvolvidos e capacidade exportadora na grande maioria dos casos<sup>21</sup>.

A Bahia ocupa a primeira posição no *ranking* da indústria nordestina. Segundo dados da AGECOM<sup>22</sup>, a Bahia é o maior pólo petroquímico do Hemisfério Sul e terceiro maior produtor de celulose e de minerais e desponta com investimentos em outros setores. Até 2009, a previsão é que sejam implantados 363 novos empreendimentos industriais e outros 81 serão ampliados, por conta do crescimento da economia local.

Segundo a mesma agência, no período de 2003 a 2005, 126 empreendimentos industriais entraram em operação, gerando mais de 28 mil empregos. Muitos empreendimentos, principalmente no setor automobilístico, vieram em função da implantação no estado de uma fábrica da montadora Ford, considerada a mais moderna do mundo e que teve como investimento inicial US\$ 1,9 bilhão, gerando cinco mil empregos, alcançando no ano passado a produção de 247 mil automóveis e o impacto de US\$ 872 milhões nas exportações baianas. Além do setor de automóveis, outros segmentos industriais, como pneumáticos, calçados, móveis, informática, agroindústria, alimentos e bebidas, têxtil, naval, cosméticos e perfumaria fazem parte da matriz industrial baiana.

No setor de pneus, destaca-se a implantação de duas novas fábricas no município de Camaçari: a Continental e a Bridgestone. A Pirelli também investiu na ampliação de sua unidade em Feira de Santana. O “investimento conjunto das três empresas soma US\$ 600 milhões”. No setor de papel e celulose, os principais investimentos são da Veracel e da Bahia Sul Celulose, no sul do estado. O investimento das duas empresas alcança US\$ 2,25 bilhões. O grupo Bahia Pulp também vai ampliar a indústria no Pólo Petroquímico visando a produção de celulose solúvel para uso industrial<sup>23</sup>.

## 7. Indicadores econômicos e sociais

Dois indicadores foram selecionados para análise: o primeiro foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que mede o nível de desenvolvimento humano dos países, estados e cidades, utilizando como critério a educação, ou seja, alfabetização e taxa de matrícula, a longevidade, que seria a média de vida ao nascer e a renda per capita (PIB). O segundo foi o taxa de desemprego da Região



Metropolitana de Salvador.

## 7.1. Índice de Desenvolvimento Humano

Tabela 1: Índice de desenvolvimento humano BRASIL - IDH POR ESTADOS EM 1991 E 2000

	Estados	IDH em 1991	IDH em 2000
1°	Distrito Federal	0,799	0,844
2°	Santa Catarina	0,748	0,822
3°	São Paulo	0,778	0,820
4°	Rio Grande do Sul	0,753	0,814
5°	Rio de Janeiro	0,753	0,807
6°	Paraná	0,711	0,787
7°	Mato Grosso do Sul	0,716	0,778
8°	Goiás	0,700	0,776
9°	Mato Grosso	0,685	0,773
10°	Minas Gerais	0,697	0,773
11°	Espírito Santo	0,690	0,765
12°	Amapá	0,691	0,753
13°	Roraima	0,692	0,746
14°	Rondônia	0,660	0,735
15°	Pará	0,650	0,723
16°	Amazonas	0,664	0,713
17°	Tocantins	0,611	0,710
18°	Pernambuco	0,620	0,705
19°	Rio Grande do Norte	0,604	0,705
20°	Ceará	0,593	0,700
21°	Acre	0,624	0,697
22°	Bahia	0,590	0,688
23°	Sergipe	0,597	0,682
24°	Paraíba	0,561	0,661
25°	Piauí	0,566	0,656
26°	Alagoas	0,548	0,649
27°	Maranhão	0,543	0,636

Fonte: PNUD – BRASIL.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento<sup>1</sup>, o objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano [Amartya](#)

Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para se viver”. Sen, afirma que é difícil resistir á tentação de não tomar como base o crescimento do PIB

Segundo esses dados divulgados em 2003 no Atlas sobre o desenvolvimento humano dos estados e cidades brasileiras (tabela 1), o Distrito Federal ficou na primeira posição, seguido de Santa Catarina e São Paulo. O estado com maior destaque foi Santa Catarina que nesse período, passou de quinto para segundo lugar, perdendo apenas para o Distrito Federal, que em 1991 possuía um IDH igual a 0,799 e em 2000 estava com 0,844.

Considerando um indicador similar, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), (tabela 2) os Estados que mais aumentaram o índice, entre 1991 e 2000, foram, respectivamente, o Ceará (passou de 0,597 para 0,699), Alagoas (de 0,535 para 0,633), Maranhão (de 0,551 para 0,647). Por outro lado, os que menos cresceram foram: Distrito Federal (de 0,798 para 0,844), São Paulo (0,773 para 0,814) e Roraima (0,710 para 0,749). Os Estados que mais subiram no ranking foram o Ceará (subiu da 23ª para a 19ª posição) e o Mato Grosso (da 12ª para a 9ª posição). Rondônia, Tocantins, Bahia e Goiás ganharam duas posições cada um. Os que mais caíram no ranking foram Roraima (da 8ª para 13ª posição), Amazonas (da 14ª para 17ª) e Acre (18ª para 21ª). Sergipe e Pernambuco perderam duas posições cada. Os demais estados ou permaneceram na mesma colocação ou tiveram variação de uma posição para mais ou para menos.

Tabela 2: IDH POR ESTADOS, 1991 E 2000, RANKING E VARIAÇÃO

UF	IDH-M	IDH-M	Variação no IDH-M	RANKING	RANKING	Variação no rank
	1991	2000	1991-2000	1991	2000	1991-2000
Distrito Federal	0,798	0,844	0,047	1	1	0
São Paulo	0,773	0,814	0,041	2	2	0
Rio Grande do Sul	0,757	0,809	0,052	3	3	0
Santa Catarina	0,740	0,806	0,066	5	4	1
Rio de Janeiro	0,750	0,802	0,052	4	5	-1
Paraná	0,719	0,786	0,067	6	6	0
Goiás	0,707	0,770	0,062	9	7	2
Mato Grosso do Sul	0,712	0,769	0,057	7	8	-1
Mato Grosso	0,696	0,767	0,071	12	9	3
Espírito Santo	0,698	0,767	0,068	10	10	0
Minas Gerais	0,698	0,766	0,068	11	11	0
Amapá	0,691	0,751	0,061	13	12	1
Roraima	0,710	0,749	0,039	8	13	-5
Rondônia	0,655	0,729	0,074	16	14	2
Tocantins	0,635	0,721	0,086	17	15	2
Pará	0,663	0,720	0,057	15	16	-1
Amazonas	0,668	0,717	0,049	14	17	-3
Rio Grande do Norte	0,618	0,702	0,084	19	18	1
Ceará	0,597	0,699	0,102	23	19	4
Bahia	0,601	0,693	0,092	22	20	2
Acre	0,620	0,692	0,072	18	21	-3
Pernambuco	0,614	0,692	0,077	20	22	-2
Sergipe	0,607	0,687	0,080	21	23	-2
Paraíba	0,584	0,678	0,094	25	24	1
Piauí	0,587	0,673	0,086	24	25	-1
Maranhão	0,551	0,647	0,096	26	26	0
Alagoas	0,535	0,633	0,098	27	27	0

Fonte: PNUD – BRASIL.

Referindo-se a esses dados, o ex-governador Paulo Souto afirmou em seu discurso, na oportunidade do lançamento da publicação *Bahia: Dois Anos em Revista – 2003/2004*, que: “Se fosse medido este ano [2005], o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) revelaria uma transformação muito forte e rápida na Bahia em comparação a 2000, última vez que foi aferido o indicador”.

## 7.2. Taxa de Desemprego

No caso da Bahia a taxa de desemprego deve ser considerada um indicador-chave. Se for considerado o período de 1997 a 2004 os índices continuam elevados. Nesse período a taxa de desemprego aumentou 18,1% embora deva ser registrado que em 2004, mesmo sendo de 25,5%, pela primeira vez o índice recuou em relação ao anterior. Na Região Metropolitana de Salvador (RMS) em 2006, (tabela 3) em maio a taxa de desemprego foi de 24,4% e para os demais municípios

de 28,0%. Uma das explicações para a permanência da taxa de desemprego nesse patamar pode estar na política econômica nacional que não criou as condições necessárias para a geração de empregos necessários.

Tabela 3: TAXA DE DESEMPREGO TOTAL NO PERÍODO JANEIRO A MAIO DE 2006 NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR E DEMAIS MUNICÍPIOS

MESES	RMS	DEMAIS MUNICÍPIOS
JANEIRO	23,7	25,6
FEVEREIRO	23,8	26,0
MARÇO	24,7	27,4
ABRIL	24,4	28,1
MAIO	24,4	28,0

FONTE: SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

De fato, segundo o estudo Crescimento Pró-Pobre: o Paradoxo Brasileiro, elaborado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e pelo Centro Internacional de Pobreza (2005), um componente do PNUD com sede em Brasília, o papel dos programas de benefício social foi fundamental para o crescimento da renda e não do emprego. Entre 1995 e 2004, a renda proveniente do trabalho recuou 1,49% ao ano. Mas houve aumento na renda via Seguridade Social (3,25% ao ano) e outros programas (5,77%, com salto de 13,26% entre 2001 e 2004). Essa situação não pode ser sustentável. A renda *per capita* no país recuou no período de 1995 a 2004, mas a pobreza e a desigualdade também caíram.

No primeiro trimestre de 2007 (tabela 4), os números são menores, embora apresentem leve tendência de alta. Em março na RMS em 2006, a taxa era 24,7% e caiu para 22,9%; o comportamento foi semelhante nos demais municípios: caiu de 27,4% para 25,7%.

Tabela 4: TAXA DE DESEMPREGO TOTAL NO PERÍODO JANEIRO A MARÇO DE 2007 NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR E DEMAIS MUNICÍPIOS

MESES	RMS	DEMAIS MUNICÍPIOS
JANEIRO	22,1	24,9
FEVEREIRO	22,3	23,9
MARÇO	22,9	25,7

FONTE: SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Os dados do IBGE/PNAD confirmam a persistência e agravamento do desemprego. Como se observa nas tabelas 5 e 6 a seguir, a taxa de desocupação (número de desocupados / população economicamente ativa) que em 1995 era de 6,7 %, saltou em 2004 para 10,5%. Coerente com essa constatação observa-se que a classe de renda das pessoas com rendimentos de até um salário mínimo que em 1995 representavam 44,5% do total das pessoas com 10 anos ou mais de idade em 2004 aumentou para 56,9%.

Tabela 5: POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E ECONOMICAMENTE ATIVA BAHIA, 1995, 2003 E 2004

Especificação	1995	2003	2004
População em Idade Ativa (PIA) (mil)	9822	10.905	11.091
PIA sobre a população total (%)	77,4	80,4	80,9
População Economicamente Ativa (PEA) (mil)	6.044	6.697	6.956
PEA sobre a população total (%)	47,6	49,3	50,8
Taxa de atividade (PEA/PIA) (%)	61,5	61,4	62,7
Taxa de desocupação (desocupados/PEA) (%)	6,7	9,8	10,5

Fonte: IBGE/PNAD.

Tabela 6: PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDA. BAHIA, 1995, 2003 E 2004

Classes de renda (em salários mínimos)	1995	2003*	2004*
Pessoas com rendimentos (em mil) **	5.066	6.669	6.847
Distribuição (%)			
Até 1	44,5	60,7	56,9
Mais de 1 a 2	28,1	21,7	25,6
Mais de 2 a 3	10,6	7,3	6,6
Mais de 3 a 5	7,4	5,3	5,6
Mais de 5 a 10	5,6	3,0	3,4
Mais de 10 a 20	2,4	1,4	1,4
Mais de 20	1,3	0,7	0,4
Pessoas sem rendimentos (em mil)	4.621	4.155	4.140

Fonte: IBGE/PNAD; \* Valores calculados a partir do rendimento nominal mensal médio em salários mínimos vigentes. \*\* Inclusive as pessoas que recebem somente em benefícios.

## 8. Apoio para atração de empreendimentos

Dentre as funções que cabem ao Estado se situa, além da de recolher e cobrar impostos, a função de criar bem estar, tornando a distribuição de riquezas menos iníqua, menos concentrada entre as pessoas, regiões ou grupos e a função reguladora, na qual, através de um marco institucional (conjunto de regras e normas) controla a atividade econômica, protegendo empresas e consumidores do estado.

O Estado deve desempenhar essas funções obedecendo aos dispositivos constitucionais que tratam do compromisso com a liberdade econômica, uma vez que se trata de uma economia de mercado e a concorrência saudável deve ser preservada.

O investidor por sua vez, se identifica e considera viável uma oportunidade de investimento na Bahia, é porque acredita que virá o retorno de seu capital nas taxas e prazos compatíveis com suas expectativas. Assim, concessões são feitas aos empresários de fora do estado com a justificativa técnica de que seus investimentos irão gerar emprego e renda.

Entretanto, cabem alguns questionamentos: os embriões de empreendimentos ou atividades locais com potenciais de crescimento não devem ser fortalecidos? As empresas localizadas no estado que já estão gerando emprego e renda não merecem concessões? Em um mesmo segmento, criar



empregos novos e deixar desaparecer empregos existentes, não significa um jogo de resultado zero?

O empresário local além de não contar com os benefícios dos incentivos fiscais, creditícios e materiais, enfrenta: caos tributário, burocracia, infra-estrutura deficiente e a dificuldade para que seja beneficiário das políticas de desenvolvimento.

## 9. Considerações finais

Duas constatações se destacaram nesse trabalho. A primeira: em termos de IDH sugerindo que a Bahia está situada entre os sete piores estados, segundo números do ano 2000. A segunda evidenciando que as taxas recentes de desemprego são superiores as de 1997. Isto significa que as estratégias prevaletentes não foram suficientes para melhorar os padrões sociais (dados até 2000) e nem para reduzir o desemprego (dados de 2004, para o estado como um todo e dados de maio de 2006, para a Região Metropolitana de Salvador).

A geração de emprego e renda não é função exclusiva das estratégias de desenvolvimento estaduais e sim também condicionada e potencializada por variáveis nacionais e internacionais. Assim, não podem ser ignorados os efeitos da política econômica nacional e nem as enormes transformações tecnológicas globais nas ultimas décadas.

Com efeito, a política antiinflacionária do período 1995-2002 foi centrada no Plano Real, que possuía instrumentos como (a) a taxa de cambio fixa até 1999 (âncora cambial) e (b) redução das tarifas de importação, instrumentos que desestimulavam a geração e a manutenção do emprego quando facilitavam a entrada de mercadorias do exterior provocando um choque de competitividade. A liberação da força do trabalho por conta do desemprego estrutural ou tecnológico ocorreu quando o empresário local resistiu a esse choque e se modernizou ou quando não resistiu e fechou as portas.

As transformações tecnológicas globais decorrentes da necessidade de expansão do capital, inegavelmente elevaram a produtividade dos recursos e reduziram o emprego quando provocaram o surgimento de novos produtos e novos processos produtivos dos mesmos produtos; e novos serviços e novas formas de prestação dos mesmos serviços.

Pode-se concluir, a partir desses resultados, que a atração dos empreendimentos para o estado poder ter sido necessária, mas não foi suficiente para a melhoria do desenvolvimento humano e assim sugere-se a necessidade de valorizar alternativas que enfatizem os mecanismos locais, a cooperação e a solidariedade.

Por outro lado, é necessário investigar em que medida os indicadores sociais poderiam ser melhores se a vertente da via alternativa para o desenvolvimento sustentável tivesse recebido prioridade, se a cooperação e a solidariedade fossem privilegiadas.

Seriam melhores os resultados se a formação do capital social e as vertentes alternativas de desenvolvimento, que contemplam mecanismos locais, como as APLs (que já vêm sendo implementados), cooperativas, e demais entidades da economia social e solidária, tivessem exercido um papel mais central na estratégia estadual?

O capital, ou a sua escassez no empresariado baiano, a limitada capacidade empresarial, as políticas restritivas, estaduais e federais explicam a debilidade da base produtiva com raízes internas?

Respostas categóricas a essas questões só podem ser dadas após uma análise mais profunda do tema, mas, é certo que implantar estratégias alternativas demanda ambientes favoráveis para prosperarem: cooperação, confiança nas instituições, convergência de propósitos, conciliação e crença em valores sociais harmônicos com a maioria da sociedade.

Empreendedores locais concorrem aparentemente em iguais condições, mas, ao se examinar as vantagens que possuem as multinacionais, os grandes grupos de fora do estado, percebem-se as desvantagens que enfrentam os empresários locais e o quanto é desigual essa disputa.

Os empresários locais efetivamente contribuem para a desconcentração, distribuição e retenção no estado das riquezas e para a integração da cadeia produtiva, estimulando os vários tipos de agentes e as diferentes frações de capital já existentes. Assim, a persistência da ênfase ao apoio ao grande capital só se explica pela ótica estritamente econômica, porque do ponto de vista da sociedade ela é

inaceitável. Devem ser igualmente valorizadas as estratégias que contemplem diretrizes que fortaleçam empresas cooperativas; empresas autogeridas por trabalhadores; microcrédito por meio de bancos oficiais, cooperativos ou comunitários; redes de produção solidária e demais organizações não governamental.

## Notas

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS. Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Política de Ciência e Tecnologia, Florença, Itália, 1993-1994 e Doutor em Ciências Humanas, na Área de Economia, UNICAMP, 1983-1986; Professor Titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB.

<sup>3</sup> FERRER, Aldo. *Hechos y Ficciones de la Globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

<sup>4</sup> PORTER, M.E. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

<sup>5</sup> PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>6</sup> NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990; *Institutions. Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112; *Economic performance through time*. Washington: Washington University St. Louis, 1993.

<sup>7</sup> PUTNAM, Robert, *op. cit.*

<sup>8</sup> FRANCO, Augusto. *Capital Social*. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Instituto de Política: Millennium, 2001.

<sup>9</sup> SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 11-28

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> LECHAT, Noelle M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, 20 de março de 2002.

<sup>12</sup> DULCI, Otávio S. Guerra Fiscal, Desenvolvimento Desigual e Relações Federativas no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, n. 18, jun. 2002, p. 98.

<sup>13</sup> NORTH, Douglass, *op. cit.*

<sup>14</sup> INSTITUTO CIDADANIA. Entrevista com Juarez de Paula, Gerente Desenvolvimento Local Sebrae, julho 2005, Santa Catarina.

<sup>15</sup> FERRAZ, Cristiano Lima. Empresários e Governo do Estado da Bahia: em direção a uma sociedade mais competitiva. *Trabalho Necessário*, ano 03, n. 3, 2005, p. 31.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> DINIZ, C. C. 2000. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). *Brasil 500 anos: futuro, presente, passado*. Rio de Janeiro: José Olympio.

<sup>19</sup> FERRAZ, Cristiano Lima, *op. cit.*

<sup>20</sup> ASSESSORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA (AGECOM). Bahia terá US\$ 16,6 milhões para ciência e tecnologia. Disponível em [www.agecom.ba.gov.br/informes](http://www.agecom.ba.gov.br/informes). Acesso em 12 de junho de 2006.

<sup>21</sup> BAIARDI, A; Mendes, J. Os APLs como habitats da inovação: potencial e possibilidades no caso da Bahia. In: *IX Seminário de Modernização Tecnológica e Periferia*, 2005, Recife. Anais do IX Seminário de Modernização Tecnológica e Periferia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. v. 1, 2005, p. 79-98.

<sup>22</sup> ASSESSORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA (AGECOM), *op. cit.*

<sup>23</sup> *Ibidem*.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), Desenvolvimento humano e IDH. Disponível em: <http://www.undp.org.br>. Acesso em 12 de junho de 2006.

### Referências bibliográficas

ASSESSORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA (AGECOM). *Bahia terá US\$ 16,6 milhões para ciência e tecnologia*. Disponível em: [www.agecom.ba.gov.br/informes](http://www.agecom.ba.gov.br/informes). Acesso em 12 de junho de 2006.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. *Relatório de Atividades de 1991*. Mensagem do Governador. Salvador, Bahia fevereiro de 1992, p. VII.

BAIARDI, A; Mendes, J. *Os APLs como habitats da inovação: potencial e possibilidades no caso da Bahia*. In: IX Seminário de Modernização Tecnológica e Periferia, 2005, Recife. Anais do IX Seminário de Modernização Tecnológica e Periferia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. v. 1, 2005, p. 79-98.

DINIZ, C. C. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). *Brasil 500 anos: futuro, presente, passado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

DULCI, Otávio S. Guerra Fiscal, Desenvolvimento Desigual e Relações Federativas no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, n. 18, jun. 2002, p. 95-107.

\_\_\_\_\_. Itinerários do Capital e seu Impacto no Cenário Inter-regional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, out. 2002, p. 89-102.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA FIEB – Departamento de Economia. *Industrialização na Bahia: construindo uma nova estratégia*. Salvador: Fieb, 1995.

FERRAZ, Cristiano Lima. Empresários e Governo do Estado da Bahia: em direção a uma sociedade mais competitiva. *Trabalho Necessário*, ano 03, n. 03. 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/Cristiano%20TN3.htm>.

\_\_\_\_\_. *Metamorfose do Industrialismo no Estado da Bahia: Estado Produção e Formação Humana*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação – mestrado e doutorado – da Universidade Federal Fluminense, campo de confluência Trabalho e Educação. Niterói-RJ, 2002.

FERRER, Aldo. *Hechos y Ficciones de la Globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disputa concentra economia, diz BNDES. *Seção Brasil*, ano 80, n. 25.890, p. 15. São Paulo, 20 de fevereiro de 2000.

\_\_\_\_\_. Evolução da Participação dos Estados no ICMS Brasileiro. Evolução da Participação dos Estados no PIB Brasileiro. *Seção Brasil*, ano 80, n. 25.890, p. 14. São Paulo, 20 de fevereiro de 2000.

FRANCO, Augusto. *Capital Social. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy*. Brasília: Instituto de Política: Millennium, 2001.

GAIGER, L. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (Org.). *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 101-126.

INSTITUTO CIDADANIA. Entrevista com Juarez de Paula, Gerente Desenvolvimento Local Sebrae, julho 2005, Santa Catarina.

LECHAT, Noelle M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, 20 de março de 2002.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Institutions*. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112

\_\_\_\_\_. *Economic performance through time*. Washington: Washington University St. Louis, 1993.

PORTER, M.E. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Desenvolvimento humano e IDH*. Disponível em: <http://www.undp.org.br>. Acesso em 12 de junho de 2006.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Arranjos Produtivos Locais*. Disponível em: [www.sebrae.com.br/br/osebrae/o\\_sebrae.asp](http://www.sebrae.com.br/br/osebrae/o_sebrae.asp). Acesso em 16 de junho de 2006.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 11-28.

# DEVOÇÃO E FESTA: IRMANDADE DE SÃO BARTOLOMEU EM MARAGOGIPE-BA NO PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO DO CATOLICISMO BRASILEIRO

Edilece Souza Couto \*

Fernanda Reis dos Santos \*\*

**Resumo:** O mês de agosto é pleno de festa e homenagens da população de Maragogipe, cidade do Recôncavo baiano, para o padroeiro São Bartolomeu. É a manifestação religiosa mais celebrada, sendo um momento em que os sujeitos constroem alianças, negociam conflitos, identidades e estratégias, bem como um domínio privilegiado para a sociedade se manifestar enquanto uma coletividade que transmite e reproduz valores, atualiza estruturas de autoridade, num jogo de múltiplas legitimações. A paróquia foi construída no século XVII, a igreja no XVIII e a aprovação do Compromisso da irmandade no XIX, em 11 de abril de 1851, em pleno processo de Romanização do Catolicismo brasileiro. A pedido do padre Ignácio Aniceto de Souza, o Compromisso foi aprovado por D. Romualdo Antônio de Seixas. Em 20 de agosto de 1943, o Compromisso foi reformulado por iniciativa do padre Florisvaldo José de Souza. A partir da análise dos dois documentos, pretendemos discutir os critérios da associação para a entrada dos irmãos, suas responsabilidades e privilégios, a atuação do pároco, respeito ou não às normas importadas pela Romanização para a vivência religiosa dos leigos e as principais mudanças com a reformulação do Compromisso.

**Palavras-chave:** festa; reforma católica; irmandade.

**Abstract:** The month of August is full of celebration and honors from people of Maragogipe to the city patron Saint Bartholomew. It is the most celebrated religious event, a moment propitious to build alliances, negotiate conflicts, identities and strategies, as well as a period to society transmit and reproduce values, hierarchical structures of authority, in a game to enhance legitimacy. The parish was built in the seventeenth century, the church in the eighteenth and the approval of the Compromise of brotherhood dates from April 11, 1851, in the process of Romanization of Brazilian Catholicism. At the request of Father Ignacio Aniceto de Souza, the Company was approved by D. Romualdo Antonio de Seixas. On August 20, 1943 the Company was restructured by the priest José de Souza Florisvaldo. From the analysis of two documents, we discuss the criteria for allowing the entrance of new brothers, their responsibilities and privileges, the actions of the priest regarding the standards imposed by Romanization to the religious experience of laymen, and finally the main changes operated with the reformulation of the Compromise.

**Keywords:** party; Catholic reform; brotherhood.

---

\* Mestre e doutora em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Assis-SP; professora adjunta no departamento de História e no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA. E-mail: edilece@ufba.br.

\*\* Mestranda em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA; bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. E-mail: fernanda.reisdossantos@gmail.com.



A festa de São Bartolomeu é a manifestação religiosa mais celebrada em Maragogipe, cidade do Recôncavo baiano. É um dos momentos em que os sujeitos negociam conflitos, constroem alianças, identidades e estratégias, bem como um domínio privilegiado para a sociedade se manifestar enquanto uma coletividade diferenciada que transmite e reproduz valores, atualiza estruturas de autoridade, num jogo de múltiplas legitimações.

A construção da paróquia de São Bartolomeu ocorreu no século XVII (1640), significando templo sede da freguesia. Entre os anos de 1723/28, a matriz de São Bartolomeu já devia estar em funcionamento, pois são desta época as sepulturas mais antigas encontradas na igreja. De acordo com um inventário de proteção do acervo cultural da Bahia, realizado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC-BA, de 1982, a matriz já possuía todos os seus altares e ornamentos desde 1757. Tudo leva a crer que os festejos foram iniciados nesse momento, pois localizamos numa documentação do Arquivo Ultramarino de Lisboa uma referência à festa de São Bartolomeu que data de 1759.

No período colonial brasileiro começaram a se formar as irmandades, associações leigas que tinham por objetivo principal congregar certo número de fiéis em torno da devoção a um santo escolhido como padroeiro e, a partir de um “Compromisso” aprovado pelas autoridades eclesiásticas, manter seu culto e promover sua festa. As associações de devotos tornaram-se os principais veículos do catolicismo popular, sendo relativamente autônomas, tanto em relação à hierarquia eclesiástica quanto ao poder do Estado, e representaram com o processo de romanização uma barreira ao projeto da Igreja<sup>1</sup>.

A irmandade de São Bartolomeu data de 1851, mesmo ano da aprovação do Compromisso, no dia 11 de abril, pelo arcebispo da Bahia D. Romualdo Antônio de Seixas a pedido do padre Ignácio Aniceto de Souza. Em 20 de agosto de 1943, o Compromisso foi reformulado, enviado pelo padre Florisvaldo José de Souza a D. Augusto Álvaro da Silva, arcebispo da Bahia e primaz do Brasil. A partir da análise dos dois documentos, pretendemos discutir os critérios da associação para a entrada dos irmãos, suas responsabilidades e privilégios, a atuação do pároco, o respeito ou não às normas da Romanização para a vivência religiosa dos leigos e as principais mudanças com a reformulação do Compromisso.

Entretanto, segundo o documento *Notícia sobre a Freguesia de S. Bartholomeu da Villa de Maragogipe, Recôncavo da Bahia*, do Arquivo Ultramarino de Lisboa, a irmandade de São Bartolomeu, objeto da pesquisa, não era a única da vila, pois existiam outras: das Almas, do S. S. Sacramento, N. S. do Rosário dos Pretos, N. S. da Conceição, São Gonçalo do Amarante, cada uma realizando sua festa nos dias determinados. Segundo Sebastião Costa<sup>2</sup>, existia também a irmandade de N. S. da Boa Morte.

### Os sentidos da festa

A festa precisa ser pensada como um campo repleto de significações, onde se exprimem com intensidade as dimensões dos papéis sociais, isto é, os sujeitos não ocupam da mesma forma os espaços. Há nessa rede relacional um conflito de natureza simbólica, no sentido de que os diversos grupos tentam se afirmar através de seus fazeres culturais, construindo suas representações, produzindo discursos e significados, num processo dinâmico de ressignificação<sup>3</sup>.

Qualquer festividade não deixa de ritualizar identidades etnicamente específicas, desempenhando também funções sociais, um instante privilegiado de explicitação dos dramas sociais e dos impasses políticos, possuindo também uma tarefa pedagógica. Assim, por meio dos festejos cívicos, religiosos ou carnavalescos, é possível visualizarmos modelos de comportamento e de ação, ou seja, o universo hierarquizante. As formas de desfile e exibição revelam a ordem social, de modo que é preciso entender esses eventos como ocasiões de profunda motivação político-social, onde se projetam múltiplas visões da realidade.

A relevância de uma análise acadêmica sobre a festa de São Bartolomeu da cidade de

Maragogipe constitui-se enquanto uma temática que ainda não foi desenvolvida, justificando a importância de uma investigação histórica, como também pode contribuir para ampliar estudos sobre o Recôncavo baiano. Por outro lado, esse festejo informa socialmente o seu papel na construção da identidade dos maragogipanos. A pesquisa se inscreve no campo de abordagem sociocultural, no entendimento dos valores culturais próprios de certos grupos que compõem a sociedade. O referencial teórico de Roger Chartier<sup>4</sup>, apoiado no conceito de representação, inspira a perspectiva que temos a pretensão de assumir. Para ele, a representação denota formas idealizadas de percepção do mundo, expondo os atores sociais naquilo que imaginam ou desejam ser. O conceito expressa e articula dentro de si uma idéia de elaboração mental e realidade pelos grupos sociais e formas de significação simbólica de situar-se no mundo. Também nos remete a discursos e práticas que se coadunam a fim de estruturar modos de apreensão das coisas e da vida. E é assim que desenvolvemos nosso estudo: aproximando-se do conjunto de significações elaboradas pelos agentes histórico-sociais localizados na cidade de Maragogipe durante o processo de Romanização em torno do problema da identidade.

Nesse sentido, Roger Chartier entende cultura como prática e sugere as categorias de apropriação e representação para estudá-la. Para ele, anula as diferenças, obscurece a existência de lutas e conflitos. Logo, o objetivo fundamental da história é reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentidos às suas práticas e discursos, colocando no centro do trabalho histórico as relações complexas e variáveis, atentando para as modalidades de apropriação, aos processos de construção dos sentidos, e à articulação entre práticas e representações, ou seja, dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações, construindo para cada grupo um “ser percebido”, constitutivo de sua identidade.

### **Festa em Maragogipe no contexto da Romanização**

[...] Na segunda-feira, 27, o entusiasmo christão do nosso povo excedeu a expectativa, elevando-se ao auge a fé da santa religião do meigo Jesus, quando a imagem do nosso querido patrono S.Bartholomeu, saiu em rica charola a percorrer as nossas urbs acompanhada por um préstito superior a cinco mil pessoas.

Na terça-feira, a grande massa popular emprestara ainda á Praça da Matriz, a mais ampla demonstração da alegria de uma festa evangelizadamente pura; á noite foi queimado um bem acabado fogo de artifício...<sup>5</sup>

Os jornais pesquisados reforçam Maragogipe enquanto uma cidade exclusivamente católica, como uma positividade que merece ser insistida. “[...] Ir ao espetáculo do dia 24 é dar uma prova espontânea de ser cultor da doutrina de Christo”<sup>6</sup>; “[...] Maragojipe, demonstração de catolicidade do Recôncavo”<sup>7</sup>.

Nesse ponto, podemos problematizar a festa de São Bartolomeu como palco onde se manifestavam expressões da identidade maragogipana. Os sistemas de identificação são construídos no interior das representações (sabe-se o que significa ser maragogipano devido ao modo como é representado). São discursos que organizam as ações, tentam a homogeneização, camuflando a diversidade (econômica, social, política, cultural), arguindo: 1. quais os elementos simbólicos usados que buscam definir a identidade de Maragogipe, quando percebemos uma insistente repetição e valorização da “catolicidade”, sem incluir as contribuições africanas e indígenas à cultura local; 2. discutir como os sujeitos se apropriam da festa e reelaboram seu sentido, considerando que os atores sociais sempre participam da construção de uma realidade simbólica, de acordo com suas experiências, apropriando-se de práticas religiosas de maneira singular.

Assim, a Igreja Católica teve que aprender a conviver com outras religiões e distintas formas de religiosidade<sup>8</sup>, já que a história das práticas e doutrinas que permearam as relações sociais foi feita de uma mescla de gestos devocionais. Em que medida pode-se analisar a ocorrência paralela de manifestações periféricas ao culto católico-central? Há evidências de que existe uma multiplicidade

de religiosidades, um cruzamento de sentidos e significações, evidenciando distintas formas de crer.

Por meio da documentação utilizada, em diversos momentos percebemos a valorização do catolicismo em Maragogipe, que obedecia às determinações ortodoxas católicas que passaram a ser reforçadas a partir de 1860, com o processo de Romanização da Igreja Católica no Brasil. Enquanto instituição, esta se tornaria mais “católica romana” do que “nacional”, ou seja, o Vaticano procurou acentuar a “europeização”, visando corrigir os vestígios pagãos num país cujo cristianismo quase inexistia. Nesse contexto, a verdade era sempre católica e como tal a Igreja devia combater o “mundo dos erros”, ou seja, a Romanização significou uma postura intransigente contra o “cristianismo moreno”. Com esta denominação, sugere-se uma alusão a uma religiosidade cristã formada por diversas práticas populares que se distanciavam das propostas da Igreja.

Com isso, além de cuidar da formação dos futuros padres, a Igreja desejava modificar a religiosidade dos leigos, e as festas de santos, impregnadas de características profanas e outras crenças, que deveriam ser “purificadas” e “controladas” pelas autoridades civis, clero e elite católica, os grandes reformadores empenhados na mudança dos costumes. Entretanto, em consequência do comportamento dessacralizado da maioria do clero, o povo não fazia diferença entre o padre na igreja, em sua função sagrada, e na vida profana, vivendo com todo mundo. Evidenciamos essa realidade em Maragogipe:

[...] Há muitas dezenas de anos, para a arrojada e tradicional festa do Apóstolo São Bartolomeu, na cidade de Maragogipe, da qual é padroeiro o mencionado santo, inscrito no hemerológico católico a 24 de agosto, vinha sempre a filarmônica da vizinha cidade da povoação de Nagé, a qual chegava soltando foguetes, que era um desespero, e tendo á frente originalíssimo baliza: uma creoula integral, meia-noite e trinta grande e gorda como uma baleia, completamente de negro, metida num veste talar. Apesar de seu corpanzil hipotamico, a mulher pulava á dianteira da música, que nem gafanfotó n'areia quente. Um portento de agilidade.

Certo ano, porém, a banda nageense apresentou-se em Maragogipe puxada por dois balisas. O povo, ahí, arregalou os olhos, exclamando jubiloso: Ih! A festa, este ano, está mesmo arrojada. A música de Nagé trouxe dois balisas! E todo mundo corria a ver quem era o par da creoula, o qual trazia o mesmo indumento. Pois, senhores, era um padre!... Padre Onofre de tal, enfiado na batina. O reverendo vinha eclipsando a afamada preta. É exato! Nunca jamais ninguém vira ali pinchos, ahús, letras e negaças tão rápidos e bem feitos como os que vinha executando. O tonsurado balisa dava tanto pinote num minuto, que o diabo não contaria em uma hora.

Foi um escândalo de todos os pecados. Imagine-se! O vigário de Maragogipe não esteve pelos autos, denunciando a conduta do padre Onofre ao Arcebispo que o suspendeu de ordens. E, no ano seguinte, as autoridades proibiram-no de bisar a façanha.

Pois foi pena. Como balisa, o desabusado sacerdote revelava-se positivamente um campeão.<sup>10</sup>

O próprio corpo de clérigos, dado a práticas pouco ortodoxas, era um estímulo a esses comportamentos que fugiam às normas da Igreja. Tradicionalmente lugar da autoridade, a Igreja em dias de festa tornava-se paradoxalmente, lugar de desacato à autoridade. Ela é o espaço da circulação de pessoas, e por isso mesmo, território de socialização de informações.

Podemos pensar que a Romanização não foi eficaz no controle e mudança das manifestações religiosas populares, pois estas sempre estiveram sujeitas à reelaboração, sem o controle direto da hierarquia eclesiástica. Dessa maneira, a Romanização foi a construção de uma racionalidade burocrática e intelectual por parte dos setores dirigentes da Igreja Católica<sup>11</sup>.

Evidenciamos, também, que a música e a dança presentes no espaço da festa religiosa faziam parte de uma antiga tradição portuguesa, ligada à permanência de elementos pagãos no catolicismo da Península Ibérica<sup>12</sup>.

Bem como as elaboradas manifestações externas da fé: missas celebradas por dezenas de padres, acompanhadas por corais e orquestras, em templos cuja abundante decoração era uma festa para os olhos e procissões cheias de alegorias, como podemos observar no trecho extraído de um jornal de Maragogipe:

[...] Às 5 horas da manhã do magno dia 24, o festivo toque da alvorada, como bimbalar dos sinos da nossa Matriz e o estrear dos rojões e foguetes, acordou a cidade para as suas grandes e santas alegrias. No majestoso templo, ornamentado com gosto e arte, foram celebradas as primeiras missa, às 6 e 7 horas, com grande número de comunhões... na segunda-feira, á tarde, realizou-se com pompa triunfal, primando pelo modo elogiável com que foi organizada, a imponente procissão, podendo se computar sem exagero, montante a cinco mil o número de fiéis que formavam o acompanhamento...<sup>13</sup>

Havia também em Maragogipe uma expectativa da adoção de um novo estilo de vida e hábitos elegantes, na implantação de novos códigos nas festividades, em substituição de hábitos considerados atrasados, isto é, a festa desempenha uma função social.

[...] o excesso de vendedores ambulantes causa inconvenientes. É preciso fiscalização ativa. A cidade hospitaleira e civilizada não pode deixar...<sup>14</sup>

[...] pedindo ao povo para se preparar, a fim de realizar uma festa modernizada no último dia das solenidades do mês de agosto deste ano, evitando-se, é lógico e razoável, com a presença dos lindos cordões, das filarmônicas, orquestras, grupos fantasiados, curso de automóveis e etc, a extinta corrida de cavalos e burros, pelas ruas da cidade...<sup>15</sup>

Aspectos que diziam respeito às inovações técnicas, ao comportamento, aos hábitos, ao entretenimento eram assinalados. Aliás, em torno das oportunidades de diversão em uma cidade que se modernizava, havia a expectativa de que elas se ampliassem. Naquele contexto, o automóvel vinha a ser um aspecto da nova cidade e relacionado a este símbolo do progresso.

Nesse sentido, em 1937, a divulgação da festa de São Bartolomeu, através do rádio, pela primeira vez, representa a inserção de novos códigos na festividade:

[...] Á noite, porém, precisamente ás 20 horas, a Philarmônica Dois de Julho ocupará o coreto que se achará festivamente iluminado na mesma Praça João Pessoa, até ás 22 horas, de onde ouviremos pela primeira vez em Maragogipe a irradiação, pela Rádio Sociedade da Bahia, do Bando Anunciador da festa, sendo que para melhor percepção da enorme assistência, será colocado no coreto um possante auto-falante, que a todos agradará. Nestas condições, os nossos queridos patrícios, não só os residentes desta cidade, mas os que se encontram em outras partes do Estado e do Brasil terão a indizível alegria de ouvir, pelo rádio, o Programa da imponentíssima Festa que os maragogipanos realizarão este ano, em tributo fervoroso de amor ao seu glorioso e tão querido defensor São Bartolomeu.<sup>16</sup>

Notamos na citação que, com a divulgação da festa pelo rádio, o evento reforça a idéia de sociabilidade, pois “para melhor percepção da enorme assistência, será colocado no coreto um possante auto-falante, que a todos agradará”, ou seja, o festejo religioso é um momento de encontro, interação, diálogo e trocas. Tudo leva a crer que através desse novo meio tecnológico, moderno, foi possível dar uma maior visibilidade da festa de São Bartolomeu, enquanto uma tentativa de consagrar Maragogipe como a cidade de maior demonstração de fé católica (seguindo a ortodoxia, um aspecto renovado, clerical, romano) do Recôncavo baiano. Inclusive, podemos pensar que a festa de São Bartolomeu ganha a notoriedade que tem nos dias atuais a partir do momento em que foi conhecida “não só os residentes desta cidade, mas os que se encontram em outras partes do Estado e do Brasil”, ou seja, a partir da inserção de novas tecnologias.

### **Os Compromissos da Irmandade de São Bartolomeu**

Vamos analisar os Compromissos da irmandade de São Bartolomeu em Maragogipe em dois

momentos: 1851, ano de sua aprovação, e 1943, data que o primeiro Compromisso foi reformado e aumentado segundo o código do direito canônico e o concílio plenário brasileiro.

Em 1851, o pároco de Maragogipe, Ignácio Aniceto de Souza, que enviou o pedido de aprovação do Compromisso da referida irmandade ao arcebispo da Bahia D. Romualdo Antônio de Seixas, também ocupava a função política de presidente da Câmara de vereadores, ou seja, se por um lado o arcebispo fazia parte do movimento de reforma católica, buscando segregar os homens do século daqueles que deviam viver no santuário, por outro o próprio arcebispo aprova um pedido numa situação específica daquilo que ele mesmo se opunha. O padre Ignácio Aniceto de Souza foi, ao mesmo tempo, pároco e presidente da Câmara em diferentes momentos: de 1851 a 1854, 1873 a 1876, 1879 a 1881. Evidenciamos que o padre ficou na cidade aproximadamente trinta anos, exercendo cargos que neste período eram incompatíveis.

[...] Traços biographicos de alguns maragogipanos illustres.

Padre Ignácio Aniceto de Souza

Foi um talento superior o Padre Ignácio Aniceto de Souza. Natural de Maragogipe, o ilustre sacerdote ordenou-se no Seminário da Bahia, revelando, daí, a sua posição de privilegiado. Escolheu a sua terra natal para nella fixar residência, depois de sacerdote. Jurista de larga nomeada, o padre Ignácio dedicava-se com ardor e entusiasmo á advocacia, onde fez figura luminosa. Orador sacro dos mais notáveis da Bahia, no seu tempo, o seu nome jamais será esquecido como autoridade na palavra, pela fluência, pela profundidade e pela belleza de phrases. Os seus sermões sempre decantados, nos actos solennes da Semana Santa, empolgavam, convertiam, electrizavam, arrancavam mesmo lágrimas das pessoas menos sensíveis. Foi sermonista consummado. Ocupou por várias vezes, a cadeira de Presidente de nossa Edilidade, tendo sido também, deputado provincial, no antigo regimen, onde destacou-se como notável parlamentar. Foi um maragogipano que soube dar nome á sua terra...<sup>17</sup>

A presença de religiosos ocupando cargo de juiz ou a desempenhar o papel de vereador na Câmara Municipal não era estranha à sociedade baiana. A participação do clero em órgãos administrativos e judiciais na esfera local era uma prática corrente. O padre ocupava uma posição distinta não por estar à frente de uma instituição religiosa, mas, também, por quase sempre se envolver em disputas políticas e na organização da cidade nos mais variados aspectos. Reforçava os laços de solidariedade com a comunidade, à qual prestava serviço, e essa, por sua vez, retribuía elegendo-o para ocupação de postos importantes da administração municipal. Isso demonstra em que medida a Romanização teve êxito, já que o exercício da missão espiritual de um prelado devia suplantar suas atividades políticas. No contexto que foi analisado, a razão talvez seja a própria extensão das dioceses, o que dificultava a fiscalização mais ativa por parte da hierarquia eclesiástica. Ou mesmo isso se devesse à impossibilidade de adequação dos sujeitos a um novo modelo institucional.

Quanto aos leigos reunidos na irmandade, o Compromisso de fundação define em primeiro lugar o critério de pertencimento:

[...] Da entrada dos irmãos

Para que esta Irmandade possa conservar-se por muitos annos, serão n'ella admitidos por irmãos, homens e mulheres, tanto d'esta Freguezia e Termo da Cidade, como de fora d'ella, sendo pessoas brancas e pardas somente, os quaes darão de entrada a esmola...<sup>18</sup>

Percebe-se o critério de cor como definidor de sua identidade e adesão. Tem como principal objetivo reverenciar o culto a São Bartolomeu, tendo na figura do juiz o maior cargo da irmandade, “[...] o juiz da Irmandade que for eleito, presidirá a todos os actos d’ella...”<sup>19</sup>. Todavia, ressaltamos que este cargo era ocupado por um leigo, ficando o padre apenas com a função de celebrar os sacramentos, conforme verificamos: “[...] A este acto não poderá deixar de assistir o Reverendo Parocho, ou o seu substituto, os quaes não terão voto algum n’esta eleição, salvo o direito de lhes pertencer como membros de algum dos cargos da Meza...”<sup>20</sup>.



Os cargos sempre foram ocupados por indicação, assim perpetuam as mesmas posições, idéias, valores, objetivos, intenções, ou seja, ser substituído não significa uma mudança expressiva dentro do quadro da irmandade. Daí vem uma pergunta: e se um irmão quisesse fazer parte das decisões da irmandade e não tivesse o privilégio de ser indicado pelos atuais membros? Ou seja, a “votação” (reunião) que acontece anualmente, a cada dia 15 de agosto (antes da festa) para serem divulgados os nomes no dia da festa no púlpito e posse dia 8 de setembro, parece ser apenas para compor a parte burocrática, dando uma falsa idéia de que todos os membros participaram dos rumos da irmandade, já que os candidatos não são escolhidos aleatoriamente, mas indicados pelos superiores. Vale dizer que todas essas atividades eram exercidas por homens, ou seja, as mulheres eram discriminadas politicamente, não exercendo o ato da Mesa, isto é, atos de decisão sobre a condução da irmandade, atuando somente em funções secundárias, como membros da comissão de festas para arrecadar esmolas para o evento.

As irmandades exigiam que seus membros pagassem direitos de entrada (jóias) e contribuições mensais, oferecendo, em contrapartida, ao lado de objetivos espirituais, assistência durante a vida e na hora da morte, ou seja, mesmo se o irmão fosse pobre, mas cumprisse com suas obrigações com a irmandade, esta tinha que custear o enterramento. Mas o fato da obrigatoriedade de uma quantia para pertencer à irmandade já não excluía aqueles economicamente desprivilegiados? Por outro lado, é importante pensar que se os irmãos fossem casados, suas esposas logo se tornariam irmãs (sem necessidade de pagamento de entrada, somente a taxa anual), como se o fato de ser casada com um irmão lhe desse o privilégio de pertencer à irmandade. Ser esposa de um irmão é como se já contemplasse os critérios estabelecidos pela irmandade. Agora vem outra questão: o contrário também acontecia? E se a mulher já integrasse a irmandade (se é que havia esta possibilidade), o marido automaticamente também seria irmão? Pelo que percebemos a única via de acesso das mulheres à irmandade era pelo casamento (religioso-católico). Por outro lado, o irmão solteiro casando-se com uma “pessoa de sua igualdade” (mulher branca, com rendas, alfabetizada e católica), automaticamente esta também seria irmã, junto com os filhos que por ventura tivessem.

No primeiro Compromisso há um capítulo específico que mostra as etapas dos festejos ao padroeiro: novenas, exposição do Santíssimo Sacramento no dia da festa, missa cantada, sermão e procissão à tarde pelas ruas da cidade, no dia 24 de agosto.

O Concílio Plenário Brasileiro, em 1939, foi a ação pastoral prioritária para a implantação da reforma tridentina. Marca o ponto alto da Romanização da Igreja no Brasil e do seu enquadramento no espírito tridentino. Inclusive, o aumento e a reforma no Compromisso da irmandade de São Bartolomeu, de 20 de agosto de 1943, decorreram deste Concílio e do Código do Direito Canônico.

[...] Art. 2º... pelo bom exemplo de uma vida verdadeiramente cristã e pelo espírito de submissão à Santa Igreja Católica, Apostólica e Romana, nas pessoas de seus superiores hierárquicos...<sup>21</sup>

Notamos no Compromisso reformado em 1943 que o critério de entrada dos irmãos não é mais o critério de cor, mas especialmente que o irmão fosse “Católico, Apostólico e Romano”, tendo por objetivo o esforço de uma vida verdadeiramente cristã, bem como enfatizar o culto ao santo; novena em preparação à festa; realizar missa (a cada dia 24 do mês); participar dos festejos em agosto.

A reforma do Compromisso enviada a D. Augusto Álvaro da Silva, arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, foi solicitada pelo padre Florisvaldo José de Souza. Ficou conhecido na cidade de Maragogipe pela sua atuação à frente da Matriz entre a década de 1940 e 1970, e sempre andava com o hábito como sinal de distinção, o que evidencia a sua preocupação em cumprir a determinação da Romanização. Além disso, o aumento e a reforma do referido Compromisso, tendo como consequência a interferência direta do clero na organização e controle da festa de São Bartolomeu, já que o padre passou a ser o presidente da irmandade, cargo inexistente até então.

[...] Art. 10º Para o bom andamento da Irmandade, haverá uma Meza Administrativa composta de um Presidente que é o Rvdm. Vigário, um juiz, um tesoureiro, um escrivão, quatro procuradores e oito consultores...<sup>22</sup>

[...] Realizada em ambiente de fraternidade cristã, a eleição deve ser logo registrada pelo escrivão para receber o visto do Rvdm. Presidente e Vigário e ser encaminhada ao Ordinário Diocesano para a sua aprovação...<sup>23</sup>

Neste momento o cargo de juiz, hierarquicamente abaixo, é ocupado pelo Prefeito municipal, Oscar de Araújo Guerreiro, evidenciando uma relação estreita entre a Igreja e o poder público.

Assim como o Compromisso de 1851, os cargos também serão por indicação e as eleições serão anuais, tendo direito de votar, mas somente os que tiverem com tudo pago (inadimplentes com a irmandade não votam); se apresentar vestido com a capa da irmandade nos atos religiosos; acompanhamento nos enterros (se morrer e estiver em débito financeiro com a irmandade, a mesma custeia o sepultamento se quiser, isto é já não é obrigação). Por outro lado, o irmão deve conformar-se com o que for resolvido pela Mesa não havendo espaço para discordâncias, o que contraria o artigo 8º da própria irmandade, a qual afirma o direito do irmão de reclamar e discutir; a fazer tudo que lhe foi mandado por qualquer dos mesários, denotando submissão e evidenciando a hierarquia eclesiástica; a pagar uma quantia anual. Como também os cargos são ocupados exclusivamente por homens, relegava-se às mulheres apenas serem juízas de devoção das novenas e fazerem parte das comissões (tirar esmolos).

O vigário apresenta os nomes dos possíveis membros da irmandade para dificultar possíveis divergências, porém, caso não haja acordo, este decide. Mas se persistir inconformidade com sua decisão, pode-se recorrer ao reverendíssimo ordinário diocesano, em termos de lei e dentro das normas do direito canônico. Obviamente que somente os nomes indicados poderão receber votos. As eleições serão nulas sem a presença do vigário (deve ser realizada em ambientes de fraternidade cristã) e depois enviadas ao ordinário diocesano. Caso contrário, este elege os membros da diretoria e, se algum destes se empossar no cargo antes da aprovação pelo ordinário diocesano, perderá o direito de assumir. A irmandade prestará contas à cúria diocesana e ao tribunal de contas da diocese. Em casos duvidosos, haverá sempre recurso à autoridade eclesiástica, cuja decisão deverá ser incondicionalmente posta em execução. O ordinário tem a autoridade de eliminar irmãos e até suspender a associação.

Evidenciamos mudanças entre os Compromissos aprovado em 1851 e o reformado. Se em ambos o culto ao santo continua central, a partir da interferência do clero nas decisões da irmandade, após 1943, e logo nos festejos em louvor ao padroeiro São Bartolomeu, entendemos a festa como um eixo central para a propagação das idéias romanizadoras.

É preciso analisar as festas como atos coletivos e ligados diretamente à relação do homem com seu espaço, o que proporciona indícios sobre elementos do cotidiano, sobre a história e a memória dos locais e sujeitos que as realizam, ou seja, transparecem as relações envolvidas, as disputas nas esferas do público e privado, como também as manifestações são utilizadas e apropriadas como instrumentos de poder. Uma festa consiste em um momento de integração, inclusive dos conflitos e divergências, que reafirmam vínculos sociais e identidades, isto é, sintetiza a totalidade da vida de cada comunidade, a sua organização econômica, suas estruturas culturais, as relações políticas e as propostas de mudanças, revelando os paradoxos das sociedades.

A festa se faz no interior de um território lúdico onde se exprimem igualmente as frustrações e reivindicações dos distintos grupos sociais. Ora rompe com o calendário da rotina, dando suporte para a criatividade, ora afirma a perenidade das instituições de poder. Reafirma os laços de solidariedade, como permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças. A festa efetivamente possibilita ao grupo social o confronto de prestígio e rivalidades, a exaltação de posições e valores, de privilégios e poderes. O indivíduo ou grupo afirma com sua participação na festa seu lugar na sociedade política e na cidade.

## Notas

<sup>1</sup>MATTOSO, Kátia de Queirós. *Bahia no século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro, 1992, p. 389-394.

<sup>2</sup>COSTA, Sebastião Heber Vieira. *Maragogipe: das memórias de Filhinha às litogravuras de Maragogipe*. Salvador: Faculdade 2 de Julho, 2007.

<sup>3</sup>CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras festas*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, CECULT, 2002.

<sup>4</sup>CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 13-28.

<sup>5</sup>Jornal *A Pétala*, 09/09/1928.

<sup>6</sup>Jornal *A Pétala*, 11/08/1928.

<sup>7</sup>Jornal *Redempção*, 14/08/1935.

<sup>8</sup>PRIORE, Mary Del. *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo. Ática, 1997.

<sup>9</sup>HOORNAERT, Eduardo. *O Cristianismo Moreno no Brasil*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

<sup>10</sup>CAMPOS, João da Silva. Tradições baianas. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 56, parte II, 1930, p. 423-425.

<sup>11</sup>SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na Primeira República Brasileira*. São Luís: EDUFMA, 2006.

<sup>12</sup>MATTOSO, Kátia de Queirós, *op. cit.*, p. 389-394.

<sup>13</sup>Jornal *Redempção*, 31/07/1935.

<sup>14</sup>Jornal *Redempção*, 26/08/1937.

<sup>15</sup>Jornal *Redempção*, 14/08/1935.

<sup>16</sup>Jornal *Redempção*, 03/07/1937.

<sup>17</sup>Jornal *O Prélío*, 13/05/1922.

<sup>18</sup>Compromisso da Irmandade do Apóstolo S. Bartholomeu, 1851, Capítulo I - Da entrada dos Irmãos.

<sup>19</sup>*Idem*, Capítulo III - Do Juiz da irmandade.

<sup>20</sup>*Idem*, Capítulo II - Da eleição dos officiaes.

<sup>21</sup>Compromisso da Irmandade do Apóstolo S. Bartholomeu, 1943, Capítulo I - Da Irmandade e seus fins.

<sup>22</sup>*Idem*, Capítulo V - Da Meza Administrativa.

<sup>23</sup>*Idem*, Capítulo VII - Da Assembléia Geral.

## Referências bibliográficas

### a) Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB)

Seção de Arquivos coloniais e provinciais

Inventário dos documentos do Governo da Província. I Parte. *Correspondência recebida da Câmara de Vereadores de Maragogipe (1853-1874)*. Maço: 1348.

Inventário dos documentos do Governo da Província. II Parte. *Correspondência recebida de Vigários de diversas freguesias. Irmandade de São Bartolomeu de Maragogipe*. Maço: 5260. Compromisso da Irmandade do Apóstolo S. Bartholomeu, 1851.

ACERVO OSVALDO SÁ (Maragogipe-Ba)

Jornal *A Situação* (Maragogipe-Bahia), 26 de agosto de 1881.  
Jornal *A Época* (Maragogipe-Bahia), 17 de agosto de 1903.  
Jornal *A Pétala* (Maragogipe-Bahia), 29 de julho de 1922.  
Jornal *O Prélío* (Maragogipe-Bahia), 7 de julho de 1923.  
Jornal *A Pétala* (Maragogipe-Bahia), 11 de agosto de 1928.  
Jornal *A Pétala* (Maragogipe-Ba), 9 de setembro de 1928.  
Jornal *Tribuna do Povo* (Maragogipe-Bahia), 14 de agosto de 1989.

### INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (IPAC)

Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia. IPAC-BA. Vol.III. Monumentos e Sítios do Recôncavo, II parte. Governo do Estado da Bahia. Secretaria da Indústria e Comércio. Salvador, 1982, 1º edição.

### INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA (IGHBA)

Jornal *Redempção* (Maragogipe-Bahia), 5 de julho de 1933.  
Jornal *Redempção* (Maragogipe-Ba), 31 de julho de 1935.  
Jornal *Redempção*(Maragogipe-Ba), 14 de agosto de 1935.  
Jornal *Redempção*(Maragogipe-Ba), 24 de agosto de 1935.  
Jornal *Redempção* (Maragogipe-Bahia), 26 de agosto de 1935.  
Jornal *Redempção* (Maragogipe-Bahia), 17 de Julho de 1937.

### IGREJA MATRIZ DE SÃO BARTOLOMEU EM MARAGOGIPE

*COMPROMISSO da Irmandade de S. Bartolomeu da Cidade e Paróquia de Maragogipe 1943. Documentação avulsa.*

### b) Livros e artigos

CAMPOS, João da Silva. Tradições baianas. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 56, parte II, 1930, p. 423-425.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Sebastião Heber Vieira. *Maragogipe: das memórias de Filhinha às litogravuras de Maragogipe*. Salvador: Faculdade 2 de Julho, 2007.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras festas*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, CECULT, 2002.

HOORNAERT, Eduardo. *O Cristianismo Moreno no Brasil*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MATOSO, Kátia de Queirós. *Bahia no século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro, 1992.

PRIORE, Mary Del. *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo. Ática, 1997.

SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na*

*Primeira República Brasileira*. São Luís: EDUFMA, 2006.

TINHORÃO, José Ramos. *Festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000.



# ***BLADE RUNNER: O ELOGIO DO SIMULACRO***

Marília Mattos\*

**Resumo:** O artigo aborda o filme *Blade Runner* (1982), de Ridley Scott, e sua relação com o romance *Frankenstein* (1818), de Mary Shelley. A análise é fundamentada na noção de além-humano, defendida pelo filósofo Friedrich Nietzsche; em conceitos referentes à epistemologia da Inteligência Artificial, elaborados pelo cientista Antônio Carlos Costa; bem como em idéias de Jean-François Lyotard acerca da Pós-modernidade.

**Palavras-chaves:** *Blade Runner*; *Frankenstein*; Friedrich Nietzsche; Pós-modernidade; Inteligência Artificial; Ficção Científica.

**Abstract:** The text focuses on *Blade Runner* (1982), directed by Ridley Scott, and its relationship with the novel *Frankenstein* (Mary Shelley, 1818). Its analysis is based on Friedrich Nietzsche's super-man; concepts about Artificial Intelligence, by Antônio Carlos Costa; and the ideas of Jean-François Lyotard about the postmodern age.

**Keywords:** *Blade Runner*; *Frankenstein*; Friedrich Nietzsche; Postmodernity; Artificial Intelligence; Science Fiction.

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, com pesquisa denominada "*Humanóides pós-naturais: versões do mito Frankenstein na literatura e mass media*".

Este texto aborda o filme *Blade Runner* (1982), de Ridley Scott. Seu objetivo é investigar a relação dos andróides com o mito *Frankenstein*. Cabe ressaltar que a principal característica comum a estas narrativas é o fato de serem em crise, como o fez a criatura frankensteiniana, os mais elementares traços identitários do que até então definíamos como “sujeito”, tais como as fronteiras entre humano/inumano e natural/artificial. Além desses aspectos, o fato da biotecnologia artificializar, por meio da ciência, a relação entre criadores (os cientistas e os “pais” clonados) e suas criaturas (clones e andróides) aproxima igualmente a engenharia genética e a robótica do referido mito. Este estudo é um desdobramento de minha dissertação de mestrado sobre o romance *Frankenstein ou o moderno Prometeu* – escrito por Mary Shelley, em 1818 –, onde foi enfatizada sua condição de mito trágico do individualismo moderno<sup>1</sup>. Cabe lembrar que esta é considerada a primeira narrativa sobre a artificialização da arquetípica relação “criador-criatura”, que passou a ser mediada pela ciência e não mais pelo sexo, gerando significativos desdobramentos no mundo contemporâneo.

A leitura proposta operar-se-á fundamentalmente a partir da personagem Roy, líder dos andróides no filme, e de sua relação com o biotecnólogo Tyrell, seu criador. O filósofo Friedrich Nietzsche e o cientista Antônio Carlos Costa – doutor em Inteligência Artificial, que defende ser a inteligência da máquina algo “natural” desta, e não uma imitação da inteligência humana – serão os principais apoios teóricos à análise da narrativa.

*Blade Runner* está entre os mais cultuados filmes de ficção científica de todos os tempos. Seu enredo problematiza a precariedade dos limites entre humanos e andróides, sendo emblemático da estética cinematográfica pós-modernista: a chamada estética do simulacro. Em *Blade Runner*, os andróides são simultaneamente mais belos, fortes, inteligentes e sensíveis que os humanos, em uma nítida apologia ao simulacro.

A questão do estatuto ontológico dos andróides, central na película em pauta, é indissociável daquela referente ao estatuto do simulacro na cultura contemporânea. Para discuti-lo no filme, recorrerei – além dos supracitados autores – a reflexões basilares de Jean-François Lyotard acerca da pós-modernidade. Esclareço, entretanto, que não me concentrarei nos aspectos temáticos e estéticos tipicamente pós-modernos da narrativa, pois estes já foram suficientemente apontados por outros pesquisadores<sup>2</sup>.

O tema da revolta dos robôs é recorrente. Agenor Martins<sup>3</sup> ressalta que tanto os robôs quanto os supercomputadores da chamada “ficção científica pesada” – aquela que se inspira na Astronáutica, química, informática etc. – sempre causaram algum tipo de impacto. A razão disso, segundo ele, é que essas “criaturas artificiais” despertam a fantasia tecnológica de seu público jovem, fato que considera salutar para as invenções e o progresso das ciências<sup>4</sup>.

Para Nietzsche, o tempo do *além-homem* – que superará o homem moderno – será uma era dionisíaca, logo, trágica. É nesta perspectiva que pretendo focar o mito frankensteiniano no filme em pauta. Ou seja, aqui a expressão “pós-modernidade” se refere, arbitrariamente e antes de tudo, ao retorno de um tempo trágico, não-moderno, prenunciado por Nietzsche. Isto posto, concentremo-nos em *Blade Runner*.

O filme é uma adaptação do livro de Philip K. Dick *Do androids dream of electric sheep?*, escrito em 1968. Ridley Scott buscou o título em uma expressão criada pelo escritor *beatnik* William Burroughs, que significa literalmente “o que corre sobre a lâmina”, ou seja, quem vive no fio da navalha. Na película, o termo é usado para designar os policiais caçadores de andróides.

A trama enfoca um grupo de quatro andróides – Roy Batty (o líder), Pris (sua companheira), Zhora e Leon – idênticos aos humanos em aparência e inteligência, mas desprovidos de emoção e superiores fisicamente. Eles escapam de suas atividades escravas interplanetárias e vêm à Terra com o objetivo de aumentar sua longevidade para além dos quatro anos para os quais estavam programados. Para isso, confrontam seu criador, o cientista Tyrell, a quem Roy tira a vida.

Os andróides foram fabricados pela Companhia Tyrell, cujo *slogan* é “criar seres mais humanos que os humanos”. Os replicantes fugitivos deveriam, por ordem da referida companhia, ser “aposentados” (um eufemismo para “execução”). A polícia convoca o ex-detetive/*blade runner*, Rick

Deckard, para a tarefa. Ele, entretanto, apaixonou-se por Rachel, que difere dos outros replicantes por não saber que é um deles.

A trama concentra-se, sobretudo, na história de amor entre Rachel e Deckard e na perseguição aos quatro rebeldes. Roy e seus companheiros, à medida que conseguiram construir uma história pessoal nos seus quatro anos de vida, também desenvolveram sentimentos, como amor (Roy por Pris) e ódio, que todos sentem pelo criador, o cientista Tyrell. Ademais, são capazes de sentir empatia pelo próprio inimigo. Na penúltima seqüência do filme, após ter esmagado o crânio de Tyrell, Roy poupa, e até mesmo salva, a vida de Deckard, depois de duelarem ferozmente no topo de um arranha-céu. Rachel, embora devesse ser também “aposentada”, é poupada e fica ao lado de Deckard, que a estas alturas é sugerido que também poderia, sem sabê-lo, ser um andróide. O desenrolar da trama fornece fortes indícios dessa possibilidade e sua moral parece ser: nos dias atuais, não há certezas, nem mesmo ontológicas.

Cabe notar que, ao esmagar o cérebro de Tyrell, Roy destrói metaforicamente o modelo humano de inteligência no qual a sua foi baseada. Isso reforça a teoria de Costa sobre a natureza da inteligência de máquina. Para ele, esta não reproduz a mente humana, mas tem sua própria forma de inteligência.

Para compreender *Blade Runner* e particularmente o andróide Roy, é necessário esclarecer algumas características da arte pós-moderna. Tanto do ponto de vista estético quanto temático, *Blade Runner* pode ser considerado um dos mais completos representantes cinematográficos deste movimento oriundo da arquitetura que, na década de oitenta, invadiu todos os setores da sociedade.

Na obra que leva o irônico título *Le Postmoderne expliqué aux enfants*<sup>5</sup>, Lyotard discute, sem pretensões conclusivas, idéias suas e de outros autores – tanto apologistas quanto ferrenhos combatentes – sobre a (sempre polêmica) “pós-modernidade”.

Chamou-se *pós-moderna* a arquitetura que rompeu com o funcionalismo arquitetônico e revogou a “hegemonia concedida à geometria euclidiana”<sup>6</sup>. Outro aspecto da arquitetura pós-modernista que rompe não apenas com o funcionalismo, mas com a principal marca moderna – a própria ruptura – é o ecletismo estilístico e histórico. A tradição da modernidade é, precisamente, romper com a tradição. Ao revisitar estilos e períodos vários, o pós-moderno interrompe a compulsão moderna de apresentar sempre o novo. Neste sentido, *Blade Runner* é emblemático: em uma Los Angeles sombria, sob constante chuva ácida, prédios futuristas que evocam paradoxalmente pirâmides egípcias são o cenário de uma metrópole caótica, onde as mais diversas línguas e etnias se mesclam e naves voam desordenadamente, de modo nada euclidiano, em todas as direções.

A descrição acima se enquadra perfeitamente naquela de Lyotard sobre o cenário pós-moderno, que o descreve como “uma espécie de bricolagem: uma abundância de elementos roubados a estilos ou períodos anteriores, clássicos ou modernos; a pouca consideração para com o meio-ambiente etc”<sup>7</sup>.

Outro aspecto fundamental da pós-modernidade, segundo Lyotard, é o fato de o *pós* de seu nome não significar obrigatoriamente que tenhamos chegado a um momento posterior à modernidade, o que seria um contra-senso, vez que “moderno” significa atual. O autor prefere considerar a pós-modernidade como o momento em que a modernidade reflete sobre si própria, revendo seus fundamentos e certezas, até então tidos como universais. Uma dessas certezas, que foi estruturalmente abalada, refere-se à própria noção de humano.

Conforme foi argumentado, a biotecnologia põe em crise critérios básicos de *humanidade*, tais como a inteligência e o código genético. Em *Blade Runner*, já nem mesmo a capacidade de sentir emoções diferencia humanos de andróides.

A crise do sujeito moderno – centrado e cartesiano – é particularmente notória na contemporaneidade, mas seus sinais já se fazem sentir há tempos. Isso é evidente em *Frankenstein*, uma obra romântica. Nesta, o protagonista se divide em um duplo antagonístico<sup>8</sup>, sua criatura, no qual não se reconhece e por quem nutre um ódio mortal e em quem desperta, em conseqüência, um sentimento recíproco.

O monstro é simultaneamente uma metáfora do inconsciente de Victor Frankenstein – espécie de ancestral do *Mr. Hyde*, de Stevenson – e representação da alteridade cultural e de tudo que foge à normalidade do Mesmo ou Centro, encarnados em nossa sociedade pelo ser: humano, masculino, branco, heterossexual e bem-sucedido financeiramente. Logo, ele pode assumir vários papéis, todos marginais, como a criatura, em *Frankenstein* ou os andróides, em *Blade Runner*. O que importa é que estes monstros põem em xeque o narcisismo do sujeito ocidental moderno, que passa a desconfiar de sua universalidade. Porém, como disse o poeta, “narciso acha feio o que não é espelho”, e a diferença é invariavelmente rejeitada por quem representa o Centro, como ocorre aos andróides. Neste sentido, eles podem ser lidos como versões da criatura frankensteiniana: igualmente criados através da ciência e rejeitados por seu criador. Este, por sua vez, tem mais diferenças do que afinidades com Victor Frankenstein – embora seja inegavelmente sua versão contemporânea, pois atualiza o mito criando cientificamente seres que o destruirão<sup>9</sup>. Enquanto Frankenstein era movido primordialmente pela *hybris* de se tornar “um novo Deus de uma nova espécie”, sem interesses financeiros, a *hybris* de Tyrell é a desmedida ambição que lhe impede de dormir à noite, quando calcula seus lucros.

Na modernidade e, principalmente, na pós-modernidade, a ciência tornou-se tecnologia, com ênfase Lyotard. Isso significa que não há ciência ou cientista desvinculado dos interesses capitalistas, muitas vezes dissimulados sob o ideal “humanista” do progresso, cada vez mais desacreditado. Eis o que afirma Lyotard a propósito do declínio do projeto moderno:

Este declínio do projeto moderno não é, no entanto, uma decadência. É acompanhado pelo desenvolvimento exponencial da tecnociência. Ora, não há e não haverá mais recuo nos saberes e nos “saber-fazer”, a não ser que seja para destruir a humanidade. É uma situação original na história. Traduz uma verdade antiga que hoje explode com uma violência particular. Nunca a descoberta científica ou técnica foi subordinada a uma procura com origem nas necessidades humanas (...) é que o desejo de saber-fazer e de saber é incomensurável relativamente ao benefício que se pode esperar de seu crescimento.<sup>10</sup>

O cientista Tyrell sofre de um individualismo ainda maior do que o de Frankenstein. Enquanto este se sacrificou<sup>11</sup> para salvar a humanidade de sua criação, a única “ética” de Tyrell – milionário e sem amigos – é obter cada vez mais lucros criando seres “mais humanos do que os humanos”. Portanto, Tyrell, como Frankenstein, também almeja o *além-humano*; contudo, sua motivação nada tem de filosófica ou humanitária, sendo meramente lucrativa. Uma vez fracassada a grande narrativa moderna de uma igualdade universal, os cientistas, a exemplo de Tyrell, podem assumir sem culpa ou hipocrisia seu mercenarismo.

Gostaria de retificar a interpretação – predominante na dissertação supra-referida – da criatura frankensteiniana como uma superação do humano. Julgo, por razões que ficarão claras mais adiante, que ela não o alcança totalmente, ao contrário de Roy, que pode ser considerado sua versão mais emblemática. Ressalto ainda que, paradoxalmente, o projeto de seres “mais humanos do que os humanos”, perseguido por Tyrell, não aponta para a transvaloração realizada pelo além-homem. Na medida em que pretende criar humanos aperfeiçoados, não se liberta do Modelo e seus valores, mas apenas os leva à potência máxima. Neste sentido, julgo que somente a ruptura com a noção humana de inteligência aplicada aos andróides – como a simbolicamente realizada por Roy – possui poder para criar o radicalmente Outro, o inumano, e não apenas reproduzir nossa consciência, eminentemente reativa e não-criadora, conforme postulava Nietzsche.

É interessante notar que enquanto em *Frankenstein* Deus está totalmente ausente – proclamando assim sua morte, antes de Nietzsche fazê-lo na filosofia – em *Blade Runner*, ele retorna como farsa. Antes de matá-lo, Roy assegura a seu criador não haver feito nada, em seus quatro anos de vida, que lhe impedisse de “entrar no céu da biomecânica”. O retorno da tradição (no caso, a cristã) sob a forma de pastiche e através de um simulacro (Roy), é outro traço tipicamente pós-moderno do filme.

Em *Assim falou Zaratustra*<sup>12</sup>, mescla de filosofia e poesia, o protagonista anuncia a morte de Deus e considera-se o profeta que prepara a vinda do além-humano, como foi exposto anteriormente. Tão esperada vinda significa, na verdade, um retorno: o de Dioniso.

A aproximação entre Roy e o além-homem nietzscheano, fica mais clara quando investigamos o mito de Dioniso.

Dos vários mitos existentes sobre Dioniso, testemunhos de seu caráter inapreensível – porque múltiplo e mutante – chamei a atenção, ao falar de *Frankenstein*, para o que o denomina Zagreu. Aí é narrado como o deus foi esquartejado: é este, especificamente, o recorte nietzscheano do mito.

O filósofo reconhece nos heróis trágicos a onipresença de Dioniso, de quem aqueles, até Eurípides, não passariam de máscaras. É tal idéia que interessa reter aqui, pois Nietzsche considera Prometeu o mais dionisiaco dos heróis da tragédia ática, aquele que, em momento algum, se arrepende de sua *hybris*.

No romance de Mary Shelley, o monstro foi criado a partir de pedaços de cadáveres, dilacerados por Frankenstein e artificialmente reunidos para formar um novo organismo, que o cientista ressuscitou através da eletricidade. Também os andróides são “ativados” através da eletricidade e apesar de não serem formados por cadáveres possuem identidade igualmente heterogênea, pois, além de constituírem uma fusão de humano e máquina, muitos deles (sem o saber) receberam implantes de memórias de terceiros, como é o caso de Rachel.

Embora o autômato mais famoso de que se ouviu falar tenha sido o de La Métrie – que ganhava a vida exibindo-o como entretenimento para praticamente toda Europa, em meados do século XVIII –, a origem desta intrigante invenção remonta à Grécia Clássica, como relata Mário Lousano no livro *Histórias de Autômatos* (1992). Portanto, a busca do duplo artificial há milênios povoa nosso imaginário. Tal objetivo está cada vez mais concreto e acessível, como demonstra o aumento da fabricação de robôs cada vez mais especializados e hábeis.

A robótica é o ramo da Inteligência Artificial que corresponde à fase na qual as máquinas adquiriram mobilidade e interação com o mundo que as cerca. Os cientistas da IBM vêem os robôs como máquinas “surpreendentemente animadas”, ressalta Agenor Martins em seu livro *O que é Robótica* (1993). A obra aborda conceitos básicos deste ramo científico, tais como a noção de programação, o progresso da Robótica, suas diferentes linguagens, etc. O que julgo interessante destacar deste estudo é, primeiramente, a informação que nos dá acerca do termo “robô”. Este tem origem numa peça teatral — a tragédia intitulada *Os Robôs Universais de Rossum* — escrita pelo tcheco Karel Kapek no início dos anos de 1920, bem antes dos primeiros robôs reais, que só entraram em funcionamento no início da década de sessenta do século passado. O termo robô, explica Martins, veio do tcheco *robot* e significa “trabalhador forçado”.

A citada obra dramática refere-se aos autômatos de um brilhante cientista, Rossum, criados para servirem como escravos à humanidade. Ele enfatiza que a tragédia ocorre quando as criaturas passam a “não gostar do papel de subserviência e se rebelam contra seus criadores”<sup>13</sup>. O objetivo de Kapek foi, segundo o autor, satirizar através da ficção, a forma de progresso técnico implantada na Europa pelos norte-americanos. Curiosamente, o tema do sobrepujamento do criador pela criatura, cerne do romance *Frankenstein*, também está presente neste drama, reforçando a filiação frankensteiniana da Inteligência Artificial.

É procedente lembrar, referindo-se a robôs, a importância do conceito de “escravo” na tipologia nietzscheana. Este permanece até hoje como um dos principais responsáveis pelas inúmeras polêmicas acerca do filósofo, assim como por distorções mal-intencionadas que visaram legitimar idéias totalmente incompatíveis com sua filosofia<sup>14</sup>. Cabe esclarecer que tanto o tipo *nobre* (ou forte) como o *escravo* (ou fraco) referem-se respectivamente a forças ativas ou reativas, sem nenhuma relação com quem detém o poder político ou econômico em uma sociedade.

Para o polêmico eremita alemão, qualquer realidade é, em última análise, “quantidade de forças em tensão” – cujas qualidades podem ser ativas ou reativas – seja para ordenar, seja para obedecer. Trata-se sempre de uma relação de forças dominantes ou dominadas que formam um



corpo, incluindo o que chamamos consciência ou espírito. Logo, como ressalta o filósofo Gilles Deleuze<sup>15</sup>, qualquer relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social ou político, o qual, de acordo com as qualidades das forças que o expressam, será considerado *nobre* ou *escravo*. Sendo o corpo “um produto arbitrário da pluralidade de forças que o compõem, pode-se considerá-lo um fenômeno múltiplo onde as forças não se anulam, e isto constitui sua unidade”<sup>16</sup>. Ao contrário da dialética, onde as diferenças são negadas e superadas – seja pelo extermínio de um dos termos opostos, seja por sua síntese em um terceiro elemento –, as forças referidas por Nietzsche, embora em tensão, mantêm a singularidade, expressa em sua qualidade original: ativa ou reativa, conforme afirmem ou neguem a vida. De qualquer maneira, não devemos esquecer que, em momento algum, Nietzsche almeja a síntese destas forças. Ele busca, antes, a transvaloração<sup>17</sup> dos valores metafísicos – expressões máximas das forças reativas – que negam o mundo, o corpo e o Dever em nome de valores “superiores” à vida terrena. Vemos aí uma consequência da dualidade metafísica, que separa hierarquicamente matéria e espírito. É precisamente esta dualidade que Nietzsche deseja implodir, ao postular que só há corpos, forças em relação. É fácil perceber a influência deste legado metafísico no mundo ocidental, perpetuado pelo judaísmo e cristianismo. Estes pregam o desprezo à vida terrena, usando como argumento a existência do sofrimento e oferecendo, como consolo, uma felicidade além-túmulo. Tal relação com a existência, como denuncia Nietzsche, gera ressentimento. Na medida em que a vida é um suplício, o escravo, que vive da reação, ressent-se vingativamente contra ela, responsabilizando-a por seu sofrimento. Tudo isto sob a tirania de um Deus irado e vingativo. Posteriormente, o cristianismo criaria a imagem do Deus amoroso que, estrategicamente – e com a frieza implacável de que só Javé seria capaz –, dá em sacrifício a vida de seu único filho para salvar a humanidade. Ao invés de aliviar, isto intensificou o sofrimento humano. Adquirir uma dívida de tal magnitude fez com que a culpa nos levasse a dirigir contra nós mesmos aquele ressentimento contra a vida – posto ser ela agora dolorosa por causa de nossos pecados, que levaram Deus a sacrificar um inocente – através do que Nietzsche chamou *má consciência* (culpa). Tanto esta quanto o ressentimento são expressões tipológicas das forças reativas. Em outras palavras, sua predominância em um dado sujeito define-o como reativo e, logo, escravo.

Fundamentalmente, o que difere a dialética da filosofia nietzscheana, é que esta última afirma a diferença, enquanto a outra a combate. Nietzsche insiste que “enquanto a moral aristocrática nasce de uma triunfal afirmação de si própria, a moral dos escravos é um não àquilo que constitui o seu não-eu; e este não é o seu ato criador”<sup>18</sup>. Tal criação chama-se Niilismo, que significa, fundamentalmente, a desvalorização da vida e ascensão dos valores metafísicos, ditos superiores. A ciência, após a “morte de Deus”, passou a significar – além da negação da própria vida – a negação de tais valores, sem, todavia, criar outros, novos e afirmativos, em lugar daqueles.

Além desses, um conceito nietzscheano fundamental é o de *Vontade de Poder*, que se refere ao elemento genealógico das forças, de onde essas derivam suas referidas qualidades. É preciso ter claro que, no caso da Vontade de Poder, as qualidades primordiais são ditas afirmativas ou reativas. Deleuze enfatiza: “Afirmar ou negar, apreciar ou depreciar, exprimem a Vontade de Poder, como agir e reagir exprimem a força. A ação e as reações constituem os meios que a Vontade de Poder utiliza para negar ou afirmar”<sup>19</sup>. Contudo, como alertam vários estudiosos de Nietzsche, a Vontade de Poder não deve ser confundida com o desejo de dominar ou possuir poder na forma que comumente o concebemos (político, por exemplo). Vontade de Poder, diz Deleuze, é *aquilo que quer* na vontade.

Os conceitos supracitados estão na base da filosofia nietzscheana e são inseparáveis de outros também fundamentais, como já o mencionado *além-do-homem*. Por enquanto, gostaria de reter a definição de escravo como expressão vitoriosa das forças reativas, e a de corpo como o produto de forças em relação. Além de enfatizar que as forças dominantes e dominadas referem-se à quantidade, e não à qualidade das mesmas.

Agenor Martins, ao falar da robótica, observa que os robôs concretos da tecnologia – que são, sobretudo, projetados e programados para executar funções industriais – não coincidem com os robôs mágicos da ficção científica: imaginados com um corpo metálico e de aparência vagamente humana,

mas apenas imaginados<sup>20</sup>. Cumpre salientar que seu livro data de 1993, o que torna essa afirmação um tanto defasada; sua relevância está na sugestão de uma associação implícita entre a Inteligência Artificial e a Ficção Científica.

Outro fato a ser observado, é a distinção (nem sempre clara) entre a robótica e a biônica. Martins explica que a biônica estuda certas funções biológicas, em especial aquelas relacionadas ao cérebro humano, objetivando aplicá-las ao desenvolvimento de equipamentos eletrônicos. Porém, a afinidade entre os interesses de ambas leva as pesquisas sobre robótica e biônica a se relacionarem. Tal como acontece com a robótica, a biônica pode vir a inspirar, na ficção, a invenção dos *cyborgues* – seres humanos enxertados com partes biônicas<sup>21</sup>.

Antônio Carlos Costa, estudioso da epistemologia da Inteligência Artificial (I.A)<sup>22</sup>, esclarece noções fundamentais para nossa compreensão da “natureza” dos robôs, e máquinas em geral, dotados de inteligência. Ao tratar da essência da Máquina e da essência dos Autômatos, parte da instigante frase: “A essência da máquina parece ser o engano”. Ele esclarece que a afirmação baseia-se na opinião dos antigos. Diz o autor:

Máquina, diz o Aurelião (sic), vem do grego *machané*, pelo latim *machina*. Francisco Torrinha, no dicionário Latino Português (Gráficos reunidos. Posto, 1986) observa: Latinização do grego dórico *machana*, “meio engenhoso para conseguir um fim, máquina”. E traz os seguintes verbetes:

Machina, ae, p. 1. Invenção, maquinação. 2. Máquina; engenho. 3. Máquina de guerra; andaimes (para construção), plataforma onde se expunham os escravos; máquina para levantar ou remover objetos parados, colunas, navios, etc; guindaste. 4. Meios, esforços 5. Expediente; artifício; invenção (grifo meu).

Machinarius, a, um, p. 1. Adj. Relativo às máquinas, mecânico.

Machinatio, onis, p. 1. Aquele que inventa ou constrói uma máquina, mecânico.

Machinor, atus, sum. 1. (machina), tr. Dep. 1. Imaginar, inventar, executar alguma coisa engenhosa. 2. Maquinar, tramar, meditar, urdir, planejar (um ardil, um atentado etc).

Machinosus, a, um. Adj. Construído com arte (Idem).

Mechanicus, a, um. Adj. 1. Mecânico; relativo às artes mecânicas. 2. Mechanicus, I, m. Artista; artífice; mecânico.<sup>23</sup>

O autor enfatiza, ainda, que no verbete sobre arte pode ser lido:

Ars, artis, p. 1. Arte; maneira de proceder ou agir (natural ou adquirida, boa ou má)

Loc: artes ingênuas ou liberadas, belas-artes, liberais; artes sórdidas ou iliberadas, artes mecânicas.<sup>24</sup>

Costa salienta que *liberalis* refere-se à “pessoa livre” (não-escrava), sendo também um adjetivo empregado para designar coisas “dignas de homens livres”, coisas “decentes, belas, formosas”. Já *iliberalis* é um adjetivo para “coisas indignas de um homem livre”; “desmazelado”; “abjeto”; “desonrado”; “infame”. Na locução *sordido homo* aparece “homem de nascimento humilde”, e na locução *sordidi quaestus*, profissões “ignóbeis”. A partir desses dados, o cientista conclui que “entre as artes sórdidas, está a técnica”<sup>25</sup>.

Gostaria de chamar a atenção para o caráter monstruoso associado à técnica: ignóbil, sórdida. Ora, ignóbil e sórdido são adjetivos freqüentemente usados por Victor Frankenstein ao referir-se à criatura, também gerada tecnicamente. Tal coincidência sugere que uma espécie de maldição de origem pesa – desde Prometeu – sobre os filhos da tecnologia, como tem demonstrado a ficção científica. Conforme apontou Walter Benjamin (1983), foi a técnica (especialmente ao tornar-se reprodutora) que retirou a “aura” da obra de arte. Vemos aqui uma extensão do célebre desprezo platônico pelo simulacro: produto da técnica, por excelência.

Costa ressalta, por fim, o fato de que os gregos pensavam como os latinos, e comprova com os verbetes encontrados no *Dicionário Grego-Português e Português-Grego* (Porto, Liv. Apostolado da Imprensa, 1981), que reproduzo abaixo, por ele transliterados:

Mechanáo (mechané) I. imaginar, tramar. II. fabricar, imaginar; produzir, causar, ocasionar, maquinar. Mechané,és, s f. máquina, instrumento; invenção engenhosa, máquina de guerra; fraude, engano; expediente, meio (grifo meu).

Mechanema, ato, s.n. (mechané) invenção engenhosa, máquina de guerra; fig. Astúcia, maquinação.

Mechanicós, é, ón, ad. Industriosos, engenhoso, mecânico,

mechano-poiós, óu, s.m. fabricante de máquinas de guerra, engenheiro, encenador de teatro.<sup>26</sup>

O autor acredita que a coexistência dos significados “expediente e teatro”, “guerra e guindaste”, revela que, para os antigos, a máquina tinha a propriedade de “fingir e de fazer”, “construir e destruir”.

Considero sintomática a presença dos substantivos “escravo” e “teatro” entre as acepções de “máquina”. Cabe notar que os primeiros robôs – ou máquinas inteligentes – de que ouvimos falar são oriundos de uma peça teatral. São, portanto, expressões da “potência do falso”, como diria Nietzsche, já que surgem como personagens fictícios em um lugar dionisíaco por excelência: o teatro, cuja origem se deve aos rituais para este deus da embriaguez e desmedida. Essa observação remete à importância adquirida pelo simulacro na contemporaneidade. Vale lembrar que este conceito platônico se refere à última graduação na escala que parte do Ser. Este habitaria o “Mundo das Idéias”, a “Realidade Primeira” – que constituiu o modelo do mundo terrestre, sendo este mera cópia daquele – e que não pode ser percebida por nossos falíveis e traiçoeiros sentidos, mas apenas pelo “espírito ou inteligência”, atributo bem utilizado apenas pelos filósofos.

Sendo a arte uma cópia do mundo físico – ou seja, “cópia da cópia” – encontra-se três graus afastada da Realidade, representada pela Idéia, modelo de tudo<sup>27</sup>. Por isso, o simulacro tem tão pouco prestígio para Platão. Porém, Nietzsche e, a partir dele, Deleuze – no já clássico *Platão e o simulacro*<sup>28</sup> – percebem a motivação platônica deste aparente desprezo. Ao trair o modelo, o simulacro torna-se o único capaz de se libertar dos grilhões metafísicos e criar novos valores, qual a criança nietzscheana em *Zaratustra*. Eis aqui novamente tematizada a ameaça da criatura ao criador.

Como o vocábulo “máquina”, também o monstro frankensteiniano tem por principal característica a ambigüidade. Aparentava ser “mau”, mas era originalmente “bom”; podia tanto salvar quanto matar<sup>29</sup> e, embora fosse um ser vivo, era formado por partes de distintos cadáveres. Mas talvez a maior contradição seja o fato de que, apesar de ser considerada um “monstro”, a criatura é mais humanitária e emotiva do que seu insensível criador.

Após apontar sua duplicidade de sentidos, Costa conclui ressaltando que a máquina, quando real, é despropositada, ampliada, desmedida. Ou seja, “a máquina, desde sempre, aparenta o que não é e realiza o que aparentemente não pode ser. A essência da máquina é o engano”<sup>30</sup>.

Impossível não associar a definição acima com a discussão acerca da fragmentação do sujeito, tão em voga na atualidade. Tal fenômeno se deve, em grande parte, ao abalo – sofrido pela supremacia do ser humano em sua pretensa posição central no universo – causado, segundo Sigmund Freud, pelas “três feridas narcísicas da Humanidade”<sup>31</sup>.

Dizer que a essência da máquina é “o engano” é, em si mesmo, paradoxal, já que, por definição, a essência é a parte imutável do ser, sempre idêntica a si própria. Tal dado sugere uma possibilidade a ser investigada: a indefinição identitária não é apenas um fenômeno humano, e talvez a robótica – por lhe ser tal indefinição estrutural – não a vivencie angustiadamente como crise ou contradição a ser superada.

Ao transgredirem as fronteiras que lhes foram atribuídas, as máquinas inteligentes revelam sua veia trágica, de ascendência prometéica. Sua *hybris* consiste em não se fixar a limites e ousar surpreender – algo de suprema arrogância por parte de quem foi criado para ser escravo, como os robôs. Estes não só não se limitaram às atividades para as quais foram programadas como as desobedeceram: tal é o caso também da criatura frankensteiniana e da grande maioria dos andróides da ficção científica – incluindo *Pinocchio*, da literatura infantil. Tudo indica que ser criado para servir como escravo e rebelar-se contra isto é a sina dos seres mecanicamente gerados.

Ao tratar da “essência dos autômatos”, Costa faz com este termo um percurso similar ao realizado em relação ao conceito de “máquina”. Cabe salientar que, embora Costa não mencione –

possivelmente, devido a sua obviedade –, um dos sinônimos de autômato dado pelos dicionários em geral é precisamente “robô”, o que também o associa à idéia de escravo.

O cientista observa haver na história do referido termo – que vem do grego *autômatos* – um curioso entrelaçamento dos sentidos de casualidade e pré-determinação, já presente em sua origem grega. Recorre uma vez mais ao dicionário, que diz ser “autômato” um adjetivo neutro, cujo significado é “que se move por si mesmo, espontâneo, natural; autômato”<sup>32</sup>. Costa enfatiza que o termo, em sua origem está atrelado, por um lado, a uma ambigüidade de sentidos expressa pelos pares: possibilidade e impossibilidade; escolha e inevitabilidade; espontaneidade e necessidade; acaso e pré-determinação. Por outro lado, no entanto, diz que ela sempre esteve associada a uma idéia de ausência de objetivos. Isto se dá tanto quando tomada no sentido prático de ser a causa de uma ação humana espontânea, não premeditada, como quando através de outro sentido possível, *týche* (acaso), refere-se a operações do mundo físico em que não se reconhece finalidade<sup>33</sup>.

Nas reflexões acima, alguns pontos requerem especial atenção. É o caso da contraditória afirmação “a máquina, em sua natureza, pode aparentar e ser real”. Pela filosofia platônica, ou ela aparenta (logo, não é) ou efetivamente ela é real, e não apenas aparenta sê-lo. Gostaria de chamar atenção para o fato de que com esta contradição a máquina, de certa forma, realiza a superação da metafísica – anunciada por Nietzsche – pois extingue as fronteiras entre suas categorias fundamentais: ser e parecer; original e simulacro.

Para Costa, parece óbvio, portanto, que os adjetivos gregos *autômatos* e *technikos* são palavras que referem objetos de propriedades antagônicas, pois significam “automático, ou casual, ou inevitável”<sup>34</sup>.

O autor considera fundamental compreender o que fez o termo “automático” e “técnico” se aproximarem tanto, a ponto de terem se tornado praticamente sinônimos. Para isso, considera necessário examinar melhor o termo *techné* e as palavras que semanticamente se relacionam a ele. Examina primeiramente a de noção de produção, que significa “criação, fabricação, confecção; arte da poesia”<sup>35</sup>. Há na filosofia grega dois tipos de produção: a divina e a humana. A produção divina gera objetos naturais; a humana, objetos manufaturados. Há também dois tipos de produtos: os objetos originais e as cópias, ou imagens (*eikónes*). Para Platão, a produção de objetos originais é superior em termos de importância à produção de imagens, que se reduz a uma atividade de cópia do já existente: a *mimesis*. Como foi visto, a arte é tida como uma atividade menor, porque reprodutora de cópias. O conhecimento necessário a essa atividade é a técnica – a *téchne poiétique mimétique* –, um conhecimento de importância também secundária<sup>36</sup>.

O cientista sublinha que houve, ao longo da história, uma mudança de sentido das palavras e o termo “arte” deixou de designar a produção de objetos imitativos e passou a designar a produção de objetos originais. É pertinente lembrar que o processo de ruptura com a mimese clássica, juntamente com a busca incessante pela originalidade, é um traço típico do Romantismo, que inaugura e define a arte moderna<sup>37</sup>.

Costa acrescenta, ainda, que o termo “técnico” – originalmente sinônimo de “arte”, designando o conhecimento necessário à produção de objetos imitativos da natureza – passou a designar o conhecimento necessário à produção de objetos imitativos de uma idéia teórica. Em especial, objetos que sejam produzidos à imagem de uma especificação ideal. Da mesma forma, a produção desse tipo de objeto transformou-se em reprodução; principalmente, em reprodução industrial.

Por isso, o autor afirma não se surpreender que, no momento em que o termo “técnica” passou a designar o conhecimento de um processo reprodutivo, este se tenha associado à palavra autômato, denotando pré-determinação, ausência de possibilidades e alternativas. Em outras palavras, a técnica não é criadora. Ao menos aparentemente. O cientista finaliza a interpretação do que chama “noção intuitiva de autômato” enfatizando, contudo, que em todos os termos acima analisados subsistem as dualidades apontadas.

Monstros e autômatos são vivenciados, em nossa civilização, de modo similar ao *estranho* (*unheimlich*), abordado por Freud em ensaio de mesmo nome<sup>38</sup>. Ou seja, como algo simultaneamente



familiar e estranho (*heimlich* e *unheimlich*). O médico vienense examina neste texto a natureza daquilo que nos provoca temor e, ao mesmo tempo, é percebido como “estranhamente familiar”. Considera tratar-se da manifestação inconsciente de medos recalçados. Pois ainda que autômatos sejam produtos do trabalho humano – como a criatura de Frankenstein – são considerados, pelo senso comum, seres de natureza misteriosa, inacessível à compreensão dos não iniciados na insondável complexidade do saber científico. Por isso, são retratados de modo ameaçador, que é como o desconhecido em geral é percebido.

A este respeito, julgo interessante evocar a relação flagrada por Costa entre tal temor e o conceito marxista de “alienação”. Atentemos, primeiramente, para este conceito. Para Antônio Carlos Costa, o produto da atividade humana é sempre um objeto humanizado, projeção dos sentidos de seu criador – como já demonstrou McLuhan ao postular que invenções humanas são extensões de nossos sentidos. Devido à alienação, não conseguimos perceber isto, vez que ela instaura a separação entre o ser humano e o produto de seu trabalho, impedindo-o de se identificar com este. Ao denunciar tal relação alienada, Marx faz ver que ela não se restringe ao trabalho, encontrando-se também na relação com os outros homens. Sendo o trabalho que integra o ser humano à humanidade, ao alienar-se dele o indivíduo aliena-se também dos outros seres humanos. O mundo, portanto, não é mais aquele conformado às formas humanas. Segundo Costa, “o mundo inteiro dos objetos se desumaniza, se artificializa, se desnaturaliza”<sup>39</sup>.

Sendo a máquina um objeto cultural ativo, seria lógico que reproduzisse formas humanas de atuação no mundo. Tal fato não teria nada de surpreendente, não fosse a presença da alienação que gera o estranhamento. É ela a responsável pela contradição entre os termos “inteligência” e “máquina”<sup>40</sup>. Por outro lado, é curiosa a associação destes dois conceitos no termo “máquina inteligente”. Leva-me a indagar por que em tempos de profunda alienação objetos artificiais e não identificáveis com seus criadores se definem por reproduzir o traço humano por excelência: a inteligência.

Costa deduz que, se o trabalho alienado só pode criar objetos alienados, a inteligência das máquinas só pode ser uma inteligência alienada, estranha às formas humanas de inteligência. O mito da dominação do mundo pelas máquinas e as imagens de uma humanidade subjugada por máquinas são, para ele, as formas “plásticas/pictóricas/literárias” dessa separação entre o homem e seu produto, que tornados independentes e desumanizados voltam-se contra ele<sup>41</sup>.

Agenor Martins faz referência ao conceito de robô desenvolvido por estudiosos franceses: “Robô é um dispositivo automático adaptável a um meio complexo, substituindo ou prolongando uma ou várias junções do homem e capaz de agir sobre seu meio”<sup>42</sup>. É interessante notar (e o autor chama a atenção para isso) a semelhança da definição acima com as idéias difundidas por Marshall McLuhan. Martins recorda que o famoso comunicólogo canadense afirmava que todo produto da tecnologia de alguma forma faz estender nossos sentidos e nervos, e ilustra esse conceito salientando que as roupas que usamos seriam extensões de nossa pele e o avião a jato e o automóvel, de nossos pés; já o telefone, o rádio e a televisão estenderiam as capacidades do nosso sistema nervoso central (ligado à fala, audição e visão). Conclui assim que, do mesmo modo, os robôs substituem ou prolongam funções humanas ao agirem nos meios complexos para os quais foram projetados. Em geral, as tarefas reservadas a estes são difíceis, de alto risco para o homem ou extremamente cansativas. Tal informação confirma a realização do que havia sido imaginado por Kapek, a saber, a criação de robôs para a função de escravos.

No artigo intitulado “A natureza do artificial”, Costa recorda a frase de Hegel na qual é criticado o constante atraso da filosofia em relação aos temas da ciência: “a coruja da sabedoria só levanta vôo ao entardecer”<sup>43</sup>. Para ele, é a ciência provavelmente a principal responsável por tal relação com a filosofia, devido ao caráter que assumiu nas primeiras etapas de seu desenvolvimento. O autor retoma o artigo de Mosca, *O homem e a máquina*, onde é dito que a ciência nasceu para ser o instrumento cognitivo pelo qual o homem pretendia dominar a natureza<sup>44</sup>. Mas adverte que “natureza” deve ser aí entendida como o outro do homem, o não criado por ele, o mundo dos objetos dados desde sempre



e, por isto, impregnados de certa fatalidade. Costa enfatiza que a primeira grande transformação sofrida pela ciência ocorreu na passagem do século XIX para o século XX e consistiu na conscientização da inexistência de um “objeto dado desde sempre”. Segundo ele, todo objeto de conhecimento tem sua forma dada como resultado da interação entre aquilo que é e os instrumentos cognitivos de que o homem dispõe no momento de conhecê-lo. Devido a estes evoluírem, também evoluiu a forma dos objetos da natureza<sup>45</sup>.

Inevitável não ver aí afinidades com o conceito nietzscheano de *perspectivismo*. Este afirma não haver fatos, mas apenas versões, decorrentes de diferentes perspectivas que, através de suas respectivas vontades de poder, impõem diferentes sentidos às coisas. Todavia, enquanto na ciência esta conclusão é fruto da combinação “daquilo que é” com os meios materiais disponíveis para percebê-lo, Nietzsche não está preocupado com o Ser das coisas. Para ele, tudo é interpretação, imposta a algo pelas forças resultantes da vontade de poder, ativa ou reativa, que deste se apoderou. Cabe ao filósofo fazer a genealogia<sup>46</sup> de suas diferentes interpretações, revelando o que estas mascaram.

Costa afirma ainda que, em certo sentido, a razão termina por construir o real e a ciência, por historicizar o mundo<sup>47</sup>. Isto é evidente, vez que a razão constrói instrumentos científicos provisórios de percepção da realidade, cuja face acompanha, por sua vez, o aperfeiçoamento dos referidos instrumentos.

De acordo com o autor, estes são fatos que parecem anunciar uma nova transformação: não sendo mais o mundo um mundo dado, nem a ciência simplesmente a investigação daquilo que sempre existiu, este passa a ser um mundo construído pelo homem, e a ciência, eminentemente técnica.

Desde o final do século XX, o saber científico passa por uma nova transformação: está deixando de ser um instrumento de domínio e passando a ser instrumento de criação. Sendo assim, a principal pergunta da ciência contemporânea (na opinião do autor) deixa de ser sobre a origem da vida e passa a ser sobre o que deve ou não deve ser realizado. Além disso, ressalta que o homem, antes criatura, passa a ser predominantemente um criador. O mundo passa a ser um mundo criado e a natureza, constituída e protegida. Ele ilustra sua afirmação chamando a atenção para o fato de que não há nada mais artificial do que um “santuário ecológico, protegido por uma legislação adequada”<sup>48</sup>. E constata que a relação homem-natureza passa a ser uma relação entre criador e criatura. A ciência está alterando o estatuto ontológico dos entes do mundo (de objetos da Criação para objetos da criação) e daquele que lhes dá origem (de Criador a criador): a ciência está instaurando “a criação na finitude”<sup>49</sup>. Neste processo de modificação da natureza do mundo pela intervenção deliberada do engenho humano – processo do qual o mito de Frankenstein é emblemático – a máquina, segundo Costa, sobressai como o objeto por excelência da criação finitária. O autor ressalta, ainda, que a atual relação entre filosofia e ciência parece sofrer sérias exigências de modificação, e retorna a Hegel para advertir sobre o perigo de dissociá-las. Tal alerta do autor, um cientista, leva a refletir se estes são de fato os únicos responsáveis por sua falta pouca comunicação com a filosofia.

Paulo Mosca e Antônio Carlos Costa enfatizam que a ciência moderna, ao nascer, concebia a natureza como o Outro do homem, algo a ser por ele dominado. Costa, porém, insiste que, com a transformação ocorrida na transição do século XIX para o XX, essa relação de dominação passou a ser de criação, o que reforçaria a necessidade de uma base filosófica para a ciência, pois a mesma cria nossa realidade. Para os dois cientistas, o desenvolvimento de uma Inteligência Artificial (ou de máquina) é emblemático dessa nova fase científica.

Frankenstein prenuncia essa fase. O cientista Victor – embora digno representante do pensamento iluminista – não é um mero investigador da natureza<sup>50</sup>. Contrariamente aos seus contemporâneos, ele intervém nesta de forma criativa (e perigosa!). De tal intervenção, são gerados temíveis *duplos*, como a criatura de Frankenstein e os robôs – cujas características são, sob vários aspectos, monstruosas.

A supracitada noção McLuhiana de que as invenções são extensões dos seres humanos remete à idéia de projeção – uma marca do duplo. Como demonstrou Costa, autômatos têm como principal característica a ambigüidade. Eles são vivenciados, em nossa cultura, de forma semelhante ao

“estranho” freudiano: simultaneamente familiares e estranhos. Pois embora representem – mais do que produtos – extensões dos seres humanos, são tidos como complexos e insondáveis pela maioria da população, “iniciada” cientificamente.

Não causa, portanto, admiração o fato de a ficção científica mostrá-los, no mais das vezes, como seres perigosos e destruidores, que lutam para libertar-se e que, via de regra, passam de escravos a senhores da humanidade. E não é outro o tema de *Frankenstein*, cuja criatura – criada para servir e glorificar seu criador – acaba por destruí-lo.

Talvez o alerta tácito de Mary Shelley à nova era de ciência e progresso fosse o mesmo que faz o cientista Antônio Carlos Costa quando enfatiza que, no momento atual – no qual a prática científica passa de investigadora à criadora –, a relação entre ciência e filosofia exige modificação. Pois, ele alerta-nos lembrando Hegel, que “todo ato de criação é um ato de opção, e na hora de criar o mundo, convém que a coruja já tenha alçado vôo”<sup>51</sup>.

Em *Blade Runner*, como em *Frankenstein*, o simulacro é superior em força e inteligência à grande maioria do seres humanos. Tal fato desconstrói, a um só tempo, a lógica platônica e aristotélica que forneceu as bases da doutrina eclesiástica. Com vimos, Platão considerava o simulacro – a arte – “cópia da cópia” e, portanto, a instância mais degradada da representação da Idéia, origem de tudo. Aristóteles, por sua vez, discordava de seu mestre quanto à questão da arte, não vendo nada de mal na mimese, porém julgava ser o homem o ponto máximo na escala dos seres, o mais próximo da perfeição divina<sup>52</sup>. Ora, tanto o monstro frankensteiniano quanto Roy são superiores, inclusive moralmente, aos humanos, como anteriormente demonstrei a respeito de Frankenstein e como podemos perceber no diálogo final entre Roy e Deckard, quando este é salvo pelo andróide a quem tentara “aposentar”. É também neste sentido que vejo Roy como uma versão do além-homem, pois integra em si suas características principais. Ele, o mais perfeito entre os andróides, foi criado para ser “mais humano que os humanos”. Roy é dionisiacamente excessivo em todos seus atributos: força, beleza, inteligência e “humanismo”. É Dioniso que retorna. Interessante notar que Zagreu, embora filho do próprio Zeus, teve pais adotivos. Tal “orfandade” é comum a Roy que, embora tenha tido a mente criada por Tyrell – espécie de Zeus pós-moderno – foi conjuntamente elaborado por outros projetistas.

Por fim, enfatizo que, ao contrário da criatura de Frankenstein, Roy afirma sua diferença e não anseia em fazer parte do rebanho. Sua principal marca dionisiaca é o espírito afirmativo que de nada se arrepende e a tudo diz sim, livre do ressentimento e da má consciência. Esses aspectos são evidentes no referido episódio em que Roy diz a Tyrell que, embora tenha feito coisas “questionáveis”, nada havia que lhe impedisse de ir para o “céu da biomecânica”, e na evidente apologia que faz – especialmente quando está prestes a morrer – da vida em si mesma, com tudo de dor e prazer que ela contém, inclusive a vida de seu próprio inimigo.

Esta leitura comparada de *Frankenstein* e *Blade Runner* confirmou minha percepção de Roy e do cientista Tyrell como versões contemporâneas do criador e criatura presentes no mito de Frankenstein, pois narram a criação por meios científicos (e não sexuais) de um ser que passa a ser execrado por seu criador. Tyrell possui em comum com Victor Frankenstein a *hybris* de pretender criar, como um novo Deus, uma espécie de seres superiores aos humanos. Neste sentido, Roy pode ser considerado – o que não ocorre à criatura de Frankenstein – uma versão do “além-homem” nietzscheano. Não por ser “mais humano que o humano”, mas por destruir o cérebro do qual era cópia (lugar da mente e seus valores) e assim ultrapassá-lo, sugerindo desconhecidas e criativas possibilidades de existência.

Nietzsche ensina que novas forças necessitam de velhas máscaras para serem aceitas. O que sugere uma hipótese: o andróide (termo que significa “semelhante ao homem”) – por enquanto existente apenas na ficção científica – é uma máscara, ainda humanóide, sob a qual retornará a força dionisiaca pós-humana, além do Bem e do Mal.

## Notas

- <sup>1</sup> Será chamado “modernidade” o período que se iniciou no século XVIII, com a Revolução Industrial, e estendeu-se até meados do século XX. A partir de então, tem início a contemporaneidade (ou pós-modernidade) caracterizada, segundo Jean-François Lyotard (1999), pelo desencantamento com a modernidade, a qual teria culminado no holocausto. Gianni Vattimo (1996) localiza a pós-modernidade aproximadamente no mesmo período, porém a caracteriza pela proliferação dos meios de comunicação de massa.
- <sup>2</sup> Destaco o Prof. Dr. Décio Torres Cruz, cuja excelente tese de Doutorado (1998) sobre *Blade Runner* aborda esta temática com grande propriedade.
- <sup>3</sup> MARTINS, Agenor. *O que é Robótica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993, p. 8.
- <sup>4</sup> *Idem*, p. 4.
- <sup>5</sup> LYOTARD, Jean-François. *O Pós-Moderno explicado às crianças*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- <sup>6</sup> *Idem*, p. 93.
- <sup>7</sup> *Idem*, p. 94.
- <sup>8</sup> Conceito associado, por Melanie Klein, à paranóia.
- <sup>9</sup> Cabe lembrar que, enquanto Roy assassina Tyrell, Victor não é destruído diretamente por sua criatura, que o arruína através do assassinato de seus entes queridos.
- <sup>10</sup> LYOTARD, Jean-François, *op. cit.*, p. 102-103.
- <sup>11</sup> Por motivos éticos, Victor Frankenstein se recusa a criar uma companheira para a criatura, pois teme que assim perpetuaria sua espécie. Esta se vinga assassinando a esposa de Frankenstein.
- <sup>12</sup> NIETZSCHE, Friedrich W. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Martin Claret, 1999.
- <sup>13</sup> MARTINS, Agenor, *op. cit.*, p. 3.
- <sup>14</sup> Como fizeram os nazistas após sua morte, auxiliados pela irmã do filósofo.
- <sup>15</sup> DELEUZE, Gilles. *Nietzsche*. Lisboa: Edições 70, 1994.
- <sup>16</sup> *Idem*, p. 31.
- <sup>17</sup> Termo cunhado por Nietzsche que significa a superação dos valores metafísicos e a criação de novos valores, afirmativos da vida imanente.
- <sup>18</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 29.
- <sup>19</sup> DELEUZE, Gilles, *op. cit.*, p. 62.
- <sup>20</sup> MARTINS, Agenor, *op. cit.*, p. 9.
- <sup>21</sup> *Ibidem*.
- <sup>22</sup> COSTA, Antônio Carlos. *A essência da máquina e dos autômatos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1990.
- <sup>23</sup> *Ibidem*.
- <sup>24</sup> *Ibidem*.
- <sup>25</sup> *Idem*, p. 1.
- <sup>26</sup> COSTA, Antônio Carlos, *op. cit.*, p. 2.
- <sup>27</sup> PLATÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- <sup>28</sup> DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- <sup>29</sup> No começo do romance, ele salva uma família miserável provendo-a, anonimamente, de alimentos diariamente. Esta, após conhecer sua aparência, agride-o e foge dele apavorada.
- <sup>30</sup> COSTA, Antônio Carlos, *op. cit.*, p. 4.
- <sup>31</sup> A saber: a teoria de Copérnico, que desloca a Terra do centro do Universo; a teoria da evolução, de Charles Darwin, que nega nossa origem divina e, por fim, o próprio Freud, que se inclui entre os responsáveis por este feito de tal magnitude – graças à sua teoria do Inconsciente, que destrona a consciência racional, talvez o último baluarte da vaidade humana.
- <sup>32</sup> *Idem*, p. 3.
- <sup>33</sup> *Ibidem*.
- <sup>34</sup> *Idem*, p. 4.

- <sup>35</sup> *Ibidem*.
- <sup>36</sup> *Idem*, p. 4.
- <sup>37</sup> Ver *Os Filhos do barro*, de Otávio Paz (1974).
- <sup>38</sup> FREUD, Sigmund. The "uncanny". In: *Works of Freud*. London: Penguin Books, 1990.
- <sup>39</sup> COSTA, Antônio Carlos, *op. cit.*, p. 31.
- <sup>40</sup> *Ibidem*.
- <sup>41</sup> *Idem*, p. 33.
- <sup>42</sup> MARTINS, Agenor, *op. cit.*, p. 13.
- <sup>43</sup> COSTA, Antônio Carlos, *op. cit.*, p. 54.
- <sup>44</sup> MOSCA, Paulo Roberto. *O homem e a máquina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1987, p. 54.
- <sup>45</sup> COSTA, Antônio Carlos, *op. cit.*, p. 55.
- <sup>46</sup> Método que consiste em desvelar o valor dos valores, i.e., a vontade de poder subjacente às interpretações.
- <sup>47</sup> COSTA, Antônio Carlos, *op. cit.*, p. 54.
- <sup>48</sup> *Idem*, p. 53.
- <sup>49</sup> *Idem*, p. 55.
- <sup>50</sup> Na modernidade, a ciência era mais investigativa que propriamente tecnológica, embora já aliada ao capitalismo nascente.
- <sup>51</sup> COSTA, Antônio Carlos, *op. cit.*, p. 56.

### Referências bibliográficas

- COHEN, Jeffrey Jerome. "A cultura dos monstros: sete teses". In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.). *Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 23-60.
- COSTA, Antônio Carlos. *A essência da máquina e dos autômatos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1990.
- CRUZ, Décio. *Postmodern Metanarratives: Literature in the age of image. Scott's Blade Runner and Puig's novels*. Tese de doutorado. State University of New York. EUA, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- \_\_\_\_\_. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- DONALD, James. Cheios de si, cheios de medo: os cidadãos como ciborgues. In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). *Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 89-139.
- ÉSQUILO. *Prometeu Acorrentado*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1974.
- FREUD, Sigmund. O retorno do recaiado. In: *Moisés e o monoteísmo*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- \_\_\_\_\_. The "uncanny". In: *Works of Freud*. London: Penguin Books, 1990.
- GANASCIA, Jean-Gabriel. *Inteligência Artificial*. São Paulo: Ática, 1997.
- GOETHE, J. W. *Fausto*. São Paulo: Circulo do Livro S/A, s/d.
- KALINA, Eduardo; KOVADLOFF, Santiago. *O dualismo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- LABAKI, Amir. *O cinema dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LYOTARD, Jean-François. *O Pós-Moderno explicado às crianças*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- MARTINS, Agenor. *O que é Robótica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.
- McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação do Homem*. São Paulo: Ed. Cultrix, s/d.
- MOSCA, Paulo Roberto. *O homem e a máquina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1987.
- NIETZSCHE, Friedrich. Coleção *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Assim falou Zarathustra*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A genealogia da moral*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- NOGUEIRA, Roberto. *O diabo no imaginário cristão*. São Paulo: Ática, 1986.
- PLATÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Nunca Fomos humanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VALVERDE, Monclar. A transformação midiática dos modos de significação. *Revista Textos de cultura e comunicação*. FACOM/UFBA, 1992, n. 28, p. 45-57.

VATTIMO, Gianni. *O fim da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.



# REVENDO BRAGA: OLHAR RENOVADO SOBRE UM CRONISTA COMBATIVO

Carlos Ribeiro \*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo abordar um aspecto pouco conhecido da obra do cronista Rubem Braga: o da crítica social presente em grande parte das crônicas, notas, artigos e reportagens publicados ao longo de sessenta anos de sua atuação como jornalista e escritor. O cronista lírico dos passarinhos e das borboletas foi também um jornalista combativo que não se furtou a registrar, comentar, criticar, denunciar, combater e ironizar sobre praticamente todos os grandes temas do seu tempo. Sua atuação crítica engloba não apenas questões políticas mais imediatas, relacionados às arbitrariedades cometidas pelos sucessivos governos, entre os anos 30 e 90, como temas diversificados nos âmbitos cultural, ecológico, científico, tecnológico e comportamental.

**Palavras-chaves:** Rubem Braga; crítica social; literatura; jornalismo.

**Abstract:** This article aims to approach a little known aspect of the work of Rubem Braga: the social critique present in his chronicles, notes, articles and news articles published throughout sixty years of his performance as journalist and writer. The chronicler of "birds and butterflies" was also a militant journalist who did not resign himself of registering, commenting, defying and mocking practically all the great subjects of his time. His critical performance has covered not only questions of daily politics, related to the arbitrary acts committed by successive governments between the 1930's and 1990's, but also themes of cultural, ecological, scientific, and technological interest.

**Keywords:** Rubem Braga; social criticism; literature; journalism.

---

\* Jornalista, ficcionista e doutor em Literatura pela Universidade Federal da Bahia. Professor adjunto de Jornalismo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

## 1. A crítica social do *velho urso*

É difícil mesmo ser cronista neste país. O primeiro mandamento de um cronista é variar de assunto, saltar disto para aquilo, falar de bois e de nuvens, de máquinas e metafísicas. Pois isso não se pode fazer. O país é horrivelmente monótono. Seus males e suas vergonhas se repetem com tão insistente despudor que o remédio é voltar a eles.

“A monótona desgraça”

13/11/1948

*Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa*

Parece que vão fazer uma lei para proibir dizer essas e outras coisas. Como não gosto de cadeia, passarei a falar das borboletas azuis. Encherei as colunas dêste jornal e os ares desta República de borboletas azuis até que seja proibido falar de borboletas azuis. Então, se me permitirem, falarei das borboletas amarelas. Há muitas borboletas e muitas côres neste país; estou sereno e otimista. Que venha a lei, senhores. Podem tirá-la do bolso do dólma.

“A nova lei”

30/08/1958

*Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa*

As duas crônicas, das quais tiramos os excertos acima, revelam de certa forma o pêndulo que caracterizou a trajetória do cronista Rubem Braga. Se, por um lado, constrangia-se por ter que escrever sobre os males do Brasil, por outro *era constrangido* a voltar aos temas amenos que marcariam o seu perfil de cronista das belas mulheres e das borboletas.

“O país é horrivelmente monótono. Seus males e suas vergonhas se repetem com tão insistente despudor que o remédio é voltar a eles”, diz Braga. Por que o “cronista dos passarinhos” é obrigado a voltar a temas tão “horríveis”, se a crônica, segundo o senso comum, tem como determinantes do gênero as características de “simpática”, “digestiva” e “voltada para o entretenimento” em seu rol de amenidades? O que tem de simpático e digestivo os seguintes trechos, sobre assuntos tão freqüentemente retomados por ele nos duros tempos do Estado Novo e da ditadura militar?

(...) Pancadas no estômago e nos órgãos genitais, choques elétricos, injeções nos ouvidos (para provocar dores quase insuportáveis), afogamento (a vítima tinha a cabeça submergida várias vezes, até desmaiar) e fuzilamento simulado, eis alguns dos processos usados nesses hábeis interrogatórios. (...)<sup>1</sup>

Que os quartéis do Exército o sejam locais de espancamento e tortura é coisa que não pode agradar a nenhum militar honrado. A covardia é algo que repugna fortemente aos homens de farda. Infelizmente a verdade é que a Revolução tem seus primeiros meses marcados por essa mancha detestável.<sup>2</sup>

Devemos ressaltar que um grande número dos temas abordados pelo cronista relaciona-se a questões políticas e sociais de um tempo saturado de toda sorte de arbitrariedades e violência, exploração e preconceitos, falcaturas e corrupção.

No decorrer de sua longa trajetória profissional, Rubem Braga escreveu sobre quase todas as questões relevantes do século XX: sobre o nazismo, o franquismo, o salazarismo, o comunismo; sobre a revolução cubana e a invasão daquele país pelos Estados Unidos; atacou as atitudes retrógradas da Igreja Católica e defendeu a Teologia da Libertação; combateu as ditaduras do Estado Novo e a militar de 1964; defendeu o monopólio da Petrobras, nos anos 50; denunciou a indiferença do governo e das elites econômicas em relação à miséria do povo brasileiro; previu, já nos anos 50, os graves problemas que decorreriam dessa indiferença; denunciou negociatas as mais diversas e, reiteradamente, a falta de fiscalização da indústria farmacêutica pelo governo; analisou as transformações verificadas no mundo moderno: as novas tecnologias e seus impactos, a ocupação do mercado de trabalho pelas

mulheres, as novas linguagens artísticas e literárias; atacou a ação violenta e arbitrária das polícias e das forças armadas; denunciou a censura e as torturas nas delegacias e nos quartéis; defendeu presos políticos (quando ele mesmo não era um); acompanhou, como repórter, a Guerra Fria, a política do petróleo, as experiências nucleares, a tomada do poder por Fidel Castro em Cuba; defendeu a preservação da estabilidade do emprego dos trabalhadores; deu voz aos subúrbios esquecidos e abandonados; acolheu inovações na cultura brasileira, a exemplo da roqueira Rita Lee, atacada por críticos, nos anos 60; apoiou campanhas de alfabetização; combateu práticas nocivas, como a cultura do “jeitinho”, a pena de morte e o preconceito contra homossexuais e prostitutas; ironizou o compadrio e o jogo de interesses na Academia Brasileira de Letras; denunciou, numa série de crônicas e reportagens, atentados ecológicos, a exemplo da construção da siderúrgica de Tubarão em Vitória do Espírito Santo e da Tibras, na Bahia, bem como o comércio de animais silvestres nas rodovias brasileiras.

Seria cansativo enumerar todos os assuntos abordados pelo escritor. O fato é que ele opinou, reivindicou, brigou, denunciou, defendeu, acusou, previu e ironizou sobre a maioria dos grandes temas do século XX, até a sua morte, às 11h30 da noite de 19 de dezembro de 1990.

### Denúncia e exaltação

Não por acaso, durante toda a sua longa vida, Braga optou pela definição de jornalista, em vez de escritor, para o ofício que exercia, segundo suas próprias palavras, sem muito entusiasmo. Referia-se a si próprio como um “cozinheiro do trivial”, uma forma bem característica dele de mascarar a sua importância como cronista. Diz ele, no versinho denominado “Versinho trivial”, dedicado a Afonso Schmidt:

*Quando eu era rapazinho  
Queria ser intelectual  
Mas hoje sou jornalista  
Que faço eu no jornal?  
Sou cozinheiro do trivial!  
Sou cozinheiro do trivial!*<sup>3</sup>

A propósito disto, escreveu, em 1940, durante o período que viveu em São Paulo.

Que é hoje, para mim, o trabalho de jornal? Seus encantos são precários. Tenho, como os outros, um relógio de ponto, uma função limitada, um desconto para a Caixa dos Comerciários. Escrevo o que mandam escrever – escrevo no anonimato da profissão, temperando os adjetivos segundo o paladar alheio. Esse trabalho nada me diz à alma: é como, para o bancário, o seu trabalho no banco, é como, para o caixeiro, seu trabalho no balcão. Uma rotina diária a seguir, um conjunto de normas a respeitar, de “chapas” a empregar. Já tive, é certo, em outros tempos, dias e meses de vibração em jornais de luta – a áspera luta pela opinião do povo. Mas o trabalho de jornal que mais me emocionou, o que tinha o encanto de uma revelação, o sabor de um dever novo, o ardor e o capricho de uma arte e de um sacerdócio – foi o trabalho no jornalzinho do interior, aos 15, 16, 17 anos.<sup>4</sup>

Não se deve, é claro, acreditar demasiadamente nas declarações do cronista. Ele tinha perfeita consciência da sua importância como jornalista e escritor. Aos 24 anos de idade, nos anos 20, quando lançou seu primeiro livro, com duas mil crônicas escritas e publicadas em grande parte na cadeia dos jornais associados de Assis Chateaubriand, já era uma pequena celebridade. Com três prisões no currículo, “escondia-se atrás de pseudônimos como José Bispo, M. de Carvalho, Chico ou, simplesmente, R”, conforme declara Marco Antonio de Carvalho<sup>5</sup>. E, com certeza, fazia bem mais do que escrever o que lhe mandavam escrever. Apesar das prisões, das ameaças e da censura, ganhara, desde cedo, uma notoriedade que lhe permitia escolher, com ampla margem de liberdade, os assuntos que lhe vinham à pena. A identificação com o ofício de jornalista, cuja *desimportância* não cansava de ressaltar,

repousava justamente nessa possibilidade de interferir diretamente nas coisas da vida e do mundo. De acordo com sua própria opinião, o que mais destacava no seu ofício de cronista, era a “vibração em jornais de luta – a áspera luta pela opinião do povo”. O talento poético abria-lhe, entretanto, uma janela para fora da aridez do mundo, para além das limitações que se lhe impunham ou que lhe queriam impor. À horrível monotonia contrapunha, como *remédio*, borboletas azuis e amarelas. Pois que as borboletas significavam, na verdade, não apenas uma fuga do que era considerado relevante em termos políticos e sociais – mas elas também elementos de resistência à desumanização, no mundo e nas páginas dos periódicos.

A oscilação entre a denúncia mais crua e a exaltação à graça e à beleza se dava, freqüentemente, num mesmo texto, passando do registro meramente informativo para a expressão poética, e vice-versa, como se pode ver na seguinte crônica.

Para lhe mostrar como as coisas se precipitam, senhor secretário: ontem o médico disse que estou com a vista cansada. É claro, tenho visto muita coisa cansativa e triste: miséria, dor, humilhações. Ainda ontem mesmo vi uma criança doente; tão miserável, tão disforme na sua doença que parecia um milagre ainda ter respiração para mover o peitinho. Um milagre triste, quase revoltante. Seus olhos... mas não, senhor secretário, eu não vou fazer crônica sobre isso nem sobre coisa alguma. Não posso. Minha vista está cansada de muita coisa; mas não das árvores; não do céu; não, nunca, do mar. E exatamente esta manhã, senhor secretário, recebi do astral, vinda pelo telefone, uma mensagem segundo a qual, além das gaivotas, é possível que seja visível esta manhã, em pessoa, na praia, a Deusa da Graça e da Beleza, como se dizia nas valsas.<sup>6</sup>

Tais cruzamentos são visíveis também nos textos publicados em livro, nos quais se verifica, embora um pouco mais isento de seus aspectos contingenciais, um número nada desprezível de textos contundentes em suas denúncias de nossas mazelas sociais.

### Breves comentários

Vejam, a seguir, como as questões sociais estão presentes nos livros do autor<sup>7</sup>, mesmo quando libertas do peso contingencial do momento histórico.

*O conde e o passarinho*, primeiro livro de Rubem Braga, publicado em 1936, reúne 27 crônicas publicadas em jornal entre os anos de 1933 e 1935. Dentre elas, treze tratam de questões relacionadas à pobreza, à exploração das massas urbanas, à arbitrariedade policial, ao descaso com a sorte dos desfavorecidos; à vida insalubre em cortiços, mocambos e casebres infectos, à morte de crianças por fome e doenças, à falta de acesso do povo a espetáculos culturais, à vida mecanizada e sem ideais nas metrópoles cinzentas, ao preconceito racial, dentre outros temas. O acento lírico marcante de todos os textos potencializam a indignação do então jovem cronista, na época com apenas 24 anos, nas seguintes crônicas: “Como se fora um coração postiço”, “Pequenas notícias”, “Recenseamento”, “Animais sem proteção”, “A empregada do dr. Heitor”, “Mistura”, “Cangaço”, “Batalha no Largo do Machado”, “O conde e o passarinho”, “Conto histórico”, “Luto da família Silva”, “Recife, tome cuidado” e “Reflexões em torno de Bidu”.

Em *Morro do isolamento*, lançado em 1944, os mesmos temas estão presentes em onze das 25 crônicas, publicadas em jornal entre os anos de 1934 e 1941. São elas: “Palmikaski”, “Morro do isolamento”, “O homem do quarto andar”, “A lira contra o muro”, “Em memória do bonde de Tamandaré”, “A senhora virtuosa”, “O número 12”, “Dia da raça”, “Crime de casar”, “Os mortos de Manaus” e “Temporal de tarde”. Além daqueles, observa-se a presença de outro tema, a intolerância religiosa, retratada em “Reportagens”. Outra diferença, em relação ao livro anterior, é a referência direta ao morticínio provocado pelo nazi-fascismo, que mereceria uma curiosa “dedicatória contra”. Diz ele:

Dedico êste livro aos companheiros do Correio do Povo e da Folha da Tarde e aos amigos de Porto Alegre, com um forte abraço de gratidão.

Esta é a minha dedicatória a favor, mas como andamos em tempo de guerra quero fazer uma dedicatória contra. E comece por Hitler, mas não fique nesse grande cão escandaloso nem nos que latem e mordem de sua banda. Atinja, aqui e ali, todos os que, no claro ou no escuro, trabalham mesquinamente contra o amanhã. Aos carniceiros prudentes e às velhas aves de rapina barrigudas e todavia insensatas: aos construtores de brejos e aos vendedores de água podre; aos que separam os homens pela raça e pelos privilégios; aos que aborrecem e temem a voz do homem simples e o vento do mar; e aos urubus, aos urubus!<sup>8</sup>

O terceiro livro, *Com a FEB na Itália*, lançado em 1945, marca um momento singular na bibliografia de Rubem Braga: a da cobertura que fez, como correspondente de guerra do Diário Carioca, da campanha do Brasil na II Guerra Mundial. O livro foi reeditado em 1964, com o título *Crônicas da Guerra*, e, em 1985, como *Crônicas da Guerra na Itália*, acrescido de mais oito textos aos 83 originais, totalizando 91. É desta última edição que destacamos 27 crônicas-reportagens: “Viagem do pracinha”, “Em Barga”, “A procissão da guerra”, “Cartas”, “Partigiani”, “No Palazzo Venezia”, “Mestre pracinha e a neve”, “Despojos”, “Comidas”, “Passeio aéreo”, “Plantações”, “A menina Silvana”, “O Castelo caiu”, “O chão”, “Correspondência”, “O cemitério”, “Impressões de moça”, “No Belvedere”, “Passeio na montanha”, “Fins de março”, “Cristo morto”, “Árvores”, “Uma aldeia esquecida”, “No 2º do 11”, “Em Bolonha”, “Texto para o ‘Caderno de Guerra’ de desenhos de Carlos Scliar” e “Voltando para a Itália 25 anos depois da guerra”. Neles, a ênfase maior do cronista é na humanidade do pracinha resgatado de sua impessoalidade; no contraste da natureza amena dos campos italianos com a brutalidade dos combates; na violação dos lares com seus “reinos íntimos”, “antigas ternuras” e “longas discussões domésticas”; na descrição das cidades em ruínas e no sofrimento de seus habitantes, sobretudo das mulheres e das crianças; no patrimônio artístico ameaçado; no heroísmo do homem comum; nas vidinhas estreitas em meio aos combates; nas raízes do nazi-fascismo e da guerra; na exploração de classes; na fome, na humilhação e no servilismo impostos às populações; nos que lucram com a guerra; nos corpos dos pracinhas mortos que se acumulam nos cemitérios; nos soldados alemães que, em particular, renegam Hitler e o nazismo, e em público o glorificam; na capacidade humana de reconstruir a vida a partir dos escombros; nos homens que se acostumam com a guerra; na censura exercida contra a imprensa. Trata-se, segundo definição do próprio Braga, de “uma simples literatura de exaltação cívica”, que se pretendia ser “uma narrativa popular, honesta e simples das vidas e dos feitos dos homens na Itália”. Mas que, a nosso ver, é exatamente isto.

*Um pé de milho*, lançado em 1948, traz, em textos publicados entre 1933 e 1947, além dos temas anteriores, uma ênfase maior em questões que relacionam a perda da beleza e da autenticidade com a desumanização das grandes metrópoles, com sua máquina burocrática que tritura os seres humanos, sobretudo nas classes menos favorecidas, os subúrbios cinzentos com seus habitantes tristes e mesquinhos. Há ainda referências mais específicas às prisões que sofreu durante o Estado Novo. Entre 32 crônicas, sobressaem-se, nesses aspectos, doze: “Telefone”, “Ginástica”, “País difícil”, “Não tem”, “Subúrbios”, “Conversa de abril”, “Nomes”, “História do caminhão”, “Os ficus do senhor”, “Louvação”, “Sobre o vento noroeste” e “História de São Silvestre”.

Em *O homem rouco*, de 1949, reunindo trabalhos publicados em 1948/49, observa-se uma preponderância maior dos temas líricos, ligados ao afeto e à memória. Das quarenta crônicas do volume, apenas quatro fazem referências, aliás bastante veladas, a questões sociais, mais especificamente associadas à ação policial e às forças armadas (“Essas amendoeiras”, “Histórias de Zig”), à relação entre beleza e utilidade (“O funileiro”) e a uma desencantada e desesperançosa visão do futuro (“Nascem varões”).

*A borboleta amarela*, de 1955, traz 54 crônicas publicadas no Correio da Manhã, entre janeiro de 1950 e dezembro de 1952. Dentre elas, doze – “A voz”, “O sino de ouro”, “O telefone”, “A praça”, “Odabeb”, “Os jornais”, “Manifesto”, “Em Cápri”, “Imigração”, “A moça”, “Flor de maio” e “A grande festa” – destacam-se por abordar questões diversas, tais como o sórdido efeito da denúncia anônima num caso de assassinato passional, a resistência à desumanização do progresso no fundo do sertão de Goiás, uma crítica aos serviços da Companhia Telefônica, as relações humanas na



Praça Martim Afonso em Niterói, a voz dissonante e incômoda dos artistas e poetas, uma crítica à tendência dos jornais de só publicarem desastres e desgraças, um comunicado aos operários da construção civil, uma denúncia da tendência, no Brasil, de se destruir o patrimônio natural; observações sobre a política imigratória, uma crítica ao esnobismo da pobreza, a exaltação ao nascimento de uma flor no Jardim Botânico, “única notícia boa de um dia inteiro de jornal”, memórias de um Réveillon que resplandecia numa noite triste e negra que chorava de tristeza e pobreza. Sem falar, é claro, na própria crônica que dá título ao livro, emblemática da resistência frágil e delicada da poesia e da natureza representadas pela borboleta amarela, numa grande metrópole.

Em *A cidade e a roça*, lançado em 1957, e relançado posteriormente com o título *O verão e as mulheres*, estão reunidas 32 crônicas publicadas entre janeiro de 1953 e dezembro de 1955, e mais quatro, anteriormente publicadas, separadamente, em 1954, com o título *Três primitivos*. Deste total, apenas oito – “O homem dos burros”, “Dalva”, “A cidade feia”, “O jovem casal”, “O outro Brasil”, “A Revolução de 30”, “O lavrador” e “O pintor Silva” – abordam questões sociais mais visíveis, nos perfis de um homem simples do interior, de um lavrador e de uma operária “que empurra papel na Cexim”; na feiúra, tristeza, mediocridade e mesquinhez de um trecho urbano e de uma vida sórdida entrevista por um jovem casal, na fuga sempre frustrada do próprio cronista para uma vida “fora das estatísticas e dos relatórios”, nas lembranças da Revolução de 30 e no perfil de um pintor primitivo.

*Ai de ti, Copacabana*, um dos livros mais conhecidos de Braga, foi lançado em 1960, com 61 crônicas escritas de abril de 1955 a fevereiro de 1960. Do total, apenas dez – “A corretora de mar”, “O presidente voador”, “Sobre o amor, desamor”, “Ai de ti, Copacabana”, “Homenagem ao Sr. Bezerra”, “Um mundo de papel”, “Bilhete a um candidato”, “Natal de Severino de Jesus”, “A nuvem” e “Visita de uma senhora de bairro” – abordam questões como a proteção de árvores e passarinhos, o Brasil e sua gente simples “perdida pelas imensidões melancólicas”, as relações dos casais de antigamente e suas aflições, a rebelião da natureza e dos “gentios” dos morros contra o Rio de Janeiro, a especulação imobiliária, a desonestidade nos concursos públicos, a farsa das eleições, a miséria do povo no Natal, os problemas da grande cidade em contraste com a poesia das amendoeiras e do amor de uma jovem e os conflitos de uma mulher casada.

*A traição das elegantes*, de 1967, é, desde os dois primeiros livros de Braga, um dos que mais destaque dá a questões sociais, presentes em dezoito das sessenta crônicas do volume: “Conversa de compra de passarinho”, “O compadre pobre”, “Um sonho de simplicidade”, “Lembranças”, “Nós, imperadores sem baleias”, “As pitangueiras d’antanho”, “Pescaria de barco”, “Aquele folheto perdido”, “Meu ideal seria escrever...”, “Às duas horas da tarde de domingo”, “O boi velho”, “Monos olhando o rio”, “Os pobres homens ricos”, “Confissões de um embaixador”, “Ainda sobre elefantes”, “Pessoas que acontecem”, “Os carnavais de antigamente” e “A traição das elegantes”. Observa-se aqui uma maior ênfase em questões ecológicas: a preservação das aves, o desaparecimento das pitangueiras, a derrubada das matas de São Paulo, do Rio e do Espírito Santo, a morte dos elefantes; o desejo de fuga para uma vida simples no interior; a exaltação da vida simples, do seringueiro e do lavrador; a perda da ingenuidade política, a irrupção da beleza na cidade grande e num tempo sombrio de ditadura e do nazi-fascismo, a busca de um sentido nas pequenas coisas, a redenção pela palavra, importância de regras e etiquetas, perseguição política e a aparição súbita da Providência Divina, características dos carnavais de antigamente, a insensatez e insensibilidade das elites.

*Recado de primavera*, de 1984, reúne 37 crônicas, em sua maioria, publicadas, no final dos anos 70 e início dos 80, na Revista Nacional e no suplemento dominical do Correio do Povo de Porto Alegre. Destas, nove se destacam por comentar mudanças culturais, relacionadas ao comportamento das mulheres, ao ato de fumar e à forma como se encarava as estrelas e astros do cinema e da TV; a degradação ambiental e social da cidade do Rio de Janeiro; equívocos da repressão política durante o Estado Novo; definições sobre o Brasil brasileiro; memórias de um fugitivo político e da Revolução de 1932. São elas: “Foi bom”, “Fumando espero aquela...”, “As estrelas que nós amamos”, “Clamo e reclamo e fico”, “O mistério do telegrama”, “O chamado Brasil brasileiro”, “Diário de um subversivo – ano 1936”, “Recordações pernambucanas” e “Na revolução de 1932”.

O último livro com crônicas selecionadas pelo próprio autor, *As boas coisas da vida*, data de 1988. Reúne 54 crônicas, das quais dezessete – “O porto da minha infância”, “O Rio antigo era assim”, “Adeus a Augusto Ruschi”, “O velhinho visita a fazenda”, “O protetor da natureza”, “A cachaça também é nossa”, “Vamos outra vez pedir perdão”, “A geração do AI-5”, “Histórias de baleia”, “Rita Lee”, “Havia um pé de romã”, “Chamava-se Amarelo”, “A boa manhã”, “Passarela e anúncios”, “O delegado e o apito”, “O caboclo Bernardo” e “O Sr. Alberto, amigo da natureza” – abarcam temas em que se sobressaem questões ambientais relacionadas à memória do ornitologista e defensor das matas do Espírito Santo, Augusto Ruschi, à destruição das antigas fazendas de Minas e do Espírito Santo pela especulação imobiliária, à importância dos pés de romã e à “agonia humilde” do rio Amarelo; propõe mudanças urgentes no velho porto da infância; relembra mudanças no Rio antigo; critica a proposta de extinção do fabrico da cachaça, a única bebida nacional 100% brasileira; comenta as negociatas de ministros brasileiros com banqueiros e funcionários do FMI; refere-se à geração do AI-5; comenta a pesca da baleia no litoral brasileiro; critica a vulgaridade de cantoras brasileiras e elogia a alegria da roqueira Rita Lee; os horríveis problemas do mundo e as alegrias das pequenas coisas; a educação das crianças; a “força tremenda da polícia para o bem e para o mal” e faz uma justa homenagem ao caboclo Bernardo, que salva os sobreviventes de um naufrágio, em 1887, na Barra do Rio Doce.

Há ainda duas seleções feitas postumamente: *Uma fada no front: Rubem Braga em 39*, organizada por Carlos Reverbel, de 1994; e *Um cartão de Paris*, por Domício Proença Filho, de 1997. Desta última, cuja ênfase maior está na memória e no lirismo, de um conjunto de 36 crônicas, publicadas entre 1988 e 1990, no jornal O Estado de São Paulo, apenas duas, “As músicas de Deus” e “O milagre da pintura”, tocam de leve em questões sociais relacionadas ao distanciamento dos habitantes da cidade grande das forças da natureza (a noite, o vento do mar) e a parcialidade dos que criticam aspectos da arte, colocando-lhe limites.

A segunda, por sua vez, com quarenta crônicas publicadas, de julho a outubro de 1939, em plena Segunda Guerra Mundial, na Folha da Tarde de Porto Alegre, mostra um Braga combativo, ácido e contundente em suas denúncias. Em nada menos que 25 crônicas – “Cadeia”, “Nossos aliados”, “Sobre livros”, “O maquinista João”, “Filhos do Rio Grande”, “Arianismo”, “Os coloninhos”, “Setembro, chuva”, “Fora do barulho”, “Guerra”, “Uma fada no front”, “Fale a associação”, “Chô, urubu”, “Uma festa”, “Crianças com fome”, “Doutor jornalista”, “Sopa e champagne”, “Um gaúcho”, “O” e “Um”, “Pescadores”, “Blumental”, “Poetisas”, “Sereia de Ramos”, “SPAAN”, “Um fato” e “Mais um fato” –, Braga ataca comerciantes inescrupulosos que lucram com a guerra, manifesta desprezo pela ideologia nazista e expressa o cáldo amor à Alemanha; defende os índios guaranys, os pescadores de Tramandaí e os homens simples e honestos que são explorados pela elite econômica; reivindica uma política de libertação econômica; apóia campanhas em benefício de crianças com fome e a ação da Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados; faz observações sobre o surgimento dos cursos superiores de jornalismo; questiona comentário de Érico Veríssimo de que “O escritor no Brasil pode viver do que escreve”; critica a burocracia para a obtenção do registro profissional de jornalista e denuncia falcatruas da Missão Salesiana do Mato Grosso. Este é, certamente, o volume de crônicas que melhor revela a faceta combativa de Rubem Braga, em sua vertente social.

Pode-se dizer, com alguma margem de segurança, que Braga, como bom jornalista que era, fez o que muitos outros profissionais da imprensa fizeram e fazem, e nisto não há grande novidade. O grande diferencial da sua atuação estava, portanto, num estilo pessoal que harmonizava, com grande habilidade, a informação com os deslocamentos de sentido que imprimia aos seus textos, colocando a nu, com sua habitual ironia, os discursos dominantes. Mais do que nos fatos, a denúncia se dava no terreno da própria linguagem, o que, não poucas vezes, exasperou os que o perseguiam e detratavam.

Às suas crônicas, pode-se aplicar com justeza o que disse Fábio Lucas sobre o romance social.

Os melhores romances de caráter social são justamente aqueles que primam pela negação do sistema que nega o homem, que o tritura na sua máquina de produção, que o mutila, que reduz os

seus horizontes, que o transforma em coisa.<sup>9</sup>

## 2. Olhares sobre o cronista

A trajetória do cronista, na perspectiva dos seus trabalhos publicados em livro, dá a idéia de que ele se tornou, com o passar dos anos, menos afeito aos temas políticos. São visíveis os sinais de que se desiludira, ao longo de décadas de atuação na imprensa, não exatamente quanto à pretensão de alterar alguma coisa no mundo com sua atividade literária e jornalística, mas na ênfase que dava às suas denúncias e à energia que investia no “bom combate”.<sup>10</sup> Conformara-se, talvez, com a idéia de que já havia feito a sua parte. Isto é claramente visível quando se compara a ênfase social dos seus dois primeiros livros com o tom cada vez mais desinteressado de suas últimas obras. A sua imagem pessoal, nos últimos decênios de sua vida, mais especificamente a partir dos anos 70, era, sobretudo entre alguns intelectuais cariocas, a de um “comodista”, de um “descrente”, quando não de um “cínico”.

Na biografia escrita por Marco Antonio de Carvalho, o jornalista Franklin Martins refere-se ao fato de que o cronista

nunca foi visto em uma passeata e discordava do amigo Sérgio Buarque de Hollanda, quando este se juntava aos atores e estudantes e ainda carregava o filho. “Bobagem do Sérgio, ir a essas assembléias e ainda levar o Chico!”<sup>11</sup>

Tratava-se, diz Marco Antonio, de uma opção pelo individual, de “uma opção por não participar mais das lutas”<sup>12</sup>.

No entanto, Braga continuava a exercer, no âmbito privado, a sua opção moral de oposição e de resistência. Exemplo disso foi a acolhida que deu ao líder estudantil capixaba Sebastião Maciel de Aguiar, que

durante cerca de um ano (...), almoçou, jantou e dormiu na casa do Braga. Sem dinheiro, sem emprego, assustado com a repressão, o poeta capixaba sobreviveu vendendo *A cidade a roça*, que Rubem doou à sua causa particular.<sup>13</sup>

Por atitudes como esta, espalhou-se o boato de que apoiou a guerrilha urbana no Rio de Janeiro, no início dos anos 1970, fato improvável e nunca comprovado.

Do ponto de vista de sua atuação jornalística, o referido afastamento dos temas políticos é apenas parcialmente verdadeiro. Se, de fato, é possível constatar isto no tom de suas crônicas publicadas em livro, não se pode dizer tanto no que se refere aos textos que se restringiram às páginas dos jornais. Embora visivelmente mais cético e desencantado, ele continuou se posicionando, ainda que episodicamente, sobre questões políticas e sociais até o final de sua vida. Exemplo disso é o episódio da censura que sofreu, nas páginas do jornal Estado de São Paulo, por ter declarado seu voto a Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições para presidente da República, em 1989. O caso é narrado por Marco Antonio de Carvalho.

Braga resolvera sair do Estadão meses antes, em dezembro de 1989, quando do debate entre Collor e Lula, no segundo turno para a presidência. Deixara claro, no final do texto para o jornal, que votaria no candidato do PT, “o bronco Lula” – mas sua frase de apoio ao candidato petista foi cortada por Augusto Nunes, editor do jornal que apoiava Collor, um gesto que faria o jornalista se penitenciar pelo resto da vida. Não que Nunes tivesse outra opção.

No dia seguinte, Rubem telefonou para Nunes e deixou claro que não concordava com aquilo e que não seria mais colaborador do jornal. Por mais que Augusto explicasse que não era dono do jornal, que tinha de administrar uma situação delicadíssima – os jornalistas, na redação, sabidamente, apoiavam Lula, mas os donos do jornal eram claramente a favor de Collor –, Rubem insistiu: não queria mais ter seu nome nas páginas do Estadão.

Pouco depois, no entanto, recebeu um telefonema do Rio. Era Fernando Sabino, que insistia: ‘Não aceite a demissão do Rubem, Augusto’. E explicou: o cronista estava muito doente e precisava de dinheiro. Nunes, então, voltou a entrar em contato com Rubem. Dessa vez, conseguiu demovê-lo. E Braga retornou às páginas do jornal, onde escreveu até a véspera da morte<sup>14</sup>.

Atitudes como esta contribuíram, certamente, para que, ainda que num círculo bastante restrito de amigos, jornalistas e leitores atentos, a atuação jornalística contundente e até panfletária do escritor não fosse de todo ignorada. Na reportagem intitulada “O guerreiro gentil”, publicada em março de 1991 na revista *Imprensa*, diz o jornalista Múcio Borges da Fonseca:

Rubem Braga foi o cronista suave do mar, do vento e dos passarinhos. Mas por trás desse homem doce, havia também o jornalista panfletário, corajoso e ferino.

Ele continuará sendo lembrado como um dos maiores, senão o maior cronista brasileiro. Era admirável a maneira como pinçava temas aparentemente banais do cotidiano – passarinhos, por exemplo, e mar e vento, e pescarias, a borboleta amarela, um pé de milho – para escrever belos textos suaves e líricos. Mas, por trás do cronista Rubem Braga, que morreu às vésperas do último Natal, havia também um valente e talentoso panfletário. Um jornalista sério, capaz de indignar-se contra o que via de errado e ruim à sua volta. Um homem de caráter.

Era um panfletário bissexto, de frases curtas e secas, esgrimadas com elegância e certo bom humor. Bem mais contido que o seu contemporâneo Carlos Lacerda – cujo estilo copioso mais parecia uma enxurrada, a levar de arrastão a multidão de seus desafetos – porém igualmente ferino. Esse Rubem Braga panfletário, de quem poucos se lembrarão hoje, pode ser encontrado, por exemplo, na releitura das páginas de *Comício*, semanário político de vida efêmera que circulou no Rio de Janeiro – então a Meca da Imprensa brasileira – no ano já distante de 1952. Braga dividia a direção com Rafael Corrêa de Oliveira, um jornalista muito atuante na época, e mais Joel Silveira, seu amigo de sempre, desde os tempos de *Diretrizes*, o semanário mítico fundado por Samuel Wainer no final dos anos 30, em pleno Estado Novo do então ditador Getúlio Vargas.<sup>15</sup>

Por sua vez, o jornalista e crítico literário, Leo Gilson Ribeiro, chama a atenção, no artigo “70 anos. É mesmo?”, para a impossibilidade de se dissociar a crônica de Braga do seu autor. “As atitudes públicas confirmam a mesma retidão ética das crônicas, as decisões quixotescas, a mesma cor de lirismo dos livros”, diz ele e cita a seguinte declaração do poeta Carlos Drummond de Andrade:

Mas há nele (em Rubem Braga) também um cidadão vigilante que, sob a aparência de tédio, quando acha necessário, diz as verdades valentes que ficam na garganta dos outros. Enfim, o capitão Braga é uma parada!<sup>16</sup>

Diz, ainda, Leo Gilson Ribeiro:

Rubem Braga não se limita a citar gráficos e estatísticas desumanos, não é um engagé sem talento que meramente papagueia as manchetes dos jornais sobre o Manicômio Judiciário ou sobre o excesso de presos na Casa de Detenção. Senão, ele seria apenas um extrato do IBGE. Mas a sua funda amargura, o seu desgosto para com a coletividade humana na latitude brasileira são abrandados – nunca alienados – pela esperança paradoxalmente cética de um futuro mundo melhor, mais equânime, menos vil. (...)

Se o leitor se identifica freqüentemente com o autor, uma das razões para esta afinidade (que muito tem do encanto de um diálogo entre dois seres através de uma página impressa) não é apenas a simplicidade do vocabulário. Nem o despreendimento com relação a qualquer grandiloquência demagógica. É que Rubem Braga todo ele poreja os anseios insopitáveis da condição humana: a liberdade, a justiça, a democracia.<sup>17</sup>

Não há, a rigor, uma contradição entre o “comodismo” e a “descrença” do (agora literalmente)

*velho* Braga e a sua atuação como jornalista. Na verdade, desde seus primeiros textos da juventude, ele nunca foi otimista, nem manifestou qualquer ilusão no sentido de que as suas crônicas e reportagens pudessem, de fato, alterar, de forma mais substancial, o rumo dos acontecimentos. Sua militância política foi mínima e, ainda jovem, recusara as propostas de pertencer a um partido político, por várias razões, dentre as quais se destacava a preservação da sua independência de pensamento e de expressão.

O jornalista Fernando Pedreira relata um caso curioso: o então jovem escritor recusara o insistente pedido de amigos para se filiar ao Partido Comunista por este falar mal da pequena burguesia e dos pequenos burgueses. Pedreira cita personagens célebres, a exemplo de Lutero, Voltaire, George Orwell, Bertrand Russell, Soljenitsin e Sakharov, como pertencentes “a uma família de homens que se distingue por uma espécie de renitente e feroz independência de espírito e de julgamento”. Diz que “Braga tinha toda a razão do mundo, há quarenta ou cinquenta anos, de se recusar a renegar a sua (nossa) modesta e brava condição própria”.

A história do seu teimoso orgulho de pequeno-burguês e da sua recusa em banhar-se nas águas do Jordão comunista, onde já estavam mergulhados tantos dos seus companheiros de juventude, foi-me contada e repetida por ele próprio, até que um dia, em abril de 1979, eu a reproduzi num desses artigos de domingo.

E acrescenta, em seguida, uma observação que nos parece bastante pertinente:

Seria certamente falso tentar fazer, do doce e mal-humorado urso que foi Rubem Braga, uma figura política, embora, em 1945-46, ele tenha relutantemente militado na Esquerda Democrática de João Mangabeira e Hermes Lima. O exemplo do cronista, antes de político, foi moral. Numa hora em que parece tão desesperadoramente grande a confusão de idéias e de valores entre seus colegas jornalistas, não há-de ser supérfluo assinalar a herança, a lição do Braga.<sup>18</sup>

Que não se busque, portanto, grandes distâncias ideológicas entre o jovem “velho Braga” que, nos anos 30, buscara a voz das ruas e escrevera, no Recife, “alguns dos textos mais agressivos já escritos na imprensa brasileira contra a poderosa Igreja, seus sacerdotes e fiéis”<sup>19</sup>, e o velho “velho Braga”, que, em sua cobertura em Ipanema, nos anos 60, como celebridade das letras nacionais, vivia “o paradoxo de ser um descrente que crê, um casmurro cercado de dezenas de amigos, um solitário rodeado de mulheres”<sup>20</sup>.

A visão parcial da obra e da pessoa ou *persona* de Rubem Braga dá margem, portanto, a equívocos tais como o de acreditar que se tratava de um cronista alienado da realidade social e política brasileira do seu tempo, acomodando-se, efetivamente, ao longo dos anos; ou, no extremo oposto, que tenha sido, em algum momento ao longo da sua história, um militante político aliado a grupos de esquerda, um comunista convicto, com planos de derrubada do poder e mudança do sistema político e econômico, idéia que, como veremos adiante, ele ironizava, com freqüência, em suas crônicas. O que não o impediu de realizar, ano após ano, uma oposição dura e às vezes feroz a todas as formas de arbitrariedade.

## Frentes de ação

Deve-se ressaltar, entretanto, que, embora não fosse filiado a nenhum partido político, Rubem Braga atuou como repórter e editor de jornais de esquerda, tanto no período da ditadura de Getúlio Vargas, como na ditadura militar de 1964. Em 1935, por exemplo, no Recife, onde morou alguns meses, ajudou a fundar o jornal *Folha do Povo*, porta-voz da *Aliança Nacional Libertadora*, ligado ao Partido Comunista. De volta ao Rio, trabalhou no jornal *A Manhã*, fechado pelo governo, e no semanário *Diretrizes*, ao lado de Samuel Wainer.

No início dos anos 50 dirigiu, ao lado de Joel Silveira e Rafael Correa de Oliveira, o tablôide



O *Comício*, no qual, lembra Múcio Borges da Fonseca:

(...) ele fazia um pouco de tudo. Além de assinar uma coluna, que usava geralmente para cartas satíricas a merecerem ainda hoje uma antologia, escrevia também pequenos editoriais e a seção intitulada “O dia do presidido”. Era uma réplica da seção que Última Hora inaugurara para noticiar as atividades de Vargas – novamente no poder depois de haver ganho, desta vez democraticamente, as eleições de 1950 – e que não conseguiam o desejado espaço no Correio da Manhã, no Diário de Notícias e em outros grandes jornais da época, todos na mais ferrenha oposição ao ex-ditador.<sup>21</sup>

A atuação diária em periódicos da oposição, de tendências declaradamente esquerdistas, não era, aliás, incomum aos escritores e intelectuais da geração de Rubem ou da imediatamente posterior. Como se pode ver no seguinte trecho da reportagem de Múcio:

Segunda-feira era o dia de fechamento. Numa carta ao presidente da ABI – Associação Brasileira de Imprensa –, Herbert Moses, Rubem Braga contava o corre-corre, habitual em todas as redações: “O Joel na oficina, o Otto custando a mandar o Senado, a Hilde e o Fernando se desentendendo, o Castelo de vale na mão. Eu acabo comendo um sanduíche qualquer, entre uma legenda apressada e um telefonema aflito”.

Ele se referia, além de Joel Silveira, a Otto Lara Rezende, Hilde Heber, Fernando Sabino e Carlos Castelo Branco, todos colaboradores de *Comício*. Um time de primeira, do qual faziam parte ainda Antonio Maria, Sérgio Porto, Millôr Fernandes, entre muitos outros.<sup>22</sup>

A carta a Moses, esclarece Múcio, fora escrita por Braga para protestar contra o almoço que a ABI oferecera a Vargas, agraciado com o título de “Sócio Grande Benemérito” da entidade.

Para Rubem, a tal homenagem só merecia um adjetivo: “calhorda”. E acrescentava, irônico: “Não, Moses, não me inclua, por favor, entre aqueles pessimistas negadores e apaixonados deturpadores de que falou no discurso. Sou dono de um excelente fígado que nem os licores da velha Escócia falsificados nesta praça, nem os governos do sr. Vargas afetaram jamais. Enfim, o que se disse no banquete está dito; o que se comeu, comido; o que se bebeu, bebido. Eu é que não vou atrapalhar a digestão de ninguém – e em tempos de Vargas já me julgo feliz em comer sanduíche numa redação e não feijão bichado numa cadeia, o que já me sucedeu, a mim e a jornalistas melhores.”<sup>23</sup>

Múcio assinala o fato, pouco referido na biografia do escritor, de que

Rubem Braga, no exercício de sua profissão, amargou várias prisões. A primeira no Recife, aonde chegou com 22 anos, nos idos de 1935, para trabalhar como repórter da Folha do Povo, jornal comunista que, desde então, existiu intermitentemente, aos trancos e barrancos, até o golpe militar de 1964. Outra vez, em Porto Alegre, sempre durante o Estado Novo, foi desterrado por ordem do interventor Cordeiro de Farias. A polícia colocou-o à força num navio e assim ele saiu expulso da capital gaúcha.<sup>24</sup>

Sua única experiência de militante, diz Múcio, “foi, mesmo, quando ajudou a fundar, em 1946, ano da redemocratização, o Partido Socialista Brasileiro, de cuja Comissão Nacional chegou a fazer parte durante algum tempo. “A pouca política de que sou capaz” – confessou num dos seus artigos – “eu a faço dentro do meu ofício, que é escrever nas gazetas.”

O semanário *Comício*, enquanto durou a sua curta vida, deu-lhe essa oportunidade. E assim, o panfletário que no fundo existia dentro dele, convivendo com o cronista de temas amenos, e que só emergia vez por outra, aqui e ali, quando mais intensa e regular. Num dos artigos dessa fase, ele

abriu fogo contra a insensibilidade das elites brasileira diante do agravamento da miséria no país. “Ou essa gente enlouqueceu ou não pode ver essa paisagem sombria e tensa, não pode ouvir esses murmúrios que vão subindo, vão subindo.” E recitava, a esses “ricos insensatos”, uma “boa rajada de vento das ruas”, a fim de que acordassem, finalmente, para a realidade cá fora...

Noutro artigo, abordou o problema das favelas e da invasão de terrenos que, naquela altura, já existia e preocupava. Esbravejava o velho Braga: “Podemos, com o fogo, e depois com as pauladas e o revólver, impedir que eles morem em algum lugar”.

Tudo isso foi há 40 anos. E a leitura desses antigos artigos flamejantes, tão distantes e remotos, bem mostram que o país, de lá pra cá, quanto mais mudou, mais permaneceu a mesma coisa...<sup>25</sup>

A reportagem assinala um dado importante do perfil de Braga, como jornalista-escritor: o de ser “uma espécie de lobo solitário”, resistindo “a se engajar em grupos ou facções”. Na sua atividade jornalística, batia firme tanto à direita como à esquerda do espectro político, a exemplo da crônica “Os comunistas”, na qual responde às críticas feitas por Jacob Gorender e questiona o conceito de “Nacionalismo” de algumas correntes políticas.

Diz Braga:

Nacionalismo como o entendo não é o ódio ao estrangeiro, xenofobia, e muito menos ditadura; é simplesmente defesa dos interesses do povo de cada país contra a exploração econômica ou (e) a opressão política por parte de outras potências. Esse nacionalismo defensivo é que é necessário ao Brasil. Ele deve ser objetivo, prático, e não místico: Nada me desgosta mais do que o primarismo dos anti-comunistas que vêem tudo da Rússia como obra de capetas ou o tom longamente adotado pela “Imprensa Popular” divisando em tudo que é norte-americano corrupção, imperialismo, bestialidade, ignorância.<sup>26</sup>

Essa independência de opinião e a disposição de “atirar para todos os lados”, conforme a sua consciência, afastaram-no de qualquer ação político-partidária. Ele nunca foi um político, no sentido mais restrito da palavra. Muito menos um comunista, como acreditavam muitos dos seus detratores de direita. Nesse sentido, tem razão o jornalista Fernando Pedreira, quando afirmou, conforme assinalamos anteriormente, que “Seria certamente falso fazer, do doce e mal-humorado urso que foi Rubem Braga, uma figura política”.<sup>27</sup>

Ao lado do raro talento de cronista, seu patrimônio maior como homem e como profissional foi sua indobrável independência de caráter e de atitudes, sua recusa a aderir a igrejas, patotas, partidarismos; ou a aceitar compromissos que lhe anulassem a liberdade e a maneira de ser. O Braga morreu íntegro e inteiro, como viveu. Viva o Braga.<sup>28</sup>

Tais características da crônica bragueana parecem ser estranhamente desconhecidas por críticos e historiadores da literatura brasileira, que insistem em ignorar ou minorar o perfil combativo do *velho urso*. Há exemplos surpreendentes, como o do poeta, ensaísta e professor universitário Affonso Romano de Sant’Anna, que, em entrevista à jornalista cearense Ana Karla Dubiela, autora do livro *A traição das elegantes pelos pobres homens ricos*, afirma que a crônica feita nos anos 40, 50 e 60, por Braga e outros “grandes mestres” do gênero, como Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos, é uma crônica anedótica, é uma crônica lírica, é uma crônica muito sobre o quadro da zona sul carioca, às vezes, mas falta, em geral, nessa crônica, a densidade política”. Densidade esta que “só começa a aparecer, sistematicamente, a partir dos anos 70 para 80”, e que, segundo Sant’Anna, foi acentuada por ele próprio e por Arnaldo Jabor.<sup>29</sup>

Tal afirmação é contestada pelo jornalista, escritor e biógrafo Marco Antonio de Carvalho, que, nas orelhas do livro de Ana Karla, dá a seguinte declaração:

(...) Dubiela não cai no conto que pretende que a crônica somente se torna política e engajada nos anos 70, depois da violência do AI-5 e da censura. Braga, dessa forma, seria aquilo que se convencionou chamar de ‘alienado’, uma crítica que a esquerda filiada à visão comunista fez durante décadas ao trabalho do cronista.

Ora, Rubem Braga, para citar apenas ele, foi um cronista panfletário, político, de temática social, desde seus primeiros tempos, aos 15 anos, no jornal dos irmãos, e em Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Porto Alegre, antes ainda de completar 25 anos. Essa atuação lhe rendeu perseguições, fugas, prisões e processos, a tal ponto que, durante anos, Braga teve que assinar suas crônicas com pseudônimos e, poucos anos antes de morrer, teve uma crônica censurada no jornal O Estado de São Paulo ao declarar que votaria no candidato Luís Inácio Lula da Silva, na disputa deste com Fernando Collor. O Estadão apoiava Collor.

Ao contrário do que pretendem os apressados, Braga escreveu sobre as misérias do país a vida inteira, apesar de si mesmo: preferia, e nunca escondeu isso, falar da beleza feminina, de um pôr-do-sol em Ipanema, do canto de um pássaro, de um encontro com os amigos, da simples visão de um entardecer, temas considerados fúteis pelos bem-pensantes, que buscam textos, antes de tudo, úteis<sup>30</sup>.

No acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, encontra-se, como já observamos no início deste artigo, um número impressionante de textos, entre crônicas, artigos, notas, comentários e reportagens nos quais Rubem Braga se posiciona, de forma enfática e contundente, sobre quase todos os temas relevantes, nas áreas da política, da economia, da diplomacia, da cultura, da ciência, dos costumes, da religião, da tecnologia.

A sondagem desse acervo comprova a dura crítica política tão freqüente nas crônicas de Rubem Braga nos períodos em que as ditaduras – de Getúlio e a do governo militar implantado em 1964 – deram o tom do arbítrio. É o caso das crônicas “Lacerda e sua política”, publicada no *Jornal do Brasil* em 21 de abril de 1965, “Os filhos dos torturadores” (*Revista Nacional*, 24 de março de 79), “As virtudes militares” (28 de agosto de 1964) e “As delícias da prisão” (29 de setembro de 1964). Ou aquela que denuncia a arbitrariedade da polícia e dos poderes constituídos, a exemplo de “Carro de genro” (5 de agosto de 1948). Tal acervo, analisado exaustivamente em minha tese de doutorado, é tema de outros artigos e de livro cujas publicações, previstas para 2010, reforçarão a construção de uma outra imagem do *velho urso* de Cachoeiro do Itapemirim – bem distinta (e distante) da do cronista ameno, das mulheres e dos passarinhos, que define o grande escritor que todos nós aprendemos a admirar.

## Notas

<sup>1</sup> Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa / FCRB. “A honra da farda”. *Jornal do Brasil*, 30/10/1964.

<sup>2</sup> Arquivo da FCRB. “A doce impunidade”. *Diário de Notícias*, 6/1/1965.

<sup>3</sup> “Lembrança do jovem Braga (I)”. Artigo publicado por Moacir Werneck de Castro, no *Jornal do Brasil*. Arquivo da FCRB, sem data.

<sup>4</sup> CARVALHO, Marco Antonio de. *Rubem Braga: um cigano fazendeiro do ar*. São Paulo: Editora Globo, 2007, p. 291.

<sup>5</sup> CARVALHO, Marco Antonio de, *op. cit.*, p. 246.

<sup>6</sup> Arquivo da FCRB. “Recado ao secretário”. Edição de 29/4/1951. Periódico não identificado.

<sup>7</sup> Limitamo-nos aqui às crônicas publicadas em livro. As inéditas, preservadas no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ), são objetos de análise na tese de doutorado do autor, defendida em junho de 2009, sob o título *Crítica social na obra de Rubem Braga: o olhar irônico do cronista em seis décadas da história brasileira*.

<sup>8</sup> BRAGA, Rubem. Nãzinha. In: *O conde e o passarinho e Morro do isolamento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1961, p. 187-190.

- <sup>9</sup> LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970, p. 55
- <sup>10</sup> A exceção fica por conta das questões ecológicas.
- <sup>11</sup> CARVALHO, Marco Antonio de, *op. cit.*, p. 509.
- <sup>12</sup> *Idem*, p. 528.
- <sup>13</sup> *Idem*, p. 510.
- <sup>14</sup> *Idem*, p. 556.
- <sup>15</sup> *Imprensa*, edição de março de 1991. Reportagem de Múcio Borges da Fonseca.
- <sup>16</sup> Acervo da FCRB. Data e periódico não identificados.
- <sup>17</sup> *Ibidem*.
- <sup>18</sup> Arquivo da FCRB. "Viva o Braga". *Jornal do Brasil*, 6/1/1991.
- <sup>19</sup> CARVALHO, Marco Antonio de, *op. cit.*, p. 226.
- <sup>20</sup> *Idem*, p. 441.
- <sup>21</sup> Arquivo da FCRB. *Revista Imprensa*, 1991.
- <sup>22</sup> *Ibidem*.
- <sup>23</sup> *Ibidem*.
- <sup>24</sup> *Ibidem*.
- <sup>25</sup> *Ibidem*.
- <sup>26</sup> Arquivo da FCRB. Data e periódico não identificados.
- <sup>27</sup> *Ibidem*.
- <sup>28</sup> Arquivo da FCRB. "Viva o Braga". *Jornal do Brasil*, 6/1/1991.
- <sup>29</sup> DUBIELA, Ana Karla. *A traição das elegantes pelos pobres homens ricos: uma leitura da crítica social em Rubem Braga*. Espírito Santo: Edufes, 2007.
- <sup>30</sup> *Ibidem*.

### Referências bibliográficas

ARQUIVO DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA / FCRB, RIO DE JANEIRO  
 BRAGA, "A monótona desgraça". Periódico não identificado, 13/11/1948.  
 BRAGA, Rubem. "A nova lei". Periódico não identificado, 30/08/1958.  
 BRAGA, Rubem. "A honra da farda". *Jornal do Brasil*, 30/10/1964.  
 BRAGA, Rubem. "A doce impunidade". *Diário de Notícias*, 6/1/1965.  
 BRAGA, Rubem. "Recado ao secretário". Periódico não identificado, 29/4/1951.  
 CASTRO, Moacir Werneck. "Lembrança do jovem Braga (I)". *Jornal do Brasil*, s/d.  
 FONSECA, Múcio Borges da. *Imprensa*. Março, 1991.  
 LIVROS

BRAGA, Rubem. *O conde e o passarinho e Morro do isolamento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Sabiá, 1961.  
 BRAGA, Rubem. *Crônicas da guerra na Itália*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.  
 BRAGA, Rubem. *Um pé de milho*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982.  
 BRAGA, Rubem. *O homem rouco*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.  
 BRAGA, Rubem. *A borboleta amarela*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.  
 BRAGA, Rubem. *O verão e as mulheres*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1991.  
 BRAGA, Rubem. *Ai de ti, Copacabana!* 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.  
 BRAGA, Rubem. *A traição das elegantes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982.  
 BRAGA, Rubem. *Recado de primavera*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1991.  
 BRAGA, Rubem. *As boas coisas da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1988.  
 BRAGA, Rubem. *Uma fada no front – Rubem Braga em 39*. Seleção de Carlos Reverbel. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.  
 BRAGA, Rubem. *Um cartão de Paris*. Seleção de Domício Proença Filho. Rio de Janeiro: Record, 1997.  
 CARVALHO, Marco Antonio de. *Rubem Braga: Um cigano fazendeiro do ar*. São Paulo: Editora Globo, 2007.

- DUBIELA, Ana Karla. *A traição das elegantes pelos pobres homens ricos: uma leitura da crítica social em Rubem Braga*. Espírito Santo: Edufes, 2007.
- LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.
- RIBEIRO, Carlos. *Caçador de ventos e melancolias: um estudo da lírica nas crônicas de Rubem Braga*. Salvador: Edufba, 2000.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOSI, Alfredo. *O pré-modernismo – a literatura brasileira*. Vol. V. 5. ed. São Paulo: Cultrix.
- BRITO, Mário da Silva. *Antecedentes da semana de arte moderna*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- PEREIRA, Wellington. *Crônica: a arte do útil e do fútil: ensaio sobre a crônica no jornalismo impresso*. Salvador: Editora Calandra, 2004.
- SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1985.



# ENSAIO

## A TELEVISÃO DIGITAL, A CONVERGÊNCIA, A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDOS PARA CELULARES E RECEPTORES MÓVEIS

Sérgio Mattos\*

O objetivo deste trabalho é discutir a TV Digital a partir da perspectiva da convergência midiática que eliminou as diferenças entre telefonia, TV a Cabo, e sinal de TV entre outros, concentrando especial atenção no papel desempenhado pelo celular como mídia digital e sua influência na reestruturação do modelo de negócio que está sendo implantado no país devido à chegada da tecnologia digital. Este trabalho, que não é conclusivo, descreve as tendências da Televisão Digital paralelamente ao avanço do celular como participante ativo e determinante do processo. Isto porque o celular transformou-se num meio de comunicação de massa ao lado do jornal, rádio, televisão e internet.

Pretende-se, ao longo deste trabalho, identificar e descrever o papel do aparelho Celular Digital, abordando o papel que esta nova mídia pode ter na popularização do sistema digital devido a sua mobilidade, portabilidade e possibilidades imensuráveis de transmissão de conteúdo em tempo real, permitindo ainda um alto grau de interatividade, sem deixar de considerar aspectos da produção e distribuição de conteúdos pelos novos agentes em atuação no mercado. Para tanto este trabalho está dividido em seis partes: 1) Breve histórico da TV Digital; 2) Convergência Digital; 3) Celular: portabilidade, mobilidade e interatividade; 4) Disputas entre operadoras de teles e radiodifusores; 5) Produção e distribuição de conteúdos; e 6) Perspectivas/Tendências.

### BREVE HISTÓRICO DA TV DIGITAL NO BRASIL

O Brasil deu os primeiros passos em direção à modernização de sua infra-estrutura televisiva durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1999, quando os estudos e testes para a mudança do sistema analógico para o digital foram iniciados com mais afinco. A decisão pelo padrão japonês, que foi o adotado, arrastou-se por quase uma década, alimentando a concorrência internacional entre os detentores da tecnologia. Os primeiros testes, visando a implantação de alta definição no Brasil, foram realizados entre setembro de 1999 e março de 2000 em laboratório montado na Universidade Mackensie, em São Paulo, com equipamentos doados pela NEC. Em outubro de 1999, a Anatel, em parceria com a TV Cultura e outras entidades, realizou transmissões experimentais do padrão americano ATSC. Em novembro de 1999 foi testado o padrão europeu DVB-T e em

---

\*Texto apresentado no INTERCOM 2009 - XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO CURITIBA - PARANÁ, Professor do Curso de Comunicação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

dezembro, foi a vez do padrão japonês ISDB-T. Na época, a imprensa paulista registrou que dos sistemas testados, o europeu e o japonês foram os mais bem aceitos.

O ano de 2001 foi muito rico em debates e estudos envolvendo as telecomunicações, TV a Cabo, sistemas de TV Digital entre outros. Não passaram despercebidas também as discussões em torno das propostas regulatórias, tais como a Lei de Radiodifusão, a Lei de Comunicação Eletrônica de Massa e a Lei Geral de Telecomunicações, com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) assumindo a responsabilidade sobre o setor de radiodifusão. Este período coincide também com os investimentos estrangeiros no Brasil na área das telecomunicações, a exemplo da empresa espanhola Telefônica que, no período de 1998 a 2000, investiu mais de US\$ 14 bilhões na América Latina, dos quais US\$ 8 bilhões no Brasil (Mattos, 2009).

Foi durante o mesmo período que o aparelho celular começou a se transformar no objeto de desejo dos brasileiros, evoluindo do sistema analógico para o digital. O celular, primeiro, transformou-se em provedor de música e, em seguida, passou a ocupar o patamar em que se encontra hoje, como uma nova central de mídia, que além de garantir a portabilidade e receber o sinal de TV, permitirá o armazenamento de conteúdos. O modelo de negócio está baseado em parcerias entre provedores de conteúdos e fabricantes ou operadoras de celular.

Só a partir do dia 26 de novembro de 2003, quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou o Decreto 4.901 foi que as bases para a definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) foram estabelecidas. No decreto, que marcou o início de escolha do sistema apropriado para a transição tecnológica (do sistema analógico para o digital) do principal meio de comunicação do Brasil, evidenciava-se a promoção da inclusão social e a diversidade cultural do país, com o objetivo da democratização da informação. Entre a publicação desse decreto e a escolha do sistema, muitas experiências foram feitas e debates promovidos.

A escolha da tecnologia japonesa como base do sistema digital brasileiro foi definida por meio do Decreto 5.820/2006, que estabeleceu inclusive as diretrizes do processo de transição, privilegiando, além da interatividade e da alta definição “a transmissão digital simultânea para recepção fixa, móvel e portátil”. No dia 2 de dezembro de 2007, o padrão de TV Digital terrestre adotado foi finalmente implantado inicialmente em São Paulo e posteriormente nas principais cidades do país. A partir de então, os grupos de mídia passaram a produzir seus programas em HDTV. De acordo com a estratégia e cronograma estabelecidos para a transição tecnológica, o desligamento do sistema analógico está previsto para acontecer no ano de 2016 (Cabral, 2008; Castro, 2009).

Vale destacar que, no dia 19 junho de 2009, a Procuradoria Geral da República considerou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo PSOL contra o Decreto 5.820/2006, que instituiu o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD). A justificativa da Ação é a de que o SBTVD não é uma simples atualização de tecnologia de transmissão de TV, pois a digitalização cria novas possibilidades de comunicação para as concessionárias, caracterizando-se, portanto, como um serviço diverso da transmissão analógica, o que aponta para a necessidade de nova outorga de concessão de canais.

O padrão de transmissão digital adotado pelo Brasil é o SBTVD-T (Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre) com base no padrão de transmissão ISDB-T, utilizado no Japão.<sup>1</sup> Este sistema de transmissão digital foi escolhido porque segundo o governo este oferecia custos mais baixos e maior facilidade na transferência de tecnologia e mobilidade. A TV Digital, de acordo com informações oficiais referentes a 30 de julho do corrente ano, já foi implantada em 22 cidades brasileiras, onde vivem 95 milhões de pessoas, ou seja, 50% da população cujos domicílios estão equipados com televisores.

De acordo com o Fórum de TV Digital, entidade que reúne fabricantes, emissoras e governos, já existem 1,6 milhão aparelhos receptores de televisão digital no país. Este total inclui “cerca de 1,2 milhão de TVs com receptores integrados ou com caixas decodificadoras e 400 mil celulares e minitelevisores com a nova tecnologia” (Adnews, 2009). Apesar disso, depois de um ano e meio de implantada, apenas 3% da população brasileira tem acesso a qualidade da TV Digital.

Em resumo, a televisão digital aberta já está convergindo com outras áreas digitais. O sinal digital pode ser recebido e editado num terminal de computador (PC) ou em notebooks, em mini-televisores móveis, instalados em aviões, automóveis e ônibus, ou em aparelhos de telefone celular. Enquanto a transmissão e recepção digital se desenvolvem com grande rapidez, só mais recentemente a Televisão Digital brasileira passou a despertar as atenções da academia. Datam de 2004 os primeiros estudos produzidos pela academia sobre a TV Digital.<sup>2</sup> Em 2007, Valério Brittos e César Bolaño organizaram um livro, *A Televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes*, no qual discutem os problemas da TV Digital brasileira e tecem comentários sobre os erros cometidos pelo governo na introdução dessa nova tecnologia no país. Como afirma Cosette Castro,

“a TV digital brasileira entra na pauta social como uma oferta diferenciada de transmissão e de produção de conteúdos audiovisuais para os canais abertos e, em pouco tempo, se tornará realidade em todo o país. Isso porque exige transformações profundas tanto na área tecnológica (com comporá de equipamentos), quanto na produção de conteúdos digitais interativos que incluam a população na nova cultura digital. Não fosse a ação de algumas organizações sociais e um plano de governo diferenciado, o tema passaria ao largo da sociedade, já que os meios de comunicação insistem em praticamente não pautar o assunto” (Castro, 2009).

A perspectiva é que a TV Digital acabe atraindo cada vez mais a atenção da academia, tendo em vista que com sua implantação já começa o movimento de reestruturação do mercado como um todo, modificando as relações entre radiodifusores, operadoras de telecomunicações e consumidores, além de influenciar no modelo de negócios que se efetivará a partir daí. O avanço da convergência entre as mídias, com TV, Internet e telefonia determinará ajustes em todos os setores inclusive no da legislação específica, porque os setores de radiodifusão e telecomunicações, hoje, são regidos por legislações distintas.

## CONVERGÊNCIA DIGITAL

Nos últimos dez anos, o cenário das comunicações sofreu significativa mudança estrutural devido ao desenvolvimento tecnológico que contribuiu para o surgimento de um ambiente de convergência midiática e para a produção de conteúdos multimídia. Isto foi possível graças ao desenvolvimento da internet e da digitalização dos conteúdos de áudio, vídeo e texto. Por meio da Internet pode-se transportar, armazenar e redistribuir produtos audiovisuais, dados e voz (VOIP – voz sobre protocolo de internet). A convergência tecnológica permitiu uma mudança na relação entre as redes de produtores e transmissores de conteúdos com os prestadores de serviços. Antes, uma rede atuava como suporte para a prestação de um único serviço. Agora, com o avanço da tecnologia, constata-se a tendência de uma mesma rede oferecer mais de um serviço.

Com a convergência digital o telefone celular pode ser usado para transmissão e recepção da voz, acessar a internet, verificar e-mails, fazer download de músicas, vídeos e filmes, fotografar, assistir programa de televisão, ouvir emissora de rádio, além de armazenar conteúdos e dados. Acrescente-se a isso o fato de que usando o celular, o usuário pode assumir o papel de receptor, transmissor e fonte de informações, rompendo assim alguns paradigmas da comunicação.

De acordo com a classificação feita pelo IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – existem quatro tipos de convergência, como a seguir:

- 1) a convergência setorial ou genérica, com a fusão empresarial entre os setores de telecomunicações, informática (TI), audiovisual (TV por assinatura) e radiodifusão (TV aberta);
- 2) a convergência entre serviços, com as mesmas aplicações e conteúdos sendo oferecidos por diferentes redes (telefonia fixa, banda larga e TV por assinatura oferecidos por diferentes redes (telefonia fixa, banda larga e TV por assinatura oferecidos como um serviço único – chamado de tripleplay – ou, ainda, todos esses mais a telefonia celular – conhecido como quadrupleplay;

- 3) a convergência entre redes, com uma mesma rede oferecendo diferentes serviços, como as redes das concessionárias de telefonia fixa ou as operadoras de TV a cabo, que conseguem oferecer ao consumidor serviços de telefonia fixa, TV por assinatura e banda larga;
- 4) a convergência entre terminais, com o mesmo terminal (fixo ou móvel) suportando diversos serviços, como no caso do aparelho celular, hoje capaz de acessar à internet ou mesmo à programação das redes de TV aberta (analogica ou digital) (IDEC, 2009).

A convergência da TV Digital com o mundo do celular passa pela evolução deste último. Em uma conferência realizada no dia 30 de outubro de 2008, promovida pelo Conselho Empresarial de Telecomunicações da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ASCRJ) sobre “O Futuro Convergente da TV Digital”, o palestrante Mário Baumgarten, da Corporate Affairs Latin America, da Nokia Siemens Networks revelou que a integração da TV Digital com a rede celular passa pela integração de padrões entre essas áreas e o modelo de negócio do audiovisual e da televisão digital. O representante da Nokia defende que “o padrão que vai convergir com a televisão digital é o GSM e sua evolução” e que “não há dúvida sobre o sucesso da integração entre o padrão DVB-H (televisão no celular) e o padrão 3GSM”. Segundo Baumgarten, tecnicamente

“o padrão DVB-T se harmoniza com o padrão celular de banda larga 3GSM. O audiovisual podendo ser transmitido pela TV aberta (DBV-T/H), paga (DBV-T/H) e pela rede celular (3GSM e DVB-H). Integram o universo da recepção do audiovisual, o home theater, o televisor standard, o automóvel, o portátil e o celular. O modelo de negócio da radiodifusão e das telecomunicações difere quanto à televisão digital e ao audiovisual e precisam convergir para o benefício do usuário e do mercado. A radiodifusão difunde um conteúdo para uma grande audiência ilimitada (em tese). É o broadcasting (de cast, lançar; e broad, largamente). Já as telecomunicações identificam seu usuário e enviam um sinal para cada um valendo-se das técnicas de streaming (transferência continuada da informação) e de download (transferência da informação em bloco). Em resumo, a radiodifusão utiliza o broadcasting com um sinal para um grande numero de usuários e as telecomunicações, o streaming com um sinal para cada usuário identificado. A radiodifusão pode difundir sinais de televisão aberta e gratuita (FTA – free to air) pelo ar com a opção de poucos canais para o usuário. Também pode difundir sinais de forma não gratuita (tevé paga) – via satélite, cabo ou micro-ondas – com uma opção maior de canais. Já as telecomunicações – incluindo a Internet – são o apanágio do conteúdo on demand. Ou seja, o usuário pede e recebe o programa desejado dentro de uma grande opção de conteúdos. Tanto a radiodifusão quanto as telecomunicações admitem a mobilidade na recepção. O sinal da radiodifusão aberta pelo ar pode ser recebido num receptor portátil (radio de pilha AM/FM) e televisor portátil). A recepção será gratuita e as opções de conteúdo, limitadas aos canais abertos. A rede de telecomunicações celulares permite que o usuário celular, dotado de um terminal apropriado, receba Internet e programação de televisão com mobilidade com ampla opção de programação” (Fonseca, 2008).

## **CELULAR: PORTABILIDADE, MOBILIDADE E INTERATIVIDADE**

A escolha definitiva do padrão digital implantado no Brasil passou por debates e, principalmente, disputas entre as empresas de radiodifusores e de telecomunicações. A disputa de interesse desses dois grupos acabou polarizando o debate em torno da questão da mobilidade e na demanda por conteúdos originais para cada mídia, permitindo interatividade. Como o padrão de TV Digital brasileiro permite a transmissão de programação para celulares, o aparelho celular passa a integrar o grupo de dispositivos portáteis de recepção de TV digital. Em princípio, o celular dotado de receptor apropriado permitirá ao usuário receber o sinal de TV Digital direto das emissoras de canais abertos, sem ter que pagar por isso. Mas, o usuário terá que assumir um custo maior para adquirir o celular capaz de receber o sinal de TV. O crescimento do número de usuários de celulares no Brasil indica que, num futuro próximo, o celular venha a ser não apenas um provedor de música, como já acontece, mas também um dos principais receptores de programas televisivos, além de ter a capacidade de armazenar

conteúdos ampliada, pois este será um diferencial a estimular a concorrência entre os fabricantes.

Segundo dados estimados pela ABINEE, a produção de telefones celulares deverá totalizar 52 milhões de unidades em 2009, 29% abaixo de 2008 (73 milhões de unidades). Em 2008, o Brasil adicionou 30 milhões de novos usuários de celular e, segundo dados da Anatel referente a julho de 2009, o Brasil alcançou 161,92 milhões de assinantes, ou seja, o número de celulares no país é quase o dobro do número de televisores. De acordo com dados postados no Portal da Anatel, em julho de 2009, três estados brasileiros, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e São Paulo, superaram a barreira de um celular por habitante, após registrarem índices de teledensidade de 100,62; 100,61; e 100,09 respectivamente. Entretanto, desde maio de 2005, o Distrito Federal já registrava uma teledensidade de 103,83.

Para se ter uma idéia da participação do celular como um novo canal de mídia capaz de revolucionar a transmissão de conteúdos televisivos, basta considerarmos o que vem acontecendo no setor musical.

“De acordo com a Associação Brasileira de Produtores de Discos (ABPD), as vendas de CDs e DVDs físicos caíram 31,2% em 2007, na comparação com o ano anterior, para R\$ 312,5 milhões. O faturamento proveniente dos telefones móveis cresceu 127% para R\$ 18,5 milhões e ficou bem acima dos R\$ 5,7 milhões gerados pela venda de músicas na internet. A Sony Music já vendeu mais de 10 milhões de faixas via celular desde que começou a operar nesse formato, em 2006 (Rahal & Moreira, 2009).

O celular passou a ser uma nova forma de se vender música digital, possibilitando às gravadoras, por exemplo, driblar os sites de download gratuito, apontando, assim, para uma perspectiva de que o celular poderá se transformar não apenas na maior fonte de receita das gravadoras de música como também dos produtores de conteúdos audiovisuais. Isto porque já começam a ser disponibilizados, via celular, filmes na íntegra, jogos, vídeos e áudio-livro, programas televisivos previamente embarcados e a recepção livre do sinal de emissoras de canais abertos de televisão.

“Em novembro de 2008, a Motorola lançou um telefone que vinha com os filmes da trilogia ‘Bourne’, prontos para ser assistidos. Também no ano passado [2008], a operadora Claro colocou no mercado um aparelho recheado com o longa-metragem ‘Batman – O Cavaleiro das Trevas’. A TIM contra-atacou com o ‘Homem-Aranha 3’. Já Nokia fechou contrato com uma empresa de audiolivros chamada Plugme e passou a oferecer conteúdo nos aparelhos. (...) A Sony Ericsson anunciou nesta semana [segunda quinzena de janeiro de 2009] ter alcançado a marca de 1 milhão de aparelhos com conteúdo embarcado da banda de pop-rock Jota Quest.”(Rahal & Moreira, 2009).

Em reportagem de capa, a *Revista da Semana*, publicada em 28 de maio de 2009, destacava que a popularização do celular capaz de captar o sinal da TV aberta tende a crescer. Esta tendência pode ser estimada pela aposta que a Rede Globo vem fazendo com relação a esta tecnologia. Considerando a realização da Copa do Mundo de 2010, a emissora pretende transmitir imagens dos jogos já adaptadas às pequeníssimas telas dos celulares. Observe-se que a FIFA já anunciou a intenção de cadastrar ao menos dez emissoras para produção de vídeos especiais para o formatinho e a Globo é uma das empresas que pretende se qualificar para tanto, porque dentro de “cinco anos haverá 50 milhões de usuários assistindo à TV aberta pelo celular” disse Octavio Florisbaldo, diretor-geral da Rede Globo, ao colunista Daniel Castro, da *Folha de S. Paulo*. Para Florisbaldo, “o celular tende a ser a segunda maior audiência da Globo, maior do que a internet, que já atrai muita gente por meio do portal Globo.com., mas que naturalmente exige uma assinatura”.

Desta forma, TV Digital no celular não é mais novidade no país.<sup>3</sup> As principais indústrias do setor, a exemplo da Samsung, Sony Ericsson e LG, já disponibilizam no mercado aparelhos capazes de receber o sinal de TV. A novidade é a chegada ao mercado, desde abril de 2009, do primeiro



celular capaz de captar os canais de TV aberta gratuitamente. Trata-se do aparelho Cefon 880T, apresentado em São Paulo pela

“EUTV, empresa especializada em sistemas, serviços, produção e distribuição de conteúdo multiplataforma (TV aberta analógica e digital, OneSeg, IPTV etc.), que também inaugura suas atividades no país. É distribuidora exclusiva para a América Latina da Etechco, indústria de tecnologia sediada em Shenzhen, China. O equipamento é o primeiro celular com dois SIM Cards homologados pela Anatel para o mercado brasileiro. Oferece a funcionalidade de captação de TV móvel aberta graças ao chip de alto desempenho, que vem embarcado nele, desenvolvido pela empresa de TV Móvel Telegent Systems” (Scalione, 2009).

O portal do Ministério das Comunicações exibe ainda uma notícia veiculada no ano de 2008, com o seguinte título: “Hélio Costa defende incentivos fiscais para celulares com TV Digital”. Para o ministro das Comunicações a empresa que fabricar aparelhos celulares com o sinal de TV Digital aberta e gratuita, deve ser contemplada com incentivos fiscais. Segundo o ministro “se um aparelho tem tudo – agenda, GPS, rádio, MP3; porque não ter o chip para a TV Digital? São mais de 100 milhões de linhas no Brasil e a TV no celular já está funcionando perfeitamente em São Paulo, assim como vai acontecer em todo o Brasil de acordo com o cronograma. Todo mundo tem direito de ter a sua TV no celular.”

## **DISPUTAS ENTRE OPERADORAS DE TELES E RADIODIFUSORES**

O jogo de interesse e a disputa entre as operadoras de telefonia móvel e as empresas de radiodifusão começaram muito antes da definição do sistema de TV Digital ser definido para o país. A disputa passa pela convergência digital que rompe com todos os paradigmas de transmissão e produção de conteúdos. As operadoras defendiam o modelo europeu, tendo em vista o ganho (tarifação, publicidade e serviços) que teriam com a comercialização de conteúdos embarcados. Os radiodifusores defendiam o padrão baseado na tecnologia japonesa (ISDB), que acabou sendo o adotado, porque esse padrão permite as emissoras de televisão

“segmentar seu sinal de forma a fazer diferentes transmissões, inclusive para receptores móveis, e sem custo. Assim, uma emissora poderá transmitir a mesma programação em definição standard (que tem resolução de imagem média), em alta definição e em baixa definição (esta última, especificamente para recepção móvel). (...) O temor dos radiodifusores é a concorrência das operadoras no mercado de transporte e de distribuição de conteúdo. Contra essa possibilidade o principal argumento é que, para entrarem nesse mercado, as operadoras móveis teriam de se submeter às regras constitucionais sobre o limite para a participação do capital estrangeiro (em até 30%), além de obrigações e responsabilidades editoriais” (França, 2006).

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) privilegiou as empresas de telefonia móvel ao destinar mais frequência para elas prestarem o serviço de internet, contra as empresas de TV por assinatura que utilizam o MMDS (microondas). Atualmente, a maior parte da faixa de 2,5 gigahertz (GHz) é ocupada pelas operadoras de MMDS. Segundo a Anatel, em 2015, existirão no país milhões de acessos de telefonia móvel, incluindo banda larga via celular. Haverá uma fase de transição durante o qual o MMDS vai perder espaço gradualmente entre 2012 até 2015. A proposta da Anatel está à disposição para consulta até 16 de setembro de 2009. De acordo com a proposta, a faixa que ficará com o MMDS permitirá que seis operadoras prestem serviço de TV por assinatura (Tavares, 2009).

As operadoras de TV por assinatura via microondas terrestres criticaram a proposta da Anatel de conceder mais espaço para expansão do serviço de banda larga móvel, pois isto significa que as operadoras que utilizam o MMDS terão que dividir com as empresas de telefonia celular a faixa de frequência de 2,5 gigahertz (GHz). De acordo com dados da NEOTEC, associação que reúne

operadoras de TV paga que usam o sistema MMDS, referentes a agosto de 2009, estão funcionando no país o total de 71 operadoras de MMDS, que juntas atendem a 320 municípios.

Por outro lado, de acordo com o depoimento de Alexandre Borin, diretor do Ericsson Mobility World no Brasil,

“as operadoras de telefonia, que antes concorriam com empresas de TV a Cabo para prover acesso de banda larga à internet, hoje estão se associando para oferecer uma oferta convergente *quadruple play* (Telefonia, TV, internet e Celular). Para o usuário, a principal oferta deste serviço convergente é a TV Móvel, que une o Celular com a TV e a IPTV, que junta a internet banda larga à TV. Com a IPTV, que é muito superior à TV tradicional transmitida pela Internet, o usuário tem uma experiência mais rica, personalizada e interativa, na qual uma grande diversidade de conteúdos está disponível para seleção imediata, além da tradicional TV ao vivo, que ganha novas facilidades de pausa, replay e gravação. Tudo disponível em seu controle remoto. Com a TV Móvel, a mesma convergência e facilidades da IPTV ganham a conveniência extra da mobilidade. A TV se torna então interativa e disponível na palma da mão” (Borin, 2008).

Enquanto isso, a Associação Brasileira das Empresas de Rádio e Televisão (ABERT) defende que o novo marco regulatório do setor preserve o papel da radiodifusão na TV Digital. A ABERT teme que a conversão entre os setores de radiodifusão e de telecomunicações implique em um domínio por parte do capital estrangeiro na comunicação brasileira. Isto porque a legislação atual permite às empresas de telecomunicações terem capital estrangeiro integral e serem gerenciadas por estrangeiros, enquanto as empresas de radiodifusão não podem ser nem de propriedade nem gerida por estrangeiros. Além deste aspecto da disputa por espaço e proteção específica, destaca-se a briga pelo direito de transmitir conteúdo em múltiplos canais, que tem sido acirrada. Vale salientar que em agosto de 2009, a Justiça negou liminar movida pelas emissoras Band e Rede TV! para ter o direito de usar a multiprogramação na TV Digital.

Esta disputa por ocupação de espaço no mercado, que está se estruturando com a tecnologia digital, se deve, principalmente, ao interesse econômico devido à perspectiva dos altos lucros que as empresas podem auferir a partir dos investimentos feitos no setor. Segundo as “projeções feitas por fabricantes de celulares e operadoras, em todo o mundo, apontam para um mercado que deve girar em torno de US\$ 10 bilhões (cerca de R\$ 20 bilhões) em 2013, três vezes mais do que movimentou em 2008, de acordo com pesquisas da MultiMedia Intelligence” (*Revista da Semana*, maio 2009).

Em síntese, como explica Ethevaldo Siqueira, especialista no setor de telecomunicações, citado por Paulo França (2006), “as emissoras querem fazer a transmissão diretamente para aumentarem a audiência, enquanto as operadoras de telefone celular vislumbram a possibilidade de agregar um novo serviço”.

## PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO

Em julho de 2004, a Telefônica lançou, na Espanha, a primeira novela criada exclusivamente para ser transmitida para aparelho celular. Fruto de um acordo entre a Telefônica e a produtora holandesa Endemol, a história da novela gira em torno das aventuras de um DJ, permitindo que os usuários possam interagir com os personagens, opinando sobre as decisões deles. Em 2004, o brasileiro não podia assistir à novela predileta via celular, mas as operadoras já ofereciam alguns serviços de imagens de TV pelo telefone. A Vivo oferecia a seus assinantes a possibilidade de acessar noticiários e programas de entretenimento da TV Terra. Também já era possível assistir, via celular, imagens do trânsito de São Paulo ou baixar *trailers* de longa-metragem. Por sua vez, a TIM já buscava negociar com emissoras a transmissão de alguns programas por meio da tecnologia Móbile TV. Já se discutia à época que o usuário pagaria pelo acesso aos conteúdos da TV, ou por mensalidade ou por minutos acessados (Jimenez, 2004).

Durante a Natpe de 2005, um dos maiores eventos de compra e venda de conteúdo audiovisual do mundo, a Fox anunciou a produção de duas novelas criadas especificamente para serem transmitidas para celular. As novelas, “The Sunset Hotel” e “Love and Hate”, teriam 26 capítulos de apenas um minuto de duração cada um.

Desde essa época, 2005, que as Organizações Globo, no Brasil, também já estava se preparando para a televisão digital e a transmissão de seus conteúdos em tempo real na internet e no celular, “mas, com a TV Digital, a Globo quer um celular que seja receptor de TV sem que o sinal passe por uma operadora, que seja irradiado diretamente por ela” (Castro, 2005). Esta atitude já demonstrava que a disputa entre emissoras e operadoras, pela produção e transmissão do conteúdo, estava apenas começando. Em abril de 2009 a Globo anunciou que ainda neste ano iniciará a transmissão de telejornais exclusivos para telefones celulares.

Entretanto, a possibilidade de assistir a uma partida de futebol ou a novela predileta em qualquer lugar, mesmo quando em trânsito, do local de trabalho para casa ou vice-versa é uma possibilidade de se concretizar. Exatamente por isso, possuir um telefone celular, capaz de receber o sinal de TV passou a ser o sonho de consumo das classes média e baixa brasileiras. No Brasil, a produção de conteúdo específico para a telinha do celular ainda está engatinhando, mas já existem pessoas fazendo uso dessa tecnologia para assistir novela ou jogos de futebol.

“Já existem algumas parcerias mantidas entre operadoras de telefonia com algumas emissoras de TV. A TV Cultura, por exemplo, em São Paulo, em parceria com a Claro já disponibiliza trechos dos programas Cocoricó, Rá-Tim-Bum e Pé na Rua. A Band tem conteúdo disponível nas três empresas de telefonia móvel, com destaque para quadros do humorístico CQC, líder de audiência na Vivo. As operadoras dizem não cobram pelo tráfego de dados, apenas pelo acesso aos programas. Os preços do serviço, com planos de 30 minutos a 24 horas ininterruptas, variam de R\$ 2,40 a R\$15. A Globo, a única que ainda não lançou nada, de olho em algo maior, desenvolve versões resumidas de seus telejornais” (*Revista da Semana*, 2009).

A Rede Globo estreou nas telinhas dos celulares em 2005, antes mesmo da implantação da TV Digital no país, transmitindo simultaneamente para os assinantes da Vivo e da Claro. O primeiro conteúdo da Rede Globo para as teles móveis foi a oferta dos gols do campeonato brasileiro, em download de vídeo. Segundo Sergio Damasceno (2005) “a captação das imagens dos gols é a mesma da TV aberta, mas a edição para celular é especial e a própria Globo é responsável por essa edição, assim como pela codificação das imagens para os diversos modelos de handsets”.

Em palestra, proferida durante o 52º Painele, promovido pela Telebrasil – Associação Brasileira de Telecomunicações, na Costa do Sauípe, na Bahia, em 2008, o senador Antonio Carlos Magalhães Jr <sup>4</sup> postulou “dois diplomas legais para a comunicação audiovisual: uma para infra-estrutura e distribuição e outro para a produção, programação e empacotamento” de conteúdo. Segundo ele, a “distribuição em nenhum momento deve ser confundida com produção, programação ou empacotamento do conteúdo, atividades específicas da indústria do audiovisual”. Para ele, o único obstáculo existente hoje para a transmissão do conteúdo da televisão digital aberta para terminais móveis é o atual modelo de negócio. O senador diz que

“é fundamental estimular acordos entre as operadoras de telefonia celular e as emissoras de televisão aberta, para possibilitar a disseminação da TV Digital móvel. As operadoras ganhariam, além da conquista e fidelização de usuários, receitas oriundas dos serviços interativos disponibilizados. As emissoras teriam sua audiência ampliada e as receitas publicitárias dela derivadas. (...) Essas iniciativas contribuirão, sobremaneira, para a disseminação de redes de banda larga e, conseqüentemente, para a melhor distribuição do conteúdo digital multimídia no Brasil” (Fonseca, 2008).

Para as operadoras, o modelo de negócios da transmissão da TV digital gratuitamente para aparelhos celulares é que não devidamente esclarecido sobre como elas vão ganhar dinheiro com isso

se forem obrigadas a simplesmente transmitir o sinal. Na verdade, quem distribui os sinais são os radiodifusores e o usuário que quiser recebê-los terá que possuir um celular equipado com um chip para recepção. O problema que se apresenta aqui para as teles celulares é que a transmissão gratuita da televisão digital tira uma oportunidade de negócio.

### PERSPECTIVAS/TENDÊNCIAS

A tecnologia digital já está reestruturando o mercado de comunicação no Brasil como um todo. Se a TV Digital já está provocando mudanças, o aparelho celular digital vai provocar mudanças mais radicais. Muito se tem discutido sobre a produção de conteúdo destinado aos aparelhos celulares, mas poucos são os estudos que apontam, por exemplo, o celular como ferramenta apropriada para a produção de conteúdo multimídia. O usuário de celular digital, um cidadão comum, poderá se transformar também, ele mesmo, em produtor e distribuidor de conteúdos multimídia para grupos e redes.

Ao assumir a função de nova mídia digital, de alta mobilidade e portabilidade, capaz de receber, transmitir e armazenar conteúdos de todas as outras mídias, além de fotografar, filmar e enviar mensagens de texto, com o usuário assumindo uma postura ativa, participando com agente transformador e construtor da realidade, interagindo, sendo fonte, receptor e transmissor simultaneamente, pode-se afirmar que o celular entra nesta reestruturação do mercado com um papel de extrema importância.

As projeções indicam que o ano de 2009 vai acabar com mais de 165 milhões de assinantes de celulares e que em 2013 mais de 50 milhões de usuários estarão assistindo programas televisivos por meio do celular, que é mais barato do que um televisor digital. Desta forma, o celular passa a ser a principal variável econômica que pode fazer a diferença no futuro do modelo de negócios a ser adotado pelo setor. Com a TV Móvel e os celulares digitais capazes de receberem os sinais da TV aberta, a indústria brasileira de entretenimento ganha novas alternativas de receita.

A perspectiva que se abre no setor é que o conteúdo a ser captado pelo celular equipado com receptor específico, tanto pode ser a programação da TV aberta, uma mistura de programação em grade ou de programas sob demanda, personalizados e permitindo um alto nível de interatividade. Entretanto, o que poderá realmente garantir o sucesso da TV Digital no celular é a adaptação do conteúdo ao formato da mídia.

O movimento estruturante do setor aponta para uma situação na qual o sucesso do novo modelo de negócio vai depender dos acordos operacionais que serão feitos entre operadoras de telecomunicações, radiodifusores e provedores de conteúdos, estabelecendo novas formas de cobrar pelos serviços oferecidos e de partilhar receitas.

O dilema que se apresenta para o sucesso da TV Digital aberta no Brasil, neste momento, é como baratear a conversão do sistema analógico em uso, a fim de obter a adesão da maior parte da população de baixa renda per capita. A disseminação do hábito de assistir programas de TV no telefone celular, sem dúvida alguma, poderá, em futuro próximo, provocar a criação de novos horários nobres em faixas antes pouco vistas e lucrativas. A mobilidade permitirá também a abertura de um novo mercado publicitário. A audiência dos programas televisivos via celular vai estimular a produção de conteúdos em novos e específicos formatos, tais como mini-episódios dos seriados da TV produzidos pelas principais emissoras. Esses filmes terão cerca de dois minutos de duração e deverão ter relação direta com as séries e telenovelas da TV aberta.

A diretora de novos negócios da HBO para a América Latina, Dionne Bermudez, por exemplo, diz que a estratégia de seu grupo para oferta de conteúdo para TV móvel envolve a formatação dos conteúdos para o celular e que eles não possuem problemas com a negociação de direitos para diferentes mídias: “Trabalhamos com edições de vídeo de até cinco minutos, clipes, trailers, bastidores etc. (...) Estamos negociando com as operadoras celulares [brasileiras] para disponibilizar esses conteúdos diretamente nos servidores delas para distribuição via *streaming* ou *download*, com modelos

de assinatura ou pagamento por evento”. Segundo ainda a representante do HBO, produções brasileiras como *Alice e Filhos do Carnaval* “já têm mobile sites que podem ser acessados por qualquer celular com acesso à Internet” (Cordeiro, 2009).

Para concluir, pode-se afirmar que o avanço da convergência entre as mídias forçará também o estabelecimento de novas regras, um novo marco regulatório, pois os agentes envolvidos no processo hoje (telecomunicações e radiodifusão) são regidos por legislações distintas.

## Notas

<sup>1</sup> A situação dos padrões de transmissão no Brasil é a seguinte: para TV por satélite (DVB-S), por cabo (DVB-C), por difusão terrestre (SBTVD-T com base no ISDB-T), por celular (DVB-H); para redes móveis (3GSM); e para redes fixas (#7 ETS e SIP).

<sup>2</sup> *TV Digital Interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil*, de autoria de Valdecir Becker e Carlos Montez, foi o primeiro livro lançado sobre o tema no país, no ano de 2004. Seguido de outros, inclusive algumas obras organizadas por pesquisadores da Rede EPTIC - Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação, como o livro intitulado *A TV Brasileira na Era Digital*, de autoria de Valério Brittos e Cesar Bolaño.

<sup>3</sup> Em maio de 2008, A Vivo lançou uma campanha publicitária estrelada por Luciano Huck para comemorar a chegada do aparelho compatível com o sinal da TV Digital. O filme publicitário de 30 segundos foi veiculado nacionalmente em TV a Cabo. Os aparelhos da Vivo permitem o livre acesso à programação normal das emissoras de televisão onde o sinal estiver disponível.

<sup>4</sup> O senador Antonio Carlos Magalhães Jr. é membro da Comissão de Ciência, tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal e coordena o grupo de trabalho que consolida os projetos sobre televisão por assinatura.

## Referências bibliográficas

- BECKER, Valdecir e MONTEZ, Carlos (2004). *TV DIGITAL Interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- BOLAÑO, César & BRITTOS, Valério (2007). *A TV Brasileira na Era Digital*. São Paulo: Ed. Paulus.
- BORIN, Alexandre (2008). *TV como você nunca viu antes*. Disponível em: [HTTP://www.ericsson.com/br/technology/artigos\\_mercados/artigo\\_borin\\_1.shtml](http://www.ericsson.com/br/technology/artigos_mercados/artigo_borin_1.shtml) Acesso em 19/08/2009.
- CABRAL, Eula Dantas (2008). Os grupos de mídia e a digitalização da TV aberta. Natal, XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação- Intercom, 02 a 06/09/2008. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0783-1.pdf>
- CASTRO, Cosette (2009). A pesquisa sobre TV Digital no Brasil – a primeira geração. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo: INTERCOM, janeiro/fevereiro de 2009.
- CASTRO, Daniel (2005). Intel fará celular para sintonizar a Globo. *Folha de S. Paulo*, 18/04/2005.
- CORDEIRO, Leticia (2009). HBO pronta para lançar VOD no Brasil. *Pay-TV*, 12/08/2009. Disponível em [HTTP://www.paytv.com.br/News.asp?ID=142788](http://www.paytv.com.br/News.asp?ID=142788) . Acesso em 19/08/2009.
- DAMASCENO, Sérgio (2005). Globo chega às telas dos celulares. *Tela Viva News*, 07/07/2005.
- FONSECA, João Carlos (2008). *TV Digital e Celular: o dilema do terminal se aproxima*. Disponível em: <http://www.telebrasil.org.br/impressao/artigos.asp?m=676> Acesso em 17/08/2009.



- FONSECA, João Carlos (2008). 52º Painel: Senador Antonio Carlos Magalhães Jr. (Dem-Ba) defende queda de barreiras para as operadoras de telefonia. Costa do Saúpe, Ba , 07/06/2008. Disponível em: [HTTP://www.telebrasil.org.br/artigos/outros\\_artigos.asp?m=772](http://www.telebrasil.org.br/artigos/outros_artigos.asp?m=772) Acesso em 19/08/2009.
- FRANÇA, Paulo (2006). Telefonia prevê faturar US\$ 10 bilhões com TV Digital, 10 de fevereiro de 2006. Disponível em: [HTTP://www.socioeconomia.com.br](http://www.socioeconomia.com.br) . Acesso em 19/08/2006.
- IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (2009). Telecomunicações – Convergência tecnológica. Disponível em: [HTTP://www.idec.org.br/telecom/convergencia\\_tecnologica/](http://www.idec.org.br/telecom/convergencia_tecnologica/) Acesso em 23/08/2009.
- JIMENEZ, Keila (2004). Ver TV pelo celular é o programa da vez. Estado de S. Paulo, 12/07/2004.
- MATTOS, Sérgio (2009). História da Televisão Brasileira: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora Vozes, 4ª Ed.2009.
- RAHAL, Manuela & MOREIRA, Talita (2009). Cresce uso do celular como central de mídia. UOL Notícias, 16/01/2009.
- REVISTA DA SEMANA (2009). “Da poltrona para a palma da mão”. São Paulo, 28 de maio, pp. 10-11.
- SCALIONE, Silas (2009). “Mobilidade na telinha”. Belo Horizonte, Estado de Minas, 15 de abril de 2009. Disponível em [HTTP://www.uai.com.br/UAI/html/sessao\\_8/2009/04/09/m\\_noticia\\_interna.id\\_sessao=8](http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_8/2009/04/09/m_noticia_interna.id_sessao=8) Acesso em 19/08/2009.
- TAVARES, Mônica(2009). Anatel vai ampliar frequência para telefonia móvel. O Globo Online, 30/07/2009.

# RESENHA



NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 50*. São Paulo: Edusp, 2008, 248 p.

Leandro Antonio de Almeida\*

Quando se menciona o nome de Sérgio Buarque de Holanda, na grande maioria das vezes vem à mente do leitor ou interlocutor o livro *Raízes do Brasil*. Considerada um marco importante para a história e as ciências sociais brasileiras por sua força explicativa de muitos problemas brasileiros, a reverência que se criou em seu torno por vezes ofusca a trajetória e o desenvolvimento posterior da obra de Sérgio. Esquece-se que, com o passar dos anos, muitas opiniões e pensamentos deixaram de satisfazer o próprio autor, tendo em vista sua especialização acadêmica no campo da história.

Por sair da órbita dos trabalhos que gravitam em torno de *Raízes* e focar *Visão do Paraíso*, o recente livro de Thiago Lima Nicodemo é leitura obrigatória para aqueles que desejam compreender a trajetória e a prática historiadora do renomado intelectual brasileiro. *Urdidura do Vivido* foi apresentado inicialmente no meio acadêmico, sendo o título da dissertação de mestrado em História Social de Thiago, defendida em janeiro de 2006 na USP. Adaptado para livro, foi lançado pela Edusp em comemoração em 2008 dos 50 anos de *Visão do Paraíso*, obra antes apresentada como tese do concurso para a cátedra de História da Civilização Brasileira na faculdade de História da USP.

Inspirando-se na semântica do tempo histórico de Koselleck, ao qual há referências explícitas nos títulos dos capítulos, Thiago articula sua percepção do papel da historiografia para o historiador brasileiro. Koselleck coloca que o sentido dado ao passado é construído tendo em vista um projeto de futuro que também orienta as inquietações e intervenções do presente, permeando não apenas as posições políticas mas também a prática historiográfica e a utilização dos conceitos, os quais também mudam historicamente. No seu estudo, o desafio enfrentado por Thiago foi mostrar minuciosamente como isso ocorre em *Visão do Paraíso*.

Por centrar-se na gênese dos debates historiográficos, acadêmicos e políticos em torno da tese de Sérgio Buarque, o livro, como nos diz Laura de Mello e Souza no prefácio, “trata-se de um estudo de história, de teoria da história, de historiografia e de sociologia da cultura”. Thiago transita por esses diversos campos porque “mais do que um autor ou livro”, seu objeto de estudo é “uma estrutura histórica e seus reflexos no pensamento historiográfico” (p. 44): a sensação de mal-estar gerada pela

---

\*Professor assistente de Teoria e Metodologia do Ensino da História (UFRB). E-mail: leandroalmeida@hotmail.com.

modernidade que, pelo desenvolvimento das forças produtivas, tem o afã de eliminar a parte agonizante do seu próprio passado que permanece no presente.

O fio tomado por Thiago para introduzir a questão é interessante: ele nota como um aforismo de Goethe, “A história é um modo de livrar-se do passado”, foi sendo apropriado pela historiografia europeia nos anos 30. O aforismo coloca não só a problemática da manutenção um passado indesejado, mas do papel da história no processo de se livrar dele: a libertação das coisas vividas e experimentadas atravancadas de modo sufocante seria operada pela escrita da história “em um lugar construído entre as ruínas do passado e a reconstrução do futuro – o presente” (p. 28). A proposta de Goethe coloca a subjetividade do historiador em primeiro plano, na contramão da moldagem sofrida pela disciplina histórica no século XIX. Por isso, foi retomada por diversos historiadores do início do XX, como Meinecke, Croce, Marc Bloch e Walter Benjamin, num contexto de ascensão de regimes totalitários em que a idéia de uma história neutra parecia não apenas inadequada mas perigosa, tendo em vista os usos ideológicos por ela sofridos. Assim, “o que une a reflexão de Goethe aos intelectuais de vanguarda do século XX é que todos compartilham a experiência paradoxal de serem simultaneamente protagonistas da modernidade (como intelectuais e escritores de vanguarda) e seus críticos contundentes, pois foram capazes de prever em diferentes graus suas conseqüências destrutivas” (p. 36).

Partindo dessa problemática, ao longo de *Urdidura do vivido* Thiago Nicodemo nos mostra como o historiador paulista participa ativamente desse ambiente mental sob a perspectiva dos problemas nacionais. É notório em Sérgio Buarque o sentimento de mal-estar com as raízes ibéricas que se mantém – e atravancam – a modernização do país, questão já presente em *Raízes do Brasil*. Ao se debruçar sobre *Visão do Paraíso*, Thiago nota que sua preocupação central se mantém, mas o campo de batalha se amplia e as armas se refinam com a especialização pela qual passou Sérgio Buarque nos anos 40 e 50 do século XX. A questão da permanência de elementos portugueses continua sendo utilizada como crítica de um nacionalismo ufanista, mas agora é retrabalhada no âmbito acadêmico. No livro de 1958, Sérgio Buarque dialoga com as correntes de renovação da disciplina histórica e mobiliza suas ferramentas de modo original para pensar não apenas a história do Brasil, mas também os procedimentos habituais do fazer histórico brasileiro, politizando tanto um quanto outro.

Elegendo como foco as diferentes formas como Sérgio trabalha as permanências ibéricas no Brasil, as urdiduras do livro de Thiago se destinam a mostrar, nos seus três capítulos centrais, a gênese e as facetas dos debates historiográficos, acadêmicos e políticos em torno da história produzida por Sérgio Buarque em meados do XX.

Não é casual que Thiago Nicodemo tenha escolhido iniciar o corpo do livro tratando dos instrumentos metodológicos da renovação história de Sérgio no capítulo “O historiador encontra o crítico”, onde aborda a questão do papel da crítica literária de Sérgio na sua obra historiográfica. Ressaltando tanto o trabalho de crítico literário nas páginas dos jornais, que o colocou em contato com o formalismo do “New Criticism”, quanto a leitura de Curtius e sua apropriação da sua tópica, Thiago aponta como em *Visão do Paraíso* esse duplo viés foi modificado no sentido da prática histórica. Sérgio Buarque procurava entender a mentalidade do homem português no início da modernidade através dos motivos edênicos presentes na literatura sobre o Novo Mundo, buscando a gênese do “mito edênico” presente (até hoje) nos discursos sobre o Brasil. Ao lançar mão das imagens (*topoi*) cristalizadas pela literatura como fonte de conhecimento do passado e da crítica literária como ferramenta, Sérgio politiza o produto de suas reflexões: denuncia a falácia de uma “literatura nacional”, tendo em vista que a produção literária na colônia seguia padrões portugueses ou mesmo clássicos da cultura latina europeia; e aponta como a própria estética tem sua estrutura e significados históricos próprios, independentes de outras esferas como a política. Ao abordar a questão, Thiago mostra como, nesse nível dos procedimentos e da eleição dos documentos privilegiados para análise, o autor de *Visão do Paraíso*, ao pluralizar a temporalidade, já se distancia de uma historiografia pautada no tempo político que se vale de atos oficiais para construir a biografia da Nação.

O problema das permanências reaparece sob um prisma eminentemente historiográfico – a questão da periodização – no segundo capítulo “Idade Média, Renascimento e a Escrita da História em Visão do Paraíso”, não por acaso o capítulo de “Urdiduras do vivido” mais centrado na análise do livro em questão. Isso é feito inicialmente pela reconstrução do contexto da defesa da tese de cátedra (sobretudo as arguições de Eduardo de Oliveira França) e dos debates internacionais sobre os limites entre Idade Média e Renascimento com os quais o historiador brasileiro teve contato. Então Thiago trabalha a idéia central de *Visão do Paraíso*, onde “Sérgio Buarque de Holanda preocupou-se em mostrar como a força conservadora sustentada pela permanência de laços mentais e práticas medievais havia estruturado uma sociedade além-mar que reproduzia e adaptava essas mesmas estruturas” (p. 112), defendendo assim uma continuidade na visão de mundo entre o período medieval e renascentista em Portugal. Thiago rastreia e aponta no capítulo que a idéia de mentalidade era, para Sérgio, capaz de integrar os fenômenos individuais e concretos a análises abrangentes, contextuais e interdisciplinares, cumprindo por isso a “função central de mediação de experiências históricas concretas” (p. 159), que o auxiliariam a escapar dos mitos ufanistas presentes na historiografia nacional.

Thiago retoma a questão das permanências ibéricas no Brasil por um terceiro viés – o econômico – analisando as continuidades entre *Raízes do Brasil* e *Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos* (o mestrado de Sérgio) e a obra *Visão do Paraíso*, objeto do terceiro capítulo – “Sentidos da Colonização”. Nesses estudos Sérgio indaga, como Caio Prado, sobre o sentido da colonização – aqui também a exploração da terra voltada ao mercado externo – mas Sérgio Buarque explica-o a partir das “permanências mentais medievais no ímpeto explorador dos colonizadores portugueses”, ou seja, “estudando os fundamentos profundos do sentido da colonização” (p. 185).

Tal reflexão é o gancho para a contextualização das preocupações de Sérgio Buarque de Holanda. É ainda nesse capítulo e na conclusão – “O exorcismo da Nação e as Aporias do Presente no Trabalho Historiográfico” – que o sentido da busca por uma história renovada é trabalhado por Thiago. Este autor explicita a finalidade das urdiduras de *Visão do Paraíso* anteriormente analisadas recorrendo a um contexto das ciências sociais no mundo e no Brasil dos anos 50, aproximando Caio Prado Júnior com Sérgio Buarque de Holanda. Para Sérgio Buarque, a história seria uma forma de “exorcizar” as permanências do passado no presente, de forma que a indagação sobre Portugal na época dos descobrimentos é, no fundo, uma indagação sobre o Brasil do seu tempo. Thiago ressalta que, para Sérgio, a validade explicativa de tal estudo repousa no fato de que a linha compreensiva pode ser projetada até o tempo do historiador: pelo fato de toda a história estar enraizada no presente, o olhar busca no passado os sentidos dessa realidade – que nessa geração era expresso pelo vocábulo “formação” – com vistas a interromper os processos indesejáveis ainda operantes na sociedade e desmistificar a instrumentalização da história pelo Estado Nacional. Sua militância é calcada numa fé no conhecimento e em seu potencial libertador, onde “a produção historiográfica desempenha um papel ativo como agente modificador do presente” (p. 205).

Thiago aponta acertadamente que, para o autor de *Raízes do Brasil*, “o distanciamento histórico com relação à idéia de nação nunca implicou sua própria negação ou renúncia. Ao contrário, a compreensão do processo de constituição da nação brasileira significou uma vontade de interferência em seus rumos” (p. 213). Não é à toa que Sérgio Buarque passou a se dedicar ao século XIX após escrever *Visão do Paraíso*, pois havia compreendido que o mito edênico sobreviveu sob outras formas e tornou-se a base do ufanismo que pauta nas belezas e na grandeza da terra a base da nacionalidade brasileira, assim como o viés conservador que a nacionalização do mito tomou a partir do romantismo.

Assim, se o leigo em história se interessar pelo livro, e conseguir penetrar nas discussões intelectuais especializadas – tarefa que é facilitada pelo estilo agradável da prosa de Thiago e a clareza com que apresenta os debates – talvez seja levado a refletir sobre o que incomodava tanto Sérgio Buarque e sua geração, isto é, como solucionar os problemas da realidade brasileira, que pressupõe outra questão de base: como entender o Brasil. *Urdiduras do Vivido* bem mostra, sobretudo em seus capítulos finais, que a nação (e seus projetos) era o grande problema dos intelectuais nos anos 50. A resposta sobre como entender o Brasil, portanto, não admitia respostas abstratas e

generalizantes, das quais Sérgio queria tanto se livrar, mas respostas que pudessem captar a vida passada no próprio presente, deslindando seu processo de constituição – daí a preocupação epistemológica com a história tão ressaltada nos capítulos iniciais de *Urdidura do Vivido*.

Após a leitura do livro, a grande pergunta que nos ficou foi indicada por uma das poucas vezes que Thiago Nicodemo se colocou explicitamente. Ao se referir aos debates dos anos 50, diz que “é notável que esse horizonte se apresente como muito distante do nosso” (p. 46), a despeito de a obra *Visão do Paraíso* poder ser “pensada como uma urdidura do vivido, e sua validade como projeto, e a autoconsciência de seu lugar no tempo, são mais importantes que nunca”, tendo em vista a permanência dos dilemas produzidos pelo afã da modernização. Tais dilemas se reconfiguraram em nossos dias, sobretudo com o desenvolvimento tecnológico e os processos de reestruturação pautados na informatização dos meios de produção, iniciados a partir dos anos 70, mas que, desde os anos 90, viraram tônica mundial, sem falar na leva de novas tecnologias que invadem o cotidiano de milhares de pessoas, mesmo na periferia dos centros urbanos. Nesse contexto, importa perguntar para onde dirigir nosso esforço de “autoconsciência do lugar no tempo”. Talvez ele envolva não só o diagnóstico e a crítica de amplos processos mundiais, como também o exorcismo da noção de nação, desse grande Eldorado chamado Brasil. No âmbito específico da historiografia, talvez devamos avaliar e indagar os pressupostos e a pertinência dos projetos daqueles que nos precederam. São ambos os esforços que *Urdidura do Vivido* nos ajuda a empreender.